



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

(*) DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXIX Nº 028 QUARTA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 2014

(*) Reproduzido, em 14/01/2015, para exclusão de documentos inseridos indevidamente.



BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente
Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)

1º Vice-Presidente
Arlindo Chinaglia (PT/SP)

2º Vice-Presidente
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

1º Secretário
Deputado Marcio Bittar (PSDB/AC)

2º Secretária
Senadora Angela Portela (PT/RR)

3º Secretário
Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL)

4º Secretário
Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)

Mesa do Senado Federal

Presidente
Renan Calheiros (PMDB/AL)

1º Vice-Presidente
Jorge Viana (PT/AC)

2º Vice-Presidente
Romero Jucá (PMDB/RR)

1º Secretário
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

2ª Secretária
Angela Portela (PT/RR)

3º Secretário
Ciro Nogueira (PP/PI)

4º Secretário
João Vicente Claudino (PTB/PI)

Suplentes de Secretário

1º - Magno Malta (PR/ES)

2º - Jayme Campos (DEM/MT)

3º - João Durval (PDT/BA)

4º - Casildo Maldaner (PMDB/SC)

Mesa da Câmara dos Deputados

Presidente
Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)

1º Vice-Presidente
Arlindo Chinaglia (PT/SP)

2º Vice-Presidente
Fábio Faria (PSD/RN)

1º Secretário
Marcio Bittar (PSDB/AC)

2º Secretário
Simão Sessim (PP/RJ)

3º Secretário
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)

4º Secretário
Biffi (PT/MS)

Suplentes de Secretário

1º - Gonzaga Patriota (PSB/PE)

2º - Wolney Queiroz (PDT/PE)

3º - Vitor Penido (DEM/MG)

4º - Takayama (PSC/PR)

EXPEDIENTE

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial
--

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
--

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS

1.1 – DECRETO LEGISLATIVO

Nº 274/2014.....	005
------------------	-----

1.2 – ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL

Nº 47/2014.....	005
-----------------	-----

2 – ATA DA 32ª SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE DEZEMBRO DE 2014.....

006

2.1 – ABERTURA.....

020

2.2 – EXPEDIENTE.....

020

2.2.1 – Questões de Ordem

Suscitadas pelos Deputados Arnaldo Faria de Sá e Antonio Imbassahy e respondidas pela Presidência.....	020
--	-----

2.2.2 – Discursos (Breves comunicações)

DEPUTADO MARCUS PESTANA – Críticas à mudança da LDO proposta pela Presidente da República	025
---	-----

DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Preocupação com a possível perda de credibilidade do País após alteração na LDO; e outro assunto	026
---	-----

2.2.3 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Deputado Izalci e respondida pela Presidência	027
--	-----

2.2.4 – Discursos (Breves comunicações) (continuação)

DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Lamento pelo impedimento do acesso de manifestantes às galerias; e outros assuntos	028
---	-----

DEPUTADO VANDERLEI MACRIS – Esclarecimentos sobre os motivos da obstrução exercida pela oposição na votação do projeto de lei que altera a meta de superávit primário	028
---	-----

DEPUTADO CHICO ALENCAR – Questionamentos acerca da necessidade de se priorizar o superávit primário	029
---	-----

2.2.5 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Deputado Mendonça Filho e respondida pela Presidência	030
--	-----

2.2.6 – Discursos (Breves comunicações) (continuação)

DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Críticas ao Projeto de Lei nº 36, de 2014, que altera a meta de superávit primário prevista na LDO	031
--	-----

DEPUTADO CHICO ALENCAR – Explicação pessoal referente ao pronunciamento do Deputado Darcísio Perondi.....	032
---	-----

2.3 – ORDEM DO DIA

2.3.1 – Item 1

Continuação da votação em turno único do Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que <i>altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014</i> . Votação da Emenda nº 69, objeto de Requerimento nº 65/2014-CN.....	033
---	-----

2.3.2 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Deputado Mendonça Filho, contraditada pelo Deputado Paulo Pimenta e respondida pela Presidência.....	034
---	-----

2.3.3 – Item 1 (continuação)

Continuação da votação em turno único do Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que <i>altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014</i> . Rejeitada a Emenda, após usarem da palavra os Congressistas Mendonça Filho, Domingos Sávio, Arnaldo Faria de Sá, Izalci, Inocêncio Oliveira, Aloysio Nunes Ferreira, Sibá Machado, Romero Jucá, Givaldo Carimbão, Vanderlei Macrì, Luciano Castro, Ronaldo Caiado, Laercio Oliveira, Fernando Francischini, Félix Mendonça Junior, Nelson Marquezelli, Jandira Feghali, Pastor Marco Feliciano, Rubens Bueno, Ivan Valente, Francisco Tenorio, Eduardo Cunha, Henrique Fontana, Antonio Imbassahy, Iriny Lopes, Vicentinho, Alceu Moreira, Lindbergh Farias, Luci Choinacki, Nilda Gondim, Afonso Florence, Chico Alencar e Gorete Pereira. O substitutivo aprovado vai à sanção.	034
---	-----

034

061

061

065

2.4 – ENCERRAMENTO.....

3 – ATO ADMINISTRATIVO

3.1 – ATO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 5/2014 066

CONGRESSO NACIONAL**4 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006) 072

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008) 079

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa
(Resolução nº 2/2007) 083

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999) 084

CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014) 085

CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014) 086

Comissões Mistas Especiais 087

Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito 091

5 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972) 097

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011) 098

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991) 100

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro (Resolução nº 2/1999) 102

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 274, DE 2014**

Escolhe o Sr. Vital do Rêgo Filho para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal e do inciso II do art. 105 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É escolhido o Sr. Vital do Rêgo Filho para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal e do inciso II do art. 105 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, em decorrência da aposentadoria voluntária do Ministro José Jorge de Vasconcelos Lima.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de dezembro de 2014.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 47, DE 2014**

ATO DECLARATÓRIO

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 653, de 8 de agosto de 2014, que “Altera a Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 8 de dezembro do corrente ano.

Congresso Nacional, em 9 de dezembro de 2014.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Ata da 32ª Sessão Conjunta, em 9 de dezembro de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros e Arlindo Chinaglia.

(Inicia-se a sessão às 17 horas e 25 minutos e encerra-se às 20 horas e 4 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento das Sras. e dos Srs. Senadores

54ª LEGISLATURA
QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA
SESSÃO CONJUNTA Nº 032 - 09/12/2014

Presidente da Casa: Renan Calheiros - PMDB/AL
Presidiram a Sessão: Arlindo Chinaglia - 17:32
Renan Calheiros - 18:23

Registro Eletrônico de Presença em Plenário

Inicio : 09/12/2014 17:25
Fim : 09/12/2014 20:04

Total de Presentes: 53

	Partido	Bloco
RORAIMA		
Angela Portela	PT	
Mozarildo Cavalcanti	PTB	
Romero Jucá	PMDB	
Presentes de Roraima : 3		
AMAPÁ		
João Capiberibe	PSB	
Randolfe Rodrigues	PSOL	
Presentes de Amapá : 2		
AMAZONAS		
Alfredo Nascimento	PR	
Eduardo Braga	PMDB	
Vanessa Grazziotin	PCdoB	
Presentes de Amazonas : 3		
RONDÔNIA		
Acir Gurgacz	PDT	
Ivo Cassol	PP	
Valdir Raupp	PMDB	
Presentes de Rondônia : 3		
ACRE		
Jorge Viana	PT	
Presentes de Acre : 1		
TOCANTINS		
Kátia Abreu	PMDB	
Vicentinho Alves	Solidaried	
Presentes de Tocantins : 2		
MARANHÃO		
João Alberto Souza	PMDB	
Lobão Filho	PMDB	
Presentes de Maranhão : 2		

	Partido	Bloco
CEARÁ		
Eunício Oliveira	PMDB	
José Pimentel	PT	
Presentes de Ceará : 2		
PIAUÍ		
João Vicente Claudino	PTB	
Wellington Dias	PT	
Presentes de Piauí : 2		
RIO GRANDE DO NORTE		
Ivonete Dantas	PMDB	
Presentes de Rio Grande do Norte : 1		
PARAÍBA		
Cícero Lucena	PSDB	
Vital do Rêgo	PMDB	
Presentes de Paraíba : 2		
PERNAMBUCO		
Armando Monteiro	PTB	
Humberto Costa	PT	
Jarbas Vasconcelos	PMDB	
Presentes de Pernambuco : 3		
ALAGOAS		
Benedito de Lira	PP	
Renan Calheiros	PMDB	
Presentes de Alagoas : 2		
SERGIPE		
Antônio Carlos Valadares	PSB	
Eduardo Amorim	PSC	
Presentes de Sergipe : 2		
BAHIA		
Lídice da Mata	PSB	
Walter Pinheiro	PT	
Presentes de Bahia : 2		
MINAS GERAIS		
Anílton Aureliano	PSDB	
Presentes de Minas Gerais : 1		
ESPÍRITO SANTO		
Ana Rita	PT	
Magno Malta	PR	
Ricardo Ferraço	PMDB	
Presentes de Espírito Santo : 3		
RIO DE JANEIRO		
Francisco Dornelles	PP	
Lindbergh Farias	PT	
Marcelo Crivella	PRB	
Presentes de Rio de Janeiro : 3		

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	
Eduardo Suplicy	PT	
Marta Suplicy	PT	
Presentes de São Paulo : 3		
MATO GROSSO		
Blairo Maggi	PR	
Presentes de Mato Grosso : 1		
MATO GROSSO DO SUL		
Delcídio do Amaral	PT	
Ruben Figueiró	PSDB	
Waldemir Moka	PMDB	
Presentes de Mato Grosso do Sul : 3		
PARANÁ		
Gleisi Hoffmann	PT	
Roberto Requião	PMDB	
Presentes de Paraná : 2		
SANTA CATARINA		
Casildo Maldaner	PMDB	
Luiz Henrique	PMDB	
Paulo Bauer	PSDB	
Presentes de Santa Catarina : 3		
RIO GRANDE DO SUL		
Ana Amélia	PP	
Paulo Paim	PT	
Presentes de Rio Grande do Sul : 2		

É o seguinte o registro de comparecimento das Sras. e dos Srs. Deputados

54ª LEGISLATURA
QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA
SESSÃO CONJUNTA Nº 032 - 09/12/2014

Presidente da Casa: Renan Calheiros - PMDB/AL
Presidiram a Sessão: Arlindo Chinaglia - 17:32
Renan Calheiros - 18:23

Registro Eletrônico de Presença em Plenário

Inicio : 09/12/2014 17:25

Fim : 09/12/2014 20:04

Total de Presentes: 422

	Partido	Bloco
RORAIMA		
Chico das Verduras	PRP	PrPtdebPrp
Edio Lopes	PMDB	
Luciano Castro	PR	PrPtdebPrp
Paulo Cesar Quartiero	DEM	
Presentes de Roraima : 4		
AMAPÁ		
Dalva Figueiredo	PT	
Evandro Milhomem	PCdoB	
Fátima Pelaes	PMDB	
Luiz Carlos	PSDB	
Sebastião Bala Rocha	Solidaried	
Vinícius Gurgel	PR	PrPtdebPrp
Presentes de Amapá : 6		
PARÁ		
Arnaldo Jordy	PPS	
Beto Faro	PT	
Cláudio Puty	PT	
Dudimar Paxiuba	PROS	PpPros
Elcione Barbalho	PMDB	
Giovanni Queiroz	PDT	
José Priante	PMDB	
Josué Bengtson	PTB	
Lira Maia	DEM	
Lúcio Vale	PR	PrPtdebPrp
Luiz Otávio	PMDB	
Nilson Pinto	PSDB	
Zé Geraldo	PT	
Presentes de Pará : 13		
AMAZONAS		
Átila Lins	PSD	
Dr. Luiz Fernando	PSD	
Francisco Praciano	PT	
Pauderney Avelino	DEM	
Rebecca Garcia	PP	PpPros
Silas Câmara	PSD	
Presentes de Amazonas : 6		

Partido	Bloco	
RONDONIA		
Amir Lando	PMDB	
Anselmo de Jesus	PT	
Carlos Magno	PP	PpPros
Marcos Rogério	PDT	
Marinha Raupp	PMDB	
Moreira Mendes	PSD	
Nilton Capixaba	PTB	
Padre Ton	PT	
Presentes de Rondonia : 8		
ACRE		
Antônia Lúcia	PSC	
Flaviano Melo	PMDB	
Gladson Cameli	PP	PpPros
Hennique Afonso	PV	
Marcio Bittar	PSDB	
Perpétua Almeida	PCdoB	
Sibá Machado	PT	
Presentes de Acre : 7		
TOCANTINS		
César Halum	PRB	
Eduardo Gomes	Solidaried	
Lázaro Botelho	PP	PpPros
Osvaldo Reis	PMDB	
Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	
Presentes de Tocantins : 5		
MARANHÃO		
Alberto Filho	PMDB	
Cleber Verde	PRB	
Davi Alves Silva Júnior	PR	PrPtobPrp
Domingos Dutra	Solidaried	
Gastão Vieira	PMDB	
Hélio Santos	PSDB	
Lourival Mendes	PTdoB	PrPtobPrp
Pedro Fernandes	PTB	
Pedro Novais	PMDB	
Professor Setimo	PMDB	
Simplicio Araújo	Solidaried	
Waldir Maranhão	PP	PpPros
Weverton Rocha	PDT	
Presentes de Maranhão : 13		

	Partido	Bloco
CEARÁ		
André Figueiredo	PDT	
Aníbal Gomes	PMDB	
Antônio Balhmann	PROS	PpPros
Ariosto Holanda	PROS	PpPros
Amon Bezerra	PTB	
Artur Bruno	PT	
Chico Lopes	PCdoB	
Danilo Forte	PMDB	
Domingos Neto	PROS	PpPros
Edson Silva	PROS	PpPros
Eudes Xavier	PT	
Gorete Pereira	PR	PrPtdobPrp
João Ananias	PCdoB	
José Airton	PT	
José Guimarães	PT	
José Linhares	PP	PpPros
Manoel Salviano	PSD	
Mário Feitoza	PMDB	
Mauro Benevides	PMDB	
Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
Vicente Arruda	PROS	PpPros
Presentes de Ceará : 21		
PIAUÍ		
Assis Carvalho	PT	
Átila Lira	PSB	
Hugo Napoleão	PSD	
Jesus Rodrigues	PT	
Marcelo Castro	PMDB	
Marllos Sampaio	PMDB	
Osmar Júnior	PCdoB	
Paes Landim	PTB	
Presentes de Piauí : 8		
RIO GRANDE DO NORTE		
Betinho Rosado	PP	PpPros
Fátima Bezerra	PT	
Felipe Maia	DEM	
Henrique Eduardo Alves	PMDB	
Presentes de Rio Grande do Norte : 4		
PARAÍBA		
Aguinaldo Ribeiro	PP	PpPros
Benjamin Maranhão	Solidaried	
Damião Feliciano	PDT	
Efraim Filho	DEM	
Hugo Motta	PMDB	
Luiz Couto	PT	
Major Fábio	PROS	PpPros
Manoel Junior	PMDB	
Nilda Gondim	PMDB	
Ruy Carneiro	PSDB	
Wellington Roberto	PR	PrPtdobPrp
Presentes de Paraíba : 11		

	Partido	Bloco
PERNAMBUCO		
Anderson Ferreira	PR	PrPtlobPrp
André de Paula	PSD	
Augusto Coutinho	Solidaried	
Carlos Eduardo Cadoca	PCdoB	
Danilo Cabral	PSB	
Eduardo da Fonte	PP	PpPros
Fernando Coelho Filho	PSB	
Fernando Ferro	PT	
Gonzaga Patriota	PSB	
Inocêncio Oliveira	PR	PrPtlobPrp
João Paulo Lima	PT	
Jorge Corte Real	PTB	
José Augusto Maia	PROS	PpPros
José Chaves	PTB	
Luciana Santos	PCdoB	
Mendonça Filho	DEM	
Paulo Rubem Santiago	PDT	
Pedro Eugênio	PT	
Raul Henry	PMDB	
Roberto Teixeira	PP	PpPros
Silvio Costa	PSC	
Vilalba	PP	PpPros
Wolney Queiroz	PDT	

Presentes de Pernambuco : 23

ALAGOAS

Alexandre Toledo	PSB	
Francisco Tenório	PMN	
Givaldo Carimbão	PROS	PpPros
Mauricio Quintella Lessa	PR	PrPtlobPrp
Paulão	PT	
Renan Filho	PMDB	
Rosinha da Adefal	PTdoB	PrPtlobPrp

Presentes de Alagoas : 7

SERGIPE

Andre Moura	PSC	
Fabio Reis	PMDB	
Laercio Oliveira	Solidaried	
Márcio Macêdo	PT	
Mendonça Prado	DEM	
Rogério Carvalho	PT	
Valadares Filho	PSB	

Presentes de Sergipe : 7

	Partido	Bloco
BAHIA		
Afonso Florence	PT	
Alice Portugal	PCdoB	
Amauri Teixeira	PT	
Antônio Brito	PTB	
Antônio Imbassahy	PSDB	
Arthur Oliveira Maia	Solidariedade	
Claudio Cajado	DEM	
Daniel Almeida	PCdoB	
Edson Pimenta	PSD	
Emíliano José	PT	
Erivelton Santana	PSC	
Fábio Souto	DEM	
Félix Mendonça Júnior (*)	PDT	
Fernando Torres	PSD	
Geraldo Simões	PT	
Jônio Natal	PRP	PrPtlobPrp
João Carlos Bacelar	PR	PrPtlobPrp
João Leão	PP	PpPros
José Carlos Araújo	PSD	
José Nunes	PSD	
José Rocha	PR	PrPtlobPrp
Josias Gomes	PT	
Jutahy Junior	PSDB	
Luiz Alberto	PT	
Luiz Argôlo	Solidariedade	
Luiz de Deus	DEM	
Márcio Marinho	PRB	
Nelson Pellegrino	PT	
Oziel Oliveira	PDT	
Paulo Magalhães	PSD	
Roberto Britto	PP	PpPros
Rui Costa	PT	
Sérgio Brito	PSD	
Valmir Assunção	PT	
Waldenor Pereira	PT	
Presentes de Bahia : 35		

	Partido	Bloco
MINAS GERAIS		
Ademir Camilo	PROS	PpPros
Aelton Freitas	PR	PrPtdobPrp
Alexandre Silveira	PSD	
Antônio Andrade	PMDB	
Bernardo Santana de Vasconcellos	PR	PrPtdobPrp
Bilac Pinto	PR	PrPtdobPrp
Bonifácio de Andrada	PSDB	
Carlos Melles	DEM	
Diego Andrade	PSD	
Dimas Fabiano	PP	PpPros
Domingos Sávio	PSDB	
Dr. Grilo	Solidaried	
Eduardo Barbosa	PSDB	
Eros Biondini	PTB	
Fábio Ramalho	PV	
George Hilton	PRB	
Geraldo Thadeu	PSD	
Jairo Ataíde	DEM	
Jô Moraes	PCdoB	
João Bittar	DEM	
João Magalhães	PMDB	
José Humberto	PSD	
Júlio Delgado	PSB	
Lael Varella	DEM	
Leonardo Monteiro	PT	
Leonardo Quintão	PMDB	
Lincoln Portela	PR	PrPtdobPrp
Luiz Fernando Faria	PP	PpPros
Marcos Montes	PSD	
Marcus Pestana	PSDB	
Mauro Lopes	PMDB	
Narcio Rodrigues	PSDB	
Newton Cardoso	PMDB	
Padre João	PT	
Paulo Abi-Ackel	PSDB	
Reginaldo Lopes	PT	
Rodrigo de Castro	PSDB	
Saraiva Felipe	PMDB	
Stefano Aguiar	PSB	
Subtenente Gonzaga	PDT	
Toninho Pinheiro	PP	PpPros
Vitor Penido	DEM	
Walter Tosta	PSD	
Weliton Prado	PT	
Zé Silva	Solidaried	
Presentes de Minas Gerais : 45		
ESPIRITO SANTO		
Carlos Manato	Solidaried	
Dr. Jorge Silva	PROS	PpPros
Iriney Lopes	PT	
Lauriete	PSC	
Lelo Coimbra	PMDB	
Paulo Foletto	PSB	
Presentes de Espírito Santo : 6		

	Partido	Bloco
RIO DE JANEIRO		
Adrián	PMDB	
Alessandro Molon	PT	
Alexandre Santos	PMDB	
Andréia Zito	PSDB	
Anthony Garotinho	PR	PrPtlobPprp
Aureo	Solidariedade	
Benedita da Silva	PT	
Chico Alencar	PSOL	
Dr. Adilson Soares	PR	PrPtlobPprp
Dr. Carlos Alberto	PMN	
Dr. Paulo César	PR	PrPtlobPprp
Edson Ezequiel	PMDB	
Edson Santos	PT	
Eduardo Cunha	PMDB	
Eurico Júnior	PV	
Felipe Bonfim	PSD	
Felipe Perafra	PSC	
Francisco Floriano	PR	PrPtlobPprp
Glauber Braga	PSB	
Hugo Leal	PROS	PpPros
Jair Bolsonaro	PP	PpPros
Jandira Feghali	PCdoB	
Jean Wyllys	PSOL	
Jorge Bittar	PT	
Julio Lopes	PP	PpPros
Leonardo Picciani	PMDB	
Liliam Sá	PROS	PpPros
Luiz Sérgio	PT	
Marcelo Malos	PDT	
Miro Teixeira	PROS	PpPros
Otávio Leite	PSDB	
Paulo Feijó	PR	PrPtlobPprp
Pedro Paulo	PMDB	
Rodrigo Bethlem	PMDB	
Rodrigo Maia	DEM	
Romário	PSB	
Sergio Zveiter	PSD	
Simão Sessim	PP	PpPros
Vitor Paulo	PRB	
Walney Rocha	PTB	
Washington Reis	PMDB	
Zoinho	PR	PrPtlobPprp
Presentes de Rio de Janeiro : 42		

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
Antonio Bulhões	PRB	
Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	
Arlindo Chinaglia	PT	
Arnaldo Faria de Sá	PTB	
Arnaldo Jardim	PPS	
Beto Mansur	PRB	
Cândido Vaccarezza	PT	
Carlos Sampalo	PSDB	
Carlos Zarattini	PT	
Devanir Ribeiro	PT	
Duarte Nogueira	PSDB	
Edinho Araújo	PMDB	
Eleuses Paiva	PSD	
Emanuel Fernandes	PSDB	
Francisco Chagas	PT	
Guilherme Campos	PSD	
Guilherme Mussi	PP	PpPros
Gustavo Petta	PCdoB	
Helcio Silva	PT	
Iara Bernardi	PT	
Ivan Valente	PSOL	
Janete Rocha Pietá	PT	
João Dado	Solidaried	
Jorge Tadeu Mudalen	DEM	
José Aníbal	PSDB	
José Mentor	PT	
Junji Abe	PSD	
Keiko Ota	PSB	
Luiz Fernando Machado	PSDB	
Mara Gabrilli	PSDB	
Marcelo Aguiar	DEM	
Márcio França	PSB	
Milton Monti	PR	PrPtdebPrp
Missionário José Olímpio	PP	PpPros
Nelson Marquezelli	PTB	
Newton Lima	PT	
Otoniel Lima	PRB	
Pastor Marco Feliciano	PSC	
Paulo Maluf	PP	PpPros
Paulo Peralta da Silva	Solidaried	
Paulo Teixeira	PT	
Penna	PV	
Renato Simões	PT	
Ricardo Izar	PSD	
Ricardo Tripoli	PSDB	
Roberto Freire	PPS	
Roberto Santiago	PSD	
Rodrigo Garcia	DEM	
Salvador Zimbaldi	PROS	PpPros
Tiririca	PR	PrPtdebPrp
Vanderlei Macris	PSDB	
Vanderlei Siraque	PT	
Vaz de Lima	PSDB	
Vicente Cândido	PT	
Vicentinho	PT	
William Dib	PSDB	

Partido	Bloco
---------	-------

Presentes de São Paulo : 56**MATO GROSSO**

Carlos Bezerra	PMDB	
Eliene Lima	PSD	
Júlio Campos	DEM	
Nilson Leitão	PSDB	
Roberto Damer	PSD	
Ságuas Moraes	PT	
Valtenir Pereira	PROS	PpPros
Wellington Fagundes	PR	PrPtlobPrp

Presentes de Mato Grosso : 8**DISTRITO FEDERAL**

Erika Kokay	PT	
Izalci	PSDB	
Luiz Pitáman	PSDB	
Magela	PT	
Policarpo	PT	
Reguffe	PDT	

Presentes de Distrito Federal : 6**GOIÁS**

Armando Vergílio	Solidaried	
Carlos Alberto Leréia	PSDB	
Flávia Morais	PDT	
Heuler Cruvinel	PSD	
Íris de Araújo	PMDB	
Jovalr Arantes	PTB	
Leandro Vilela	PMDB	
Magda Mofatto	PR	PrPtlobPrp
Pedro Chaves	PMDB	
Roberto Balestra	PP	PpPros
Ronaldo Caiado	DEM	
Rubens Otoni	PT	
Sandro Mabel	PMDB	
Thiago Peixoto	PSD	
Vilmar Rocha	PSD	

Presentes de Goiás : 15**MATO GROSSO DO SUL**

Akira Otsubo	PMDB	
Biffi	PT	
Fábio Trad	PMDB	
Geraldo Resende	PMDB	
Vander Loubet	PT	

Presentes de Mato Grosso do Sul : 5

	Partido	Bloco
PARANÁ		
Abelardo Lupion	DEM	
Alfredo Kaefer	PSDB	
André Zacharow	PMDB	
Angelo Vanhoni	PT	
Assis do Couto	PT	
Cida Borghetti	PROS	PpPros
Dilceu Sperafico	PP	PpPros
Dr. Rosinha	PT	
Edmar Arruda	PSC	
Eduardo Sclarra	PSD	
Fernando Francischini (*)	Solidaried	
Giacobo	PR	PrPtdobPrp
Hermes Pardianello	PMDB	
Leopaldo Meyer	PSB	
Nelson Meurer	PP	PpPros
Ratinho Junior	PSC	
Reinhold Stephanes	PSD	
Rosane Ferreira	PV	
Rubens Bueno	PPS	
Sandro Alex	PPS	
Takayama	PSC	
Zeca Dirceu	PT	
Presentes de Paraná : 22		
SANTA CATARINA		
Celso Maldaner	PMDB	
Décio Lima	PT	
Edinho Bez	PMDB	
Esperidião Amin	PP	PpPros
Francisco de Assis	PT	
João Rodrigues	PSD	
Jorge Boeira	PP	PpPros
Jorginho Mello	PR	PrPtdobPrp
Luci Choinacki	PT	
Marco Tebaldi	PSDB	
Mauro Mariani	PMDB	
Onofre Santo Agostini	PSD	
Rogério Peninha Mendonça	PMDB	
Ronaldo Benedet	PMDB	
Presentes de Santa Catarina : 14		

	Partido	Bloco
RIO GRANDE DO SUL		
Afonso Hamm	PP	PpPros
Alceu Moreira	PMDB	
Alexandre Roso	PSB	
Assis Melo	PCdoB	
Beto Albuquerque	PSB	
Bohn Gass	PT	
Darcísio Perondi	PMDB	
Eliseu Padilha	PMDB	
Enio Bacci	PDT	
Giovani Cherini	PDT	
Henrique Fontana	PT	
José Otávio Germano	PP	PpPros
Jose Stédile	PSB	
Luis Carlos Heinze	PP	PpPros
Manuela D'Ávila	PCdoB	
Marcon	PT	
Maria do Rosário	PT	
Nelson Marchezan Junior	PSDB	
Onyx Lorenzoni	DEM	
Osmar Terra	PMDB	
Paulo Pimenta	PT	
Pepe Vargas	PT	
Renato Molling	PP	PpPros
Ronaldo Zulke	PT	
Vilson Covatti	PP	PpPros
Presentes de Rio Grande do Sul : 25		

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – As listas de presença acusam o comparecimento de 56 Srs e Srs. Senadores e de 377 Srs e Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Questão de ordem. Deputado Arnaldo Faria de Sá.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Eu não estou segurando o seu som. Por favor, som no primeiro microfone.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a questão de ordem que formulo a V. Ex^a é a seguinte: a sessão do Congresso não pode começar enquanto uma das Casas estiver em atividade. O Senado está com Ordem do Dia em atividade. Não pode haver sessão do Congresso. Mesmo sendo em outro espaço da Casa, nós estamos na mesma Casa. Não pode começar a sessão do Congresso com Senado em funcionamento. Eu confirmei agora: o Senado está em atividade. Não pode funcionar o Congresso concomitantemente com o Senado.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente, questão de ordem. Art. 29.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Devo responder a essa. Em seguida, dou a palavra ao Líder Imbassahy.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Com certeza. Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Leio:

À hora do início da sessão, o Presidente e os demais membros da Mesa ocuparão os respectivos lugares; havendo número regimental, será anunciada a abertura dos trabalhos.

§1º Não havendo número...

[Não tem a ver.]

§2º No curso da sessão, verificada a presença de Senadores e de Deputados em número inferior ao mínimo... [Também não tem a ver.]

Sou informado pela Assessoria do Senado, que, portanto, responde pela Assessoria da sessão do Congresso, é que não há no Regimento Comum nada que impeça a abertura da sessão, exceto...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – Sr. Presidente, isso fere o bom senso.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – ... se não houvesse...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – Isso fere o bom senso e é mais uma desconsideração do Senado à Câmara.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Conclua, Sr. Presidente, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – Nós tivemos que encerrar a sessão...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Deixe-me concluir que darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – Fere o bom senso, e eu confio no bom senso de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Portanto, não há nenhum item do Regimento Comum que impeça a abertura.

Eu vou ouvir o Líder Imbassahy e levarei em consideração as palavras também do Deputado Esperidião Amin, Governador, porque, naquilo que V. Ex^a, Deputado Esperidião, falou como bom senso, nós faremos uma avaliação política já...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – Só uma palavra. É o senso comum, ou seja, o bom senso.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – V. Ex^a sempre está acima do senso comum.

Com a palavra, o Líder...

O SR. SILVIO COSTA (PSC – PE) – A não ser que o Senado tenha o poder da ubiquidade: de estar em dois lugares ao mesmo tempo.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente, estou arguindo o §2º.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Pois não. Líder Imbassahy.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, é visível aos olhos de V. Ex^a e de todo o País que está nos vendo neste momento que não existe o quórum aqui para abrir a sessão. Eu só vejo aqui um Senador da República, o Senador Romero Jucá.

O SR. SILVIO COSTA (PSC – PE) – Porque o Senado está em sessão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – Interesses óbvios na sessão.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – E não existem, certamente, 60 ou 70 Deputados aqui presentes, Sr. Presidente.

Aí, V. Ex^a, com a inteligência e com o acumulado de experiência que detém nesses cabelos brancos, deve determinar que não há quórum para abrir a sessão.

Não vamos novamente instalar nesta sessão do Congresso conflito, Sr. Presidente.

V. Ex^a tem todas as condições para deixar rolar o tempo necessário, que seja meia hora, e encerrar a sessão, se não chegar a alcançar o quórum.

Sr. Presidente, é o apelo que fazemos.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Eu agradeço a colaboração.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Deputado Pauderney, eu vou responder às primeiras. Se houver outra, responderei também.

Primeiro, agradeço ao Deputado Arnaldo Faria de Sá que nos alertou que o Senado ainda estava em sessão e também ao Esperidião Amin. Fui informado, já há pouco, de que a sessão do Senado foi encerrada. Portanto, nisso daí, não há mais o óbice que foi muito bem observado.

Segundo, o Líder Imbassahy pondera que, a olhos vistos, não há o número de Senadores presentes para que possamos deliberar. O que diz o Regimento?

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS - SP) – Não é deliberar apenas, é abrir a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Não, não. Para abrir, pode. Eu vou explicar agora.

Eu peço um pouco de paciência. Senão, não há jeito. Se eu não conseguir responder, nem eu vou ganhar no grito, nem ninguém vai ganhar no grito. Eu quero esclarecer.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Não, por favor, eu estou respondendo ao Líder Imbassahy. Se todo mundo prestar atenção, é melhor para todos e até para mim.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Sr. Presidente, eu só queria sugerir abrir o painel para que pudéssemos dar presença.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Art. 29:

À hora do início da sessão, o Presidente e os demais membros.....

§1º Não havendo número [que é o que ocorre], o Presidente aguardará, pelo prazo máximo de 30 minutos, a complementação do quórum [como o Líder Imbassahy já tinha observado]; decorrido o prazo e persistindo a falta de número, a sessão não se realizará.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Para isso, é necessário abrir o painel.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Isso. Portanto, nós vamos dar os 30 minutos, todos farão registro da presença, e, no momento adequado, decorrido o prazo, tomaremos a decisão de acordo com o quórum ou com a falta dele.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – Já estamos no 20º minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Ainda não.

Eu peço que se abra o painel para que faça o registro das presenças.

Deputado Pauderney Avelino.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PROS - AL) – Aproveito para convidar os companheiros do PP e do PROS para dar presença na Câmara, pois, a partir de agora, haverá votação.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – O art. 29, no §2º, que V. Ex^a acabou de ler, diz o seguinte: “No curso da sessão, verificada a presença de Senadores e de Deputados em número inferior ao mínimo fixado no art. 28, o Presidente encerrará os trabalhos, *ex officio* ou por provocação de qualquer Congressista.”

Lá, no §1º, diz: “Não havendo número, o Presidente aguardará, pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, a complementação do *quorum*; decorrido o prazo e persistindo a falta de número, a sessão não se realizará.”

Portanto, será necessário o número de 86 Srs. Deputados e de 14 Senadores para abrir a sessão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Para abrir, não.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Para abrir.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Depois de meia hora, conforme V. Ex^a acabou de ler.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Estava marcado para as 17 horas, Presidente, e já são...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Eu pedi...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Sr. Presidente, uma reclamação, uma reclamação, uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Eu vou dar uma orientação para o painel...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Não é uma questão de ordem, é uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Mas só um momento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – É muito grave o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Pois não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Não há Taquigrafia. Como se pode realizar a sessão sem Taquigrafia? Tem de suspender, Sr. Presidente. Não há Taquigrafia. A sessão é fantasma. Não há Taquigrafia aqui. Não pode sessão sem Taquigrafia.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Deputado Arnaldo.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – É verdade, não há taquígrafos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Está sem Taquigrafia. Sabem por quê? Porque é a Taquigrafia do Senado. Eles estão lá, não estão aqui. Sessão fantasma não existe, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Não, não é uma sessão fantasma.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Não há Taquigrafia, não há registro. Qual é o registro? O senhor está enxergando algum taquígrafo aí que eu não estou enxergando? Não há taquígrafo.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Deputado Arnaldo, está bem. A informação que eu estou tendo aqui da Secretaria-Geral do Congresso é a de que eles estão assistindo e/ou ouvindo e registrando. Então, na hora...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Não existe isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Não, mas veja...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – A assessoria não pode ser mais forte que um Parlamentar. Eu estou afirmando: eu não estou vendo aqui a Taquigrafia. Ela não existe fisicamente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Todas as sessões são gravadas, Deputado Arnaldo. Todas são gravadas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Tudo bem, mas todas as sessões gravadas têm taquígrafo. Esta não tem Taquigrafia. Não venha nos enganar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Então, vejam só...

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – O que são dez minutos para que chegue a Taquigrafia?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Então, eu vou resolver...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Não há Taquigrafia.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Para que esse atropelo?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Eu vou resolver da seguinte maneira: eu vou, então, aguarda a chegada dos taquígrafos...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Vou recomeçar tudo que nós fizemos até agora...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Inclusive, vou marcar a presença.

Então, vamos zerar o painel...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, o Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Pois não.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – O Democratas está em obstrução.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente, há um processo em andamento. Eu queria discordar de V. Ex^a em, neste momento, reiniciar a sessão, Sr. Presidente.

Nós estamos com o prazo correndo de 30 minutos.

V. Ex^a leu o Regimento Comum e deixou claro que, 30 minutos depois, se não houver quórum, V. Ex^a vai encerrar a sessão. Agora, o tempo está correndo, Presidente. Nós não podemos admitir isso.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Um momentinho só.

Por parte da Mesa, eu fui alertado... E eu não estou vendo se há ou não alguém da Taquigrafia. Eu não estava vendo. Agradeço ao Deputado Arnaldo. Entretanto, eu fui alertado agora pela Liderança do PSDB de que o tempo está correndo. Eu prefiro, então, cumprir com o tempo. Nós perguntaremos, quando aqui chegar a Taquigrafia, se foi ou não registrado este início. Por quê? Não é um grave risco, porque serão Breves Comunicações. Não tem nada em deliberação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Acaba com a Taquigrafia, então. Tudo é gravado, não precisa mais de Taquigrafia. Vamos resolver isso... A sua decisão está correta. Acaba a Taquigrafia. Está tudo gravado, não precisa de Taquigrafia.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Não, mas veja que eu estou tentando conciliar. A sua questão de ordem veio após uma deliberação da Mesa de boa-fé. Eu posso submeter... Não temos nem como votar. Eu gostaria de ouvir outros Parlamentares para tomar uma decisão de boa-fé. Só isso.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Presidente, V. Ex^a tem que encerrar de imediato ou suspender, pelo menos, a sessão, porque V. Ex^a, como Presidente, não pode dar continuidade – não podia nem estar falando – em uma sessão em que não há o registro oficial do taquígrafo.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – O.k.. Eu prefiro assim, do ponto de vista de tranquilizar os registros desta sessão, mas uma representação em nome da Liderança do PSDB ponderou que eu tinha dado prazo.

Deputado Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – Sr. Presidente, o sensato é: zera e começa a contar...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – ... quando chegar a Taquigrafia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – Não. Quando V. Ex^a quiser. Zerou a sessão, zerou o painel, V. Ex^a reabre tempo e painel, simultaneamente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Não, o problema agora é outro. O quórum no Senado já foi dado, me parece, e o na Câmara também. Isso está resolvido. Então, eu proponho a seguinte maneira: eu suspendo a sessão, aguardando a chegada da Taquigrafia. Eu faço aqui algo que resolve todas as questões, para que ninguém sinta alguma insegurança jurídica quanto aos registros.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Peço a V. Ex^a que zere o painel novamente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Eu vou pedir ao som, porque está... Não há necessidade, mas há muita gente falando não no microfone apenas, mas no plenário, e, às vezes, temos dificuldade.

Quem está inscrito primeiro é o Deputado... Aqui, há uma lista de Breves Comunicações. Eu vou acrescentar como sétimo o Deputado Agostini e depois o Deputado Puty.

O SR. CLÁUDIO PUTY (PT - BA) – Mas é uma questão preliminar, Sr. Presidente.

Eu gostaria que a Mesa do Congresso comunicasse e ordenasse imediatamente a interrupção de todas as sessões na Câmara dos Deputados que ora ocorrem e que todas as comissões sejam suspensas.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Presidente, suspenda a sessão, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Está suspensa. Na hora em que chegar a Taquigrafia, eu darei a palavra para Breves Comunicações. Não sei se vai haver condições de acontecer.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Zere o painel, Presidente. Vamos zerar novamente. Não existe sessão.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – O pessoal da Taquigrafia chegou.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Corte os microfones de todo mundo, inclusive o meu. Zere o painel novamente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Não, não, agora não.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Dê início à nova sessão.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Não, já deu quórum.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – Já reabriu a sessão, então?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Já está reaberta.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – V. Ex^a tinha suspendido a sessão. A Taquigrafia fez uma greve relâmpago, não sei se foi bem-sucedida.

Sr. Presidente, só há um detalhe. Para V. Ex^a afirmar que o que valeu corretamente para a sessão do Senado – não se instala a sessão do Congresso com o Senado realizando sessão –, vale também para qualquer comissão de ambas as Casas. Nenhuma reunião de comissão agora está valendo, está existindo.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Deputado Chico Alencar, quando nós entrarmos na Ordem do Dia, não pode haver trabalho de nenhuma comissão. Como nós não entramos, ainda, nós vamos dar um prazo.

A Taquigrafia vai tomar o seu assento, o que eu imagino que já ocorreu.

Bem, agora, nós vamos às Breves Comunicações.

Com a palavra, o Deputado Amauri Teixeira, PT, Bahia.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD - SC) – Sr. Presidente, eu queria levantar uma questão de ordem, aliás, uma dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Pois não.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD - SC) – ... para que V. Ex^a ou alguém nos explique.

Corre o zum-zum na Casa, Sr. Presidente, de que não querem votar o Orçamento para não pagar as emendas dos Deputados que não se elegeram ou que não disputaram a eleição. Eu acho que isso é uma afronta, se realmente isso é verdadeiro. Se for verdade, eu queria concluir a todos os Deputados que não se elegeram a votar matéria nenhuma, porque é uma afronta aos Deputados da Casa.

Por isso, eu queria que V. Ex^a ou alguém respondesse claramente sobre essa posição.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite?

Deputado, hoje pela manhã, na audiência pública em que estava o Presidente do Banco Central, a Liderança dos Democratas anunciou a sua intenção de obstruir a tramitação da LDO 2015 se não houvesse um compromisso do Governo em também votar o Orçamento.

Acabei de falar com o Senador Romero Jucá, o Relator do Orçamento. Está aqui o Deputado Puty, Vice-Líder do Governo. Nós estamos à disposição – eu como Relator da Receita – para sentarmos com a Bancada do PSDB, do Democratas, do PPS, para ainda hoje definirmos um cronograma que possibilite a votação da LDO e do Orçamento.

Portanto, não há nenhuma orientação ou disposição de nossa parte em não votar o Orçamento este ano.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Muito bem.

Com a palavra, o Deputado Amauri Teixeira. O próximo é o Deputado Marcus Pestana.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT - BA. Sem revisão do orador.) – Eu não tenho dúvida de que o Governo, o Relator, o Deputado Paulo Pimenta e o Deputado Puty querem votar o Orçamento. Quem não quer votar o Orçamento e a LDO é a oposição. E nós temos que chamar à responsabilidade. O Parlamento está sendo desmoralizado. A nossa obrigação mínima anual é votar as leis orçamentárias. A LDO deveria estar pronta até julho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Presidente.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT - BA) – Até o dia 17 de julho. E nós não a deixamos pronta. A Constituição diz isso e proíbe recesso, inclusive. Não votamos a LDO no primeiro semestre. Não votamos o Orçamento ainda e corremos o risco de terminar o ano sem cumprir a nossa obrigação constitucional de entregar ao País as duas principais leis sinalizadoras da ação e do planejamento do Governo e da iniciativa privada, que são a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento, Sr. Presidente.

Eu gostaria de deixar aqui o meu protesto, principalmente eu que fui um Deputado – eu tenho emendas este ano ainda para o meu Município, para a minha região – que não me elegi. Se nós não aprovarmos essas peças orçamentárias, meu Município vai perder emenda, minha região vai perder emenda, meu Estado vai perder as emendas que eu poderia sinalizar.

Não sou só eu. São quase 50% deste Parlamento, porque quase 50% foram renovação. Os Deputados que não foram reeleitos, ou porque não concorreram, ou porque concorreram e não tiveram votação suficiente, têm que ter consciênciade que alguns estão fazendo jogo político, jogo do quanto pior melhor. E eles estão apoiando inocentemente esse tipo de postura.

Eu clamo para que, na próxima semana, no máximo, que é a última, evidentemente, nós votemos a LDO e também a Lei Orçamentária, além de outras pautas. Nós precisamos votar o fim do auto de resistência; nós precisamos votar o direito de resposta; nós precisamos votar a PEC nº 170, que é um consenso, para que nós mostremos à sociedade que nós fomos eleitos para cumprir a nossa responsabilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Eu que agradeço.

Deputado Marcus Pestana. Ah, perdão, Deputado Marcus Pestana, o Líder do DEM...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE. Sem revisão do orador.) – Eu só quero me posicionar com relação ao que disse há pouco o Deputado Amauri Teixeira, que responsabilizou a oposição pela não votação da LDO.

Na verdade, até parece que quem tem maioria na Casa é a oposição! Todo mundo sabe no Congresso Nacional e sabem todos os que acompanham a política que a oposição tem algo em torno de 20% do Parlamento brasileiro, tanto na Câmara como no Senado. A maioria governista é acachapante, é de cerca de 400 Deputados, Sr. Presidente. Como é que uma maioria desse tamanho não consegue votar uma lei básica e fundamental como a Lei de Diretrizes Orçamentárias? Eu me pergunto isso e ofereço um pouco dos caminhos, da resposta a essa indagação.

O próprio Governo faz o jogo da barganha, como fez recentemente o jogo da barganha Sua Excelência a Presidente da República, que editou, pela primeira vez na história, um decreto em que, claramente, estabeleceu a chantagem explícita, porque consagrou a relação de troca: ou se aprova a alteração na LDO 2014, ou não há a liberação de emendas para atender as bases parlamentares. Então, é esse o processo que alimenta

uma situação em que se coloca o Parlamento de joelhos perante o Poder Executivo. A gente não pode aceitar esse tipo de provocação do Deputado Amauri Teixeira.

Eu estive hoje – e a bancada da oposição tem sido presente nas reuniões – na Comissão Mista de Orçamento, como é testemunha aqui o Deputado Felipe Maia, muito assíduo, junto com a Professora Dorinha, que representam o nosso Partido na Comissão Mista de Orçamento. Infelizmente, não houve maioria e disposição por parte da bancada do Governo para votar sequer a LDO 2015.

Nós estabelecemos, Sr. Presidente, inclusive hoje, algumas precondições para que pudéssemos avançar com relação à LDO 2015. A primeira delas é a vinda ao Parlamento do futuro Ministro da Fazenda, o Dr. Joaquim Levy, para ele dizer de viva voz quais são seus compromissos, quais são suas metas para 2015. Segundo, que o Ministro da Fazenda, junto com a Presidente da República, em 2015, não invente novamente a novidade de alterar a LDO, que assuma o compromisso de cumpri-la, para não haver esse vexame de alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias a 20 dias do final do exercício, como está ocorrendo aqui com relação à LDO 2014.

Por fim, é preciso consagrar...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Eu devo...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Quero só concluir, Sr. Presidente.

É preciso consagrar o orçamento impositivo e eliminar por completo da Lei de Diretrizes Orçamentárias a hipótese de execução orçamentária de investimentos.

O SR. ASSIS MELO (PCdoB - RS) – Sr. Presidente, só quero registrar que, na votação anterior, o Deputado Assis Melo votou conforme orientação do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Pode concluir, Líder. Estamos tentando aqui dar-lhe o som.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Está desaprendendo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Faz tempo!

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Faz tempo, não é?

Bom, então, não dá para admitir que haja uma execução de duodécimo de investimento. No máximo, aceitamos uma execução de recursos para pessoal e para despesas de custeio.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – O.k.!

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Estamos dispostos, como já disse ao Deputado Claudio Puty, a negociar um entendimento com relação à LDO, mas os pressupostos são esses.

E, finalmente, temos de estabelecer um cronograma para votarmos a LOA, a Lei Orçamentária para 2015, sem a qual a gente fica, naturalmente, sem orçamento para o próximo ano.

São essas as condições.

No mais, Sr. Presidente, é preciso mobilizar a Base do Governo, que, infelizmente, está meio desmotivada, meio desanimada, para vir ao plenário. Se não vem ao plenário, a força da oposição aumenta, e a gente agradece essa colaboração da própria Base do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Eu devo uma explicação ao Plenário. Nós estamos no momento de breves comunicações.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Eu só queria informar, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Como houve uma referência explícita ao DEM, eu dei a palavra ao Líder do DEM, mas vou seguir a ordem, até porque eu já tinha convidado o Deputado Marcus Pestana, a quem agradeço a paciência. Vou dar a palavra ao Deputado Marcus Pestana.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Eu só quero dizer que apresentei à Mesa um requerimento de preferência para o item 6, que trata dos portos, para ser votado depois do item 1, que já está em fase de votação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Nós não abrimos ainda a Ordem do Dia. Depois, a gente dialoga.

Com a palavra, o Deputado Marcus Pestana.

Depois, falará o Deputado Duarte Nogueira.

O SR. CÉSAR HALUM (PRB - TO) – Sr. Presidente, o Deputado César Halum votou com o Partido na votação anterior.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB - MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras Deputadas, nossa paciência é ilimitada. Para discutir o interesse público, para nós, não há tempo, não há pressa.

O que importa é que as decisões sejam corretas. Mas o Congresso e a Câmara têm se habituado a ideias que não carregam o bom senso. O Deputado Esperidião Amin, que teve os seus cabelos brancos de tanta experiência acumulada, registrou muito bem: são ideias estapafúrdias como a ubiquidade do Senado, por estar em dois momentos em lugares diferentes.

Esse também é o caso da LDO. Parece o técnico de um time que levou de seis a zero e que reúne o time para dar instrução após os 90 minutos de jogo. É quebrar o termômetro, porque não cuidou da febre!

É um ajuste absurdo retroativo! Essa emenda corrige em parte, limitando a gastança. É preciso desmisticificar determinadas teses populistas que vicejam neste plenário. O setor público, o Estado não pode tudo, os gastos não são ilimitados.

A leniência com a irresponsabilidade fiscal tem o seu preço, repercute na inflação, repercute no baixo crescimento e repercute na credibilidade da economia. Votar coisas desse tipo é alimentar a baixa confiança, a baixa credibilidade na economia brasileira, que já está tão combalida. Precisamos resgatar a credibilidade da contabilidade pública.

O superávit primário foi um conceito criado aqui, no Brasil. No mundo inteiro, não se usa isso. Trabalha-se com déficit nominal. O Tratado de Maastricht, o Acordo de Lisboa, na Comunidade Europeia, fixa 3% do PIB de déficit nominal. Isso foi uma invenção do FMI com as negociações no Brasil e na América Latina. Já escutabamos um termo original, que foi criado aqui: superávit primário. Aí escutabamos isso com descontos. É um contrassenso! As palavras têm sentido e valor. Déficit primário é déficit primário. E todos os agentes relevantes, trabalhadores e investidores, sabem fazer a conta de trás para frente e apurar o efetivo esforço fiscal.

Nós não podemos revogar uma grande conquista, que foi a Lei de Responsabilidade Fiscal. Que prefeito, que governador vai ter estímulo se o exemplo de cima é essa coisa de, aos 46 minutos do segundo tempo, na prorrogação, mudar a regra? Tautologicamente, como o próprio nome diz, a diretriz orçamentária é uma bússola para o Orçamento. No final da execução, muda-se a bússola. Isso traduz para o mercado e para a sociedade que o Brasil, no atual Governo, na sua política econômica, é uma nau sem rumo, uma nau sem bússola.

Portanto, o Congresso devia responder, claramente, às demandas sociais. Que a Presidente...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB - MG) – Que a Presidente Dilma peça um *waiver*, mande um relatório para o Tribunal de Contas da União, mande um relatório circunstanciado e detalhado ao Congresso Nacional, dizendo por que não a cumpriu!

A receita cresceu acima da inflação, houve aumento real de receita, havia uma Lei de Diretrizes, havia um orçamento, esconderam o maior déficit da história do superávit primário, e, agora, vem retroagir.

Peça desculpa, peça um *waiver*, peça uma licença para desrespeitar, justifique! E os órgãos competentes vão julgar. Assim é na Europa. Não se muda a meta de 3% de déficit nominal. O País que a infringe faz um acordo de ajuste e até é objeto de intervenção, como a Grécia.

(Soa a campainha.)

(Interrupção do som.)

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB - MG) – Esta instituição, ao abrir mão das suas prerrogativas, não corresponde à expectativa da sociedade brasileira.

Um grande amigo meu, cientista político, falava que superávit primário não dá uma passeata. Não é que deu?

A sociedade brasileira está atenta. O lema “Sou Contra o PLN nº 36” está há uma semana entre os dez principais itens do Twitter. A sociedade está atenta. O Congresso tem de dizer a que veio: se é uma instituição republicana que defende o interesse público ou se, realmente, é um simples anexo do Palácio do Planalto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chignalia. PT - SP) – Convido a fazer uso da palavra o Deputado Duarte Nogueira e, em seguida, o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chignalia. PT - SP) – Perdoe-me, Deputado Duarte Nogueira!

Por tolerância da Mesa e também por perceber a necessidade de os colegas concluírem suas intervenções, de ofício, eu estou prorrogando o tempo de cada Parlamentar para cinco minutos. Peço que se cumpram, então, os cinco minutos. Antes, eu estava colocando três minutos, mas não estava dando tempo. Então, a partir de agora, são concedidos cinco minutos.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, nós estamos aqui, na tarde desta terça-feira, para concluir a votação do PLN nº 36, pelo empenho do atual Governo. Pela força de obstrução da oposição, não foi possível concluir-lo na semana passada. E foi importante para o Brasil que nós da oposição mantivéssemos o trabalho de obstruir a

matéria, para que a sociedade brasileira, através dos veículos de comunicação e das redes sociais, tomasse conhecimento do que estava acontecendo aqui, no Parlamento.

Hoje, o Brasil sabe que a Presidente Dilma descumpriu a meta fiscal. Resumidamente, ela gastou mais do que a lei permitia que ela gastasse. Seria como se você, em sua casa, com sua mãe, com seu pai, com seus familiares, no final do mês, estourasse o orçamento da renda somada de cada um da família. E aí o que acontece? Você perde o crédito na padaria, no açougue, na farmácia, no supermercado. O que a Presidente Dilma fez com o País foi levá-lo a perder a sua credibilidade perante as contas públicas. E o que isso fará acontecer? O Brasil terá de aumentar a taxa de juros. O dinheiro vai ficar mais caro para rolar as nossas dívidas e o custo dos investimentos. Gerar novos empregos, construir indústrias, gerar novos postos de trabalho, tudo isso vai ficar mais difícil.

Vai continuar havendo uma pressão para o aumento da inflação, que, aliás, nos últimos dois anos, sempre fica no topo da meta. E sacrificando quem? Aqueles que a Presidente Dilma, o PT e seus aliados dizem defender. Defendem coisa alguma! Estão aumentando o custo de vida, estão sacrificando a saúde pública do País, diminuindo a qualidade da educação, inviabilizando as obras de infraestrutura, através de uma política errada, populista, demagógica, que foi feita simplesmente para se manterem no poder.

E aí ganharam a eleição. Ganharam a eleição em uma disputa muito acirrada. Mas vamos fazer uma conta com a população do nosso País, que nos escuta e que está muito atenta ao que está acontecendo com o Brasil: 54 milhões de brasileiros aptos a votar escolheram a Presidente Dilma sua Presidente. Agora, os outros 88 milhões não votaram ou votaram em branco ou anularam o seu voto ou votaram no candidato Aécio Neves, que obteve 51,5 milhões de votos. Ela ganhou quantitativamente, mas politicamente não levou.

Há um constrangimento dentro da sua Base de Governo. É uma Presidente que se elege para um segundo mandato sem ter um projeto para o Brasil. O que vai ser feito da educação, para melhorar a qualidade do ensino, em vez de fazer com que a gente diminua a qualidade nas salas de aula? O que vai ser feito com a saúde, além de um programa que viu propaganda de trazer médicos do exterior ou de Cuba, sendo que, nos rincões do Brasil, falta médico e falta saúde pública, e, nos grandes hospitais, a fila continua, a maca é leito hospitalar no nosso País? O que se vai fazer com os investimentos, se a gente não tem poupança, porque a gente gasta de maneira desenfreada, sem responsabilidade?

Aqui, a oposição esteve em todos os instantes, madrugada adentro, até as 5 horas da manhã, para chamar a atenção do povo brasileiro de que nós estamos no caminho errado. Nós precisamos, sim, ter rumo, ter prioridades, e não apenas a prioridade de se manter no poder pelo poder.

Espero que a próxima equipe escolhida pela Presidente Dilma dê alguma luz para nós, brasileiros, e para nós, da oposição, a quem cabe fiscalizar, a quem cabe levar as novas alternativas e o outro caminho para a solução dos nossos problemas. A oposição estará aqui fazendo o que nós temos que fazer, que é chamar a atenção da sociedade brasileira. Nós estamos sem rumo definido, sem projeto para o País e continuamos vivendo de improviso. Nós vamos aqui apontar quais caminhos nós queremos para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, questão de ordem. Art. 29.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Pois não, Deputado Izalci.

O SR. IZALCI (PSDB – DF. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Mas quero, além do art. 29, indagar de V. Ex^a: até quando as galerias ficarão trancadas, sem acesso à população? Além do art. 29.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Bem, a exemplo da sessão passada do Congresso, eu prefiro aguardar a chegada do Presidente Renan Calheiros, porque, como ele determinou, digamos, a organização da votação dessa maneira, eu penso que seria oportuno fazer essa indagação a ele. O.k.?

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – O art. 29 é relacionado. Já foram ultrapassados 30 minutos. Como não se atingiu o quórum, peço a V. Ex^a que encerre, então, a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – O quórum de um sexto, ao qual nós nos referimos no início da sessão, foi atingido. Agora, estamos aguardando quórum para deliberação. O Regimento está sendo cumprido.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sim, mas são 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Não. Os 30 minutos eram para dar quórum para Breves Comunicações, O.k.?

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – O.k.. Mas solicito a V. Ex^a que peça, então, ao nosso Presidente para liberar as galerias.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chignalia. PT- SP) – Assim que ele chegar, eu o farei, O.k.?

Obrigado.

Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino e, em seguida, o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Congressistas, eu lamento que estejamos hoje, mais uma vez, com as galerias vazias. Mas aqui está o Senador Aécio Neves, que liderou uma campanha com 51 milhões de votos, e isso nos dá força não só aqui dentro, à parcela dos Parlamentares que representam esses 51 milhões de votos, mas também ao povo, que está impedido de entrar nas galerias. Nós lamentamos profundamente que não esteja aqui o povo, que representa esses 51 milhões de brasileiros que dizem “não” a essa política que está em vigor há 12 anos no nosso País. Esse povo que está lá fora, que está impedido de entrar, lamentavelmente está fazendo o seu protesto pelas redes sociais e poderia estar aqui também.

Portanto, a hora é de resistência. Ficamos por mais de 19 horas, na última quarta-feira da semana passada, resistindo, em nome dessas pessoas que não aceitam mexer numa lei para atender a uma Presidente que não cumpriu com as suas obrigações, que gastou demais na campanha política e que, agora, recentemente, ainda teve as suas contas com parecer pela rejeição do Tribunal Superior Eleitoral.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Congressistas, nós lamentamos muito esse estado de coisas. Não queremos aprovar o PLN nº 36. Não queremos fazê-lo porque isso poderá abrir caminho para que não só a Presidente possa descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas também isso pode abrir a porteira para que Governadores e Prefeitos também possam descumpri-la.

Nós lamentamos profundamente e não queremos deixar que este Congresso Nacional faça essa votação. Estamos em obstrução. Vamos permanecer em obstrução também por conta do que está acontecendo com a estatal Petrobras. Lamentavelmente, qualquer brasileiro, independentemente de partido, lamenta o que está ocorrendo: os desvios, o roubo, a má gestão que está ocorrendo na Petrobras.

Ontem, um escritório de advocacia entrou com uma ação em Nova York, em nome dos acionistas da Petrobras. Eles querem ter seus direitos preservados. Não confiam mais na administração da Petrobras. Agora, fomos informados de que dez fundos brasileiros aderiram também a essa ação. Onde isso vai parar? O Brasil entrou em descrédito. A maior empresa da América Latina, que era a Petrobras, empresa com maiores ativos, entrou em descrédito. Oxalá não contamine as demais empresas brasileiras que têm ações na Bolsa de Valores de Nova York.

Sr. Presidente, estamos vivendo momentos difíceis. Como disse ontem o jornalista Arnaldo Jabor, o País está irreconhecível, pois a incompetência, casada com o delírio ideológico, promoveu o caos. E é o caos que estamos vendo acontecer no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Concedo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris. O próximo é o Deputado Chico Alencar.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, esse processo de obstrução que envolve os Deputados de oposição se dá por vários fatores.

Fatores estes que justificam o enorme caminho que pretende tomar a sociedade brasileira para garantir que aqueles que não obedecem à lei possam ser punidos.

Essa obstrução, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se dá porque a Presidente da República, ao longo dos últimos meses de campanha eleitoral, de maneira mais acentuada, teve o desplante de ter gasto acima do que podia. Isso mostra claramente a falta de condições de gestão, porque não cumpriu a lei; mostra a falta de condições de gestão quando gasta mais do que devia e procura se safar da necessidade legal de garantir recursos para o superávit primário. E o que é o superávit primário, a não ser uma poupança que o País faz para honrar os seus compromissos? É isso o que fez a Presidente da República, que causou e causa indignação em toda a sociedade brasileira.

Nós não podemos continuar vivendo uma situação de descaso com a lei, descaso com o gasto público, promovido pela atual Presidente da República.

Este Governo, que vai começar novo, já se coloca como um governo velho. Um Governo que já começa de maneira errada, de maneira tortuosa e a descumprir todos os compromissos que fez durante a campanha eleitoral.

É por isso que nós, da oposição, estamos denunciando isto ao País: uma Presidente que não cumpre a lei, uma Presidente que não cumpre os contratos sociais que fez durante a campanha eleitoral, contratos de compromisso. E mostra claramente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não está à altura de continuar sendo Presidente dessa forma. Essa denúncia nós fazemos aqui da tribuna.

Eu estava dando uma olhada na legislação, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ela diz claramente, em seu art. 10 da Lei nº 12.952: “São crimes de responsabilidade contra lei orçamentária:

§4º - Infringir, patentemente, de qualquer modo, dispositivo na Lei Orçamentária”.

Está mais do que provado que ela infringiu a lei, que ela cometeu um crime de responsabilidade, e este Congresso Nacional não pode ficar alheio à decisão da Presidente de mandar aqui um projeto de lei se eximindo desse crime. É mais ou menos como disse na semana passada, na resistência que fizemos aqui: é como se ela tivesse sido condenada a dois anos de prisão e, de repente, descobre que pode mudar a lei. Muda a lei e diz o seguinte: "essa pena não é mais de prisão; é de serviços à comunidade", e se safar da penalidade. Isso não pode acontecer.

A Presidente da República tem que dar exemplo ao País, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ela não cumpriu a lei, que diz claramente que são crimes de responsabilidade contra a Lei Orçamentária infringir, de qualquer modo, os dispositivos da Lei Orçamentária.

Então, é importante que fique bem claro que nós não estamos fazendo obstrução por obstrução, não. É para denunciar mesmo essa falta de compromisso da Presidente da República com a sociedade brasileira, com a lei, com a Constituição e com o Congresso Nacional, que está sendo chamado agora a ser cúmplice dessa situação, o que não podemos admitir.

É por isso que nós continuaremos aqui até o final, resistindo e dizendo que nós não vamos aceitar, como oposição, manter a situação de se safar da lei, como quis a Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chignalia. PT - SP) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar. Em seguida, ao Deputado Perondi.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cá estou, Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, Congressistas. O som me parece que está um pouco baixo, além do da tribuna, que abaixou também aqui na Câmara.

Sr. Presidente, nós queríamos, e reiteramos isto – é uma posição até de princípio do PSOL –, a galeria aberta, para que todos possam dar fôlego e vida às nossas sessões aqui. Proibir quem quer que seja do acesso às galerias é errado, antirregimental e antidemocrático. Fica o nosso pleito e o nosso apelo.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, temos visto, em relação a essa redução da meta fiscal na Lei Orçamentária, que é muito uma disputa retórica, evidentemente, e até, naturalmente, continuidade da disputa eleitoral recém-finda. Há um interesse novo até da sociedade, ou pelo menos de parte dela, nesse tema, e isso é muito positivo.

Daí a nossa obrigação, nós que não estamos querendo fazer uma batalha naval em águas rasas, na superfície, de discutir a questão na sua essência. Nas nossas intervenções aqui, durante a maratona de mais de 20 horas, nos poucos momentos que o PSOL tem disponível na tribuna, nós tentamos colocar o seguinte: em primeiro lugar, aliás, até reiterando o que o próprio Deputado Marcus Pestana disse, superávit primário é uma imposição do FMI para economias periféricas na América Latina, que vigora desde 1999 e que não é praticado nas economias centrais. Lá isso não existe; pelo contrário, eles estabelecem até margem de déficit na Europa e nos Estados Unidos.

Portanto, é uma jabuticaba azeda que se impôs – esse parâmetro – para as economias da América Latina. E, na verdade, essa economia que se faz é dirigida essencialmente para pagar juros, serviços e amortização da dívida.

E a quem isso interessa? Economistas, estudiosos nos indicaram. Vejam, os beneficiários da prioridade para o pagamento de juros da dívida pública e também da elevação dos juros, que a Presidenta Dilma e o Copom, onde não há trabalhadores, acabaram de decretar, já nos colocando de novo no topo mundial dos juros altos, os que mais se beneficiam de parte desse superávit são os rentistas, os grandes rentistas: bancos transnacionais e nacionais, investidores estrangeiros, seguradoras, muitas delas pertencentes aos conglomerados dos bancos, que, na verdade, abocanham 62% dessa dívida.

Os fundos de investimentos ficam com 18%; os fundos de pensão – e logo, logo, escandalosas gestões desses fundos vão aparecer nesse pão requentado da corrupção nacional, histórica, mas atual e inaceitável –, com 13%. E vejam, o Tesouro Direito, que é a forma de aplicação de pessoas físicas em títulos da dívida pública, responde por apenas 0,36% desse montante, desse bolo.

Portanto, a quem interessa tanto a invenção do superávit primário? Rever meta fiscal já aconteceu, como se disse aqui à exaustão: em 2001, no Governo Fernando Henrique Cardoso, e agora, nesse mês que passou, por uma iniciativa do Governador Perillo, do PSDB, aqui em Goiás. Não conseguiu cumprir a meta, pede uma revisão dessa meta.

Portanto, o essencial tem que ser discutido aqui, e está no diploma legal, já que se fala tanto de lei aqui, que é o art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: auditoria da dívida, formada com base em muita ilegalidade, em números falsos e montantes artificiais.

Isso é um delírio? Isso ninguém faz? Não, nosso vizinho, o Equador, no seu processo da Revolução Cidadã, fez em 2007...

(Interrupção do som.)

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – A República do Equador fez uma auditoria da dívida em 2007 e, com isso, conseguiu reduzir em 70%, por falsa, por mentirosa, por arranjada, a dívida com bancos privados, internacionais inclusive. E eles – claro – tiveram que aceitar. Portanto, esse processo de vontade política é uma exigência absoluta.

Essa é a posição do PSOL. Só nós, aliás, na campanha presidencial, lembramo-nos disso e defendemos isso por intermédio da companheira Luciana Genro.

Obrigado, Presidente.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Para uma questão de ordem, Presidente.

Presidente, para uma questão de ordem: art. 31 do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Deputado Mendonça Filho

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – O art. 31 diz o seguinte, Presidente: “A primeira meia hora da sessão será destinada aos oradores inscritos que poderão usar da palavra pelo prazo de 5 (cinco) minutos improrrogáveis”.

Esta sessão estava marcada para as 5 horas da tarde. Nós a iniciamos às 17h18. São 18h20. Então, os trinta minutos previstos no Regimento já se foram. Já temos mais de uma hora para as chamadas Breves Comunicações. Portanto, o passo seguinte seria, pós-Expediente, a Ordem do Dia. Eu peço a V. Ex^a que chame a Ordem do Dia e que nós iniciemos o processo de votação. Infelizmente, o quadro desenhado aqui é que a Bancada do Governo não quer votar. Mas não podemos ficar aqui aguardando indefinidamente que venham ao plenário Parlamentares que, por uma razão ou por outra, não querem levar adiante o processo de votação deste absurdo que é a alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias pelo PLN 36, porque falta um destaque, Presidente.

Então, peço a V. Ex^a que dê início à Ordem do Dia imediatamente, porque não há mais tempo a perder. A ansiedade é grande por parte dos Deputados e também dos Senadores e Senadoras aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Respondo a V. Ex^a.

Por falta, exatamente, de quórum para que começemos a Ordem do Dia, eu estou aguardando e apelando a quem eu consigo para que consigamos o quórum para poder se instaurar a Ordem do Dia.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Se não há quórum, Presidente, permita-me, V. Ex^a tem que encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Não, aí é que está. É uma escolha. E eu pedi, então, que se fizesse contato com o Presidente Renan Calheiros, que está aqui, conforme eu estava explicando. Mas isso não contraria o Regimento, até porque, veja, podem ser prorrogados os cinco minutos. Eu tomei a decisão de não prorrogar, entendeu?

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Presidente, eu vou estender a argumentação, já que o Presidente Renan chegou,...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT - SP) – Pois não.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – ... no sentido de que já se passaram os 30 minutos reservados para as chamadas breves comunicações, o Expediente, e agora se dá início à Ordem do Dia.

Está claro que a Bancada do Governo não quer votar. E a Bancada da oposição, os demais Parlamentares que estão aqui desde às 5 horas, não podem e não devem ficar aqui indefinidamente aguardando a chegada de quórum. O Plenário do Congresso Nacional claramente não quer deliberar esta matéria hoje.

Então, vamos respeitar a vontade da maioria. Se a maioria não quer deliberar, remarcamos a sessão do Congresso para o dia de amanhã ou, talvez, para quinta-feira. E, se não der na quinta-feira, na outra semana. Enfim, quando houver disposição. Segundo o Deputado Silvio Costa, talvez em fevereiro do próximo ano. Tudo bem, quando houver vontade, a vontade vai se expressar pela sua maioria. Então, apelo a V. Ex^a que encerre, para cumprir o Regimento, imediatamente, a sessão. Esta sessão já tem uma tolerância de mais de meia hora, além dos 30 minutos que estão consagrados no Regimento Interno.

Então, o apelo vai ao Presidente Chinaglia e também ao Presidente Renan Calheiros, que acaba de chegar. E, como um bom regimentalista, tenho certeza de que o Presidente do Congresso Nacional vai encerrar imediatamente a sessão.

O Sr. Arlindo Chinaglia, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PSC - PE) – Presidente, para uma questão de ordem. Mas o Deputado Perondi está na tribuna e, por uma questão de antiguidade, eu faço minha questão de ordem depois do Perondi.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB - RS) – Mas ele tem que me dar a palavra. Estou esperando.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PSC - PE) – Na verdade, eu queria fazer uma questão de ordem, mas queria ceder. Eu não vi o Perondi. Depois eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Com a palavra, o Deputado Perondi.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Deputado Silvio Costa.

Existem regras que exercemos com os nossos filhos. Lá com cinco anos, ensinar a não comer com as mãos, em casa, na creche ou na escola. Há regras, também, quando nossos filhos ficam adolescentes e fazem o ensino fundamental, o ensino médio. Existem regras em nossas vidas: não podemos andar a 150km por hora ou andar pelado na rua. Regras, leis. Se isso não fosse cumprido na família, na escola e na sociedade, que desordem teríamos na sociedade!

O que aconteceu com o PL 36 foi uma franca e clara desobediência a uma lei no fim de sua vigência. A LDO que nós votamos no ano passado e que funcionava para este ano se encerra agora. Na prorrogação, é mudada a lei. Para quê? Para que nós fizéssemos algo impossível, que vai ser escrito nos livros de orçamento das academias do mundo inteiro, dos legislativos do mundo inteiro! Isso dá medo a Aristóteles! Nós aprovamos aqui que dois mais dois não são quatro, são cinco! Ao homem do dicionário, Buarque de Holanda, também. Nós ousamos enfrentar Buarque de Holanda, dizendo que gastar é igual a poupar. Agora, quem gasta não está gastando; está poupando.

Esta Casa deu um atestado de crédito a um governo que gastou mais do que arrecadou. Olha, nem estou falando da “petrolambança”. Estou falando que perdeu o controle do gasto público e pediu para esta Casa dar o atestado fiscal, tirá-lo do SPC sem pagar a conta.

Isso foi o que fizemos. E hoje, de novo, para fechar, querem que façamos novamente.

Eu não acompanho isso. Eu defendi, dentro da minha Bancada, este mês, que o PMDB não votasse. Não votasse. E continuo pedindo aqui que não vote. Esta Casa não pode dar esse atestado. Que a Presidente vá à televisão e diga: “Errei, gastei mais do que podia”. Quem votou está sofrendo! Ouvi depoimentos, hoje, de colegas do meu Partido, até do PT. A pressão da imprensa, a pressão do Twitter, a pressão do Facebook. A sociedade não aguenta mais uma medida desse porte para um país que está num grave desequilíbrio fiscal!

Para encerrar, quero fazer um pequeno debate com o Deputado Chico Alencar, do PSOL. Experimenta, Professor Chico, grande Deputado desta Casa, não pagar a sua conta, não pagar o aluguel, não pagar a água, não pagar a luz, não pagar o mercado, não pagar a escola do seu filho. O que vai acontecer? No mínimo, pode perder a mulher, vai dar briga em casa e vai dar processo. O senhor disse há pouco, antes de mim, que o Governo não deve pagar a sua dívida interna. O que é isso, Professor Chico? O que é isso? Dívida tem de ser paga. Tem de ser negociada, mas tem de ser paga. Agora, se é um milionário japonês que está financiando, se é um milionário chinês ou se são os bancos brasileiros que estão financiando, há também pequenos exportadores que estão financiando a nossa dívida. O que você tem de dizer, Chico, é que a conduta fiscal irresponsável do Governo Dilma faz com que a nossa dívida, não a líquida, a nossa dívida bruta, cresça, que está...

(Interrupção do som.)

O SR. SILVIO COSTA (PSC - PE) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. DARCISIO PERONDI (PMDB - RS) – Estou encerrando.

Então, Chico, quando o Governo é o responsável fiscal, a dívida fica mais cara. Estamos pagando 240 bilhões de juros pela nossa dívida porque o Governo não poupou para pagar a luz, a água. Então, a nossa dívida vai aumentar porque vão aumentar os juros. É isso. Dívida tem de ser honrada, Chico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SÍLVIO COSTA (PSC - PE) – Presidente. Presidente. Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu concedo, eu concedo ao Deputado Sílvio Costa a palavra para uma questão de ordem, rapidamente, aí eu a responderei e responderei às demais questões de ordem levantadas.

O SR. SÍLVIO COSTA (PSC - PE. Sem revisão do orador.) – Presidente, na verdade a minha questão de ordem é baseada no art. 95 do Regimento da Câmara, que nem é questão de ordem, na verdade, é uma reclamação, mas eu vou pedir, também, um posicionamento de V. Ex^a.

A oposição, Sr. Presidente, desde a semana passada, vem cometendo uma deslealdade intelectual. E qual é a deslealdade intelectual, Presidente? É que a oposição está colocando na cabeça do povo do Brasil e,

lamentavelmente, em parte da imprensa, que a alteração da LDO atropela a Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu queria que V. Ex^a – evidentemente, V. Ex^a pode fazer isso –, se assenhoreasse da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque não há nenhum artigo da Lei de Responsabilidade Fiscal – nenhum! – que proíba a alteração da LDO. Então, essa é a primeira deslealdade intelectual. Se alguém da oposição me apresentar um artigo da Lei de Responsabilidade Fiscal que diga que é proibido alterar a LDO, eu mudo meu voto e passo a votar com a oposição.

Segundo, a outra deslealdade é perversa. Nas redes sociais, parte da oposição não está tendo a grandeza de dizer que aquele decreto da Presidente – eu concordo que foi um equívoco o último parágrafo, ao associar que só iria liberar os R\$740 mil se aprovado fosse o projeto, foi um erro, um desrespeito ao Parlamento –, aqueles R\$740 mil dizem respeito a emendas para prefeituras e que não são recursos para Parlamentares. Não é justo que a oposição fique divulgando isso nas redes sociais.

Portanto, Presidente, eu queria que V. Ex^a, em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal – e é esta a minha questão de ordem –, mostrasse para a oposição que realmente não existe nenhum artigo que proíba alterar a LDO.

Era essa.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fui citado pelo Deputado Darcísio, um minuto para uma contestação.

Quero dizer, o Deputado Darcísio fez um arrazoado. Fui citado: Deputado Chico Alencar. Valente, ele me elogiou – gostei!

Sr. Presidente, a questão da dívida pública, que merece ser discutida, não teve sua auditagem revogada da Constituição, dos seus Atos de Disposição Transitória.

A CPI da dívida – aliás, presidida pelo Deputado Ivan Valente nesta Casa – concluiu que a nossa dívida tem uma agiotagem de 70%, juros sobre juros e várias ilegalidades.

Eu, pessoalmente, honro todas as minhas pouquíssimas dívidas, mas pagar o que já foi pago, sobreparagar e pagar para agiota internacional ou nacional, aí, isso tem que ser questionado mesmo. Vamos avançar nesse sentido.

O problema não é... O superávit é praticado no Brasil desde 1999, e os juros só sobem. Os rentistas e o capital financeiro – não o capital produtivo – agradecem muito esse modelo.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Sr. Presidente, já há quórum. Eu sugiro a V. Ex^a que inicie a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) –

ORDEM DO DIA

A SR^a CIDA BORGHETTI (Bloco/PROS - PR) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

A SR^a CIDA BORGHETTI (Bloco/PROS - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Apenas gostaria de fazer um comunicado em nome da Liderança do PP e da Liderança do PROS. Nós acabamos de perder a esposa do nosso querido Prof. Francisco, nosso orientador aqui de plenário, que trabalha nesta Casa há mais de 26 anos. Sua esposa foi vítima, no domingo passado – aliás, os dois –, caminhando pelas ruas desta cidade, foi brutalmente atropelada quando dividia a mesma faixa de pedestres e ciclistas. Foi brutalmente atropelada e veio a falecer agora, neste momento.

Então, nós gostaríamos de compartilhar, com a família do Prof. Francisco Afonso Castro, nosso grande professor, mestre do Legislativo, desta Casa,... Em nome da Liderança do PP e do PROS, queremos externar os nossos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Nós somamos as condolências da Mesa Diretora do Congresso Nacional às que foram colocadas por V. Ex^a.

Nós íamos responder a questão de ordem, mas é evidente que, em função do quórum, não há mais necessidade, Deputado Mendonça Filho, para respondê-la.

Então, nós vamos começar, como pede V. Ex^a, a Ordem do Dia

Continuação da votação da emenda...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Presidente, permita-me. Antes de V. Ex^a fazer o encaminhamento ou a leitura com relação ao texto do último destaque, encontra-se sobre a mesa requerimento de nossa autoria pedindo a inversão de pauta, dando prioridade ao PLN nº 5 e ao PLN nº 33.

O PLN nº 5 é muito importante, fortalece e cria condições para a realização do aumento para os policiais federais. Então, peço a V. Ex^a que submeta à votação o pedido de preferência de nossa autoria.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Presidente, pela ordem, apenas um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra V. Ex^a, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no mesmo sentido do Deputado Mendonça Filho, que acaba de se manifestar, há também requerimentos de nossa autoria e, aí, eu pediria a V. Ex^a que pudesse nos esclarecer sobre quais requerimentos encontram-se sobre a mesa, para que nós tenhamos clareza da sequência de suas devidas apreciações.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Quantos requerimentos de pedido de inversão se encontram sobre a mesa, Presidente? Parece-me que há um de nossa autoria, do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Um do Deputado Mendonça Filho, Líder do Democratas, outro do Deputado Domingos Sávio.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Então, temos que votar os dois requerimentos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Chegaremos lá, chegaremos lá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Continuação...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Mas, Presidente, nós chegaremos lá, o requerimento precede a votação de qualquer matéria.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Há um requerimento meu que pede a inversão do item 6 da pauta e V. Ex^a não o apregoou. E eu o apresentei antes do início.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não está sobre a mesa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Eu apresentei, apresentei lá, faça o favor, apresentei a uma funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Acabou de chegar.

Os requerimentos serão todos lidos, na forma do Regimento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Presidente, quero que V. Ex^a confirme, porque V. Ex^a disse que meu requerimento não está aí, de inversão do item 6.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não estava; acabou de chegar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Eu entreguei antes do início da Ordem do Dia.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, permita-me ler o art. 34 do Regimento Comum:

Na organização da Ordem do Dia, as proposições em votação precederão as em discussão.

Parágrafo Único - A inversão da Ordem do Dia poderá ser autorizada pelo Plenário por proposta da Presidência ou a requerimento de Líder.

V. Ex^a, na sessão anterior, respeitou esse critério. Aliás, V. Ex^a considerou outro artigo do Regimento Comum que autoriza rejeitar em bloco os requerimentos se porventura nós tivéssemos mais de cinco. Pelo que V. Ex^a leu, só existem três requerimentos de preferência sobre a mesa.

Então, não faz sentido, Presidente, V. Ex^a...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) –... desfazer uma interpretação que foi dada na sessão anterior e deixar de considerar a apreciação dos requerimentos de preferência de minha autoria e do nobre Deputado Domingos Sávio.

Então, peço a V. Ex^a que, respeitando o Regimento interno, dê início ao processo de votação, apreciando, prioritariamente, os requerimentos de acordo com que está claramente estabelecido no Regimento Comum do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Primeiro, nós vamos anunciar o processo de votação. **Item 1.**

Continuação da votação da Emenda nº 69, oferecida ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 36, de 2014, e que foi objeto de destaque por meio de Requerimento nº 65, do Congresso Nacional, de autoria do Deputado Imbassahy.

A votação da emenda destacada já foi encaminhada pelos Deputados Antonio Imbassahy, autor do requerimento, e Domingos Sávio, signatário da emenda, bem como pelo Senador Romero Jucá – eu vou dar a palavra a V. Ex^a em seguida, só estou anunciando a matéria –, nos moldes do disposto no §7º do art. 192 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Nos termos do art. 303, do Regimento Interno do Senado Federal, a votação foi interrompida por falta de quórum na Câmara dos Deputados.

Vencidas as etapas do encaminhamento e da orientação de Bancada, passa-se, portanto, à imediata votação da matéria.

Antes, porém, respondendo à colocação feita pelo Deputado Mendonça Filho, há sobre a mesa requerimentos de inversão da pauta, de autoria do Deputado Mendonça Filho e Domingos Sávio – são dois requerimentos.

Esclareço que não há como receber tais requerimentos, tendo em vista o que dispõe o *caput* do art. 160 do Regimento da Câmara dos Deputados, que diz o seguinte: “Será permitido a qualquer Deputado, antes de iniciada a Ordem do Dia, requerer preferência para votação ou discussão de uma proposição sobre as do mesmo grupo” – sobre as do mesmo grupo –, que são matérias diferentes.

O Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 36, de 2014, já teve a votação de seu Substitutivo encerrada, pendente apenas – e foi assim que abri a Ordem do Dia – a continuação da apreciação da Emenda nº 69, que foi destacada, já anteriormente destacada.

Os demais projetos – já darei a palavra a V. Ex^a –, que não tiveram sequer sua discussão iniciada, não pertencem, portanto, ao mesmo grupo da Emenda nº 69 ao PLN nº 36, de 2014, que já teve, inclusive, sua votação iniciada. Sendo assim, não há, infelizmente, como dar encaminhamento aos requerimentos ora apresentados pelo Deputado Domingos Sávio e pelo Deputado Mendonça Filho.

Deputado Mendonça Filho, com a palavra V. Ex^a. Em seguida, V. Ex^a, Deputado Domingos Sávio.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, permita-me discordar de V. Ex^a. Acho que V. Ex^a está absolutamente equivocado na interpretação.

Primeiro, recorre-se ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados ou mesmo do Senado da República, em sessão do Congresso Nacional, quando o Regimento do Congresso Nacional é omisso. E não é o caso. O Regimento do Congresso Nacional é claro, no seu art. 34, que expressa claramente que a requerimento de líder ou deliberação de presidente da sessão – no caso, V. Ex^a –, pode apreciar-se matéria desse tipo, requerimento desse tipo.

Infelizmente, Presidente, o que estou interpretando é que, mais uma vez, estamos sendo tratorados do ponto de vista de interpretação do Regimento Interno.

E quando V. Ex^a fala de matéria do mesmo grupo, quero ler aqui o que diz o art. 159 do Regimento da Câmara dos Deputados, para ficar bem claro:

Art. 159. Denomina-se preferência a primazia na discussão, ou na votação, de uma proposição sobre outra, ou outras.

§ 1º [Aí é o mais importante.] Os projetos em regime de urgência gozam de preferência sobre os em prioridade, que, a seu turno, têm preferência sobre os de tramitação ordinária (...)

Então, Presidente, está claro que a interpretação de V. Ex^a não é correta. Peço a V. Ex^a... V. Ex^a sabe que o Governo tem maioria na Casa, mas, se não tem maioria que se quer expressar aqui através da presença de Deputados e Senadores, seria por outros motivos que não me cabe aqui interpretar, mas temos de proceder ao processo de votação, respeitando o Regimento Comum do Congresso Nacional.

Existem três requerimentos apenas. V. Ex^a tem que, antes de colocar essa matéria em votação, colocar os três requerimentos em votação.

Ademais – e só para concluir, Presidente –, eu quero dizer a V. Ex^a o seguinte: V. Ex^a interrompeu a sessão por falta de quórum; esta sessão é outra sessão, não é uma sequência da sessão anterior; e, não sendo uma sequência da sessão anterior, vale, de acordo com o Regimento, a apresentação de requerimento para inversão de pauta.

Então, peço a V. Ex^a que reavalie essa posição. Eu sei que a pressão da Presidente da República é enorme, é muito grande, para limpar a barra dela com relação à Lei de Responsabilidade e a Lei nº 1.079, que qualifica os crimes de responsabilidade; mas a gente tem que agir cumprindo e respeitando o Regimento Interno e respeitando, sobretudo, a Constituição Federal.

Então, infelizmente, eu insisto com V. Ex^a: por favor, respeitando o Regimento, coloque em votação. São apenas três requerimentos, e aí a gente passaria à matéria, sem nenhum problema.

Estou aqui para votar. Se a Base do Governo não quer votar, aí são outros motivos, que não me cabe analisar. Eu sei que a dificuldade de quórum é grande, mas eu peço a V. Ex^a, em termos finais, que reavalie a sua posição porque, infelizmente, está equivocada.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sr. Presidente, para contraditar...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O Deputado Paulo Pimenta, para contraditar; em seguida, o Deputado Domingos Sávio.

E eu vou responder à questão de ordem solicitada.

O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS. Para contraditar. Sem revisão do orador.) – Para corroborar o seu raciocínio, art. 163, §1º, inciso I, do Senado Federal: “As matérias de votação em curso terão prioridade sobre as demais não iniciadas”.

Portanto, se havia alguma dúvida, com base no art. 163, as matérias serão incluídas em Ordem do Dia, a juízo do Presidente, as matérias de votação em curso sobre as demais com votação não iniciada. É assim que se define a prioridade.

Eu acho que isso aqui resolve a questão, e é bastante claro que a matéria já está em votação, e, portanto, ela tem prioridade sobre as demais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Deputado Domingos Sávio; em seguida, eu vou responder a questão de ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Sr. Presidente...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acredito que vou contribuir com V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Sem dúvida.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – ... porque eu vou trazer à luz deste debate inclusive uma questão de ordem que já foi respondida e que consta nos *Anais* desta Casa de maneira formal.

Antes, Presidente, eu só faço questão de relembrar que o requerimento de minha autoria, a exemplo do também apresentado pelo Deputado Mendonça, fundamenta-se no art. 34.

Portanto, é um requerimento que estabelece uma solicitação de inversão da Ordem do Dia.

Sr. Presidente, é preciso que não pare dívida de que não é imperioso, não é imprescindível, não é algo intransponível que nós tenhamos de, imediatamente, na abertura dessa nova sessão do Congresso, continuar analisando o destaque do PL nº 36. Até porque V. Ex^a preside esta Casa e poderia perfeitamente, nesta convocação, nem ter incluído em pauta. É uma hipótese que está dentro das prerrogativas de V. Ex^a. Mas eu não vou aqui questionar esse aspecto – e todos compreendemos, até pelo esforço feito por V. Ex^a na última sessão, de quase 24 horas, que se encerrou por ausência de quórum, quando se analisava essa matéria.

Pois bem, eu cito outro exemplo. Nós temos a Lei dos Caminhoneiros, que interessa ao Brasil inteiro, que foi votada, concluiu-se a votação, e está parada há meses aqui na Câmara, por causa de três ou quatro destaques.

Mas eu vou um pouco mais além, Presidente – e aí está a contribuição que eu trago a V. Ex^a. Foi proferida uma Questão de Ordem nº 45/2007, desta mesma natureza. Ela foi deferida, e ficou registrado nos *Anais* que o pedido de inversão recaiu sobre qualquer item da pauta, inclusive sobre a Ata, no caso das comissões, e não fica adstrito ao grupo a que pertence, diferentemente do requerimento de preferência.

Eu insisto, portanto, Sr. Presidente, que é salutar que nós tenhamos, até pelo grau de complexidade... O PL 36 está mexendo com o Brasil, e eu espero que mexa um pouco mais com a cabeça dos nossos congressistas.

A minha proposta de questão de ordem é singela, mas é importante. É uma emenda de minha autoria – a que está sendo objeto deste debate aqui e agora, se vamos fazer a inversão ou não. E essa emenda pede – diante do fato de que o mérito do projeto foi aprovado e que, no nosso entendimento, não é bom para o Brasil, porque acaba com o superávit primário, e isso propicia mais descontrole das contas públicas, o que não serve ao Brasil –, a minha emenda estabelece a proposta de que nós tenhamos, ou seja, que o Governo... É uma última iniciativa para que o Governo tenha o mínimo de responsabilidade fiscal no controle dos gastos públicos.

A minha emenda, a Emenda 69, propõe que o Governo, nos seus gastos discricionários, ou seja, naquelas despesas que não são compulsórias, que não são impositivas... Portanto, eu não estou aqui falando de pagamento dos salários dos servidores, de repasse a Estados, a Municípios; estou falando de despesas discricionárias, que o Governo faz se entender que deve fazê-las.

A minha emenda propõe que essas despesas, na LDO, que estamos mexendo nela, de 2014, essas despesas discricionárias não ultrapassem as despesas discricionárias do ano anterior, já que o Governo inclusive alegou que não poderia ter superávit porque ele entende que as receitas caíram, não alcançaram o que ele esperava. Ora, se as receitas caíram, é prudente, é responsável que o Governo também estabeleça e mantenha como meta que ele não vai gastar mais.

Por isso, nós estamos querendo a inversão de pauta.

E eu concluo, fazendo este apelo a V. Ex^a: para que a sessão transcorra bem, V. Ex^a nos conceda o direito regimental de colocar o requerimento em discussão e em votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR TONINHO PINHEIRO (Bloco/PP - MG) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, eu fiz uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Antes de conceder...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Eu fiz uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – ... eu vou primeiro responder as outras questões de ordem que já foram colocadas.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Estou aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Em seguida, vou dar a palavra ao Senador Aloysio Nunes, e, em seguida, ouvirei V. Ex^as, mas não mais para responder questões de ordem que já foram respondidas...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não, não foi.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – ... porque o Regimento veda que assim seja feito.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, quem estava presidindo...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu queria só...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Quem estava presidindo...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Precisa...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Quem estava presidindo era o Deputado Arlindo, e ele disse que, quando V. Ex^a chegasse, ele me responderia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu responderei.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Eu fiz uma questão de ordem perguntando até quando o Congresso Nacional vai funcionar com as galerias fechadas, a Casa do Povo. Até quando? *Ad aeternum?* Até o final do ano? É isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu queria, respondendo precisamente, primeiro ao Deputado Mendonça Filho, dizer o seguinte: na forma do art. 29, §2º, “no curso da sessão, verificada a presença de Senadores e de Deputados em número inferior ao mínimo fixado no art. 28, o Presidente encerrará os trabalhos”. E foi exatamente o que aconteceu na sessão anterior. Nós tínhamos uma evidente falta de quórum e, por isso, nós encerramos a sessão.

O art. 303 do Senado diz o seguinte: “A votação não se interrompe senão por falta de quórum” –, que foi, na verdade, o que aconteceu na sessão anterior do Congresso Nacional.

O Deputado Mendonça Filho invocou o art. 34, §1º do Regimento, que diz o seguinte: “Na organização da Ordem do Dia, as proposições em votação precederão as em discussão”, que é... O parágrafo único diz o seguinte: “a inversão da Ordem do Dia poderá ser autorizada pelo Plenário, por proposta da Presidência ou a requerimento de Líder”.

Eu quero dizer a V. Ex^a que o requerimento feito por V. Ex^a será apreciado, mas ele será apreciado entre um item e outro da pauta! Ele não será apreciado para inverter a continuidade da votação, que foi o que aconteceu em função da falta de quórum na sessão anterior.

Então, nós vamos assegurar a apreciação dos requerimentos, mas entre um item e outro da pauta, e não invertendo a continuação da votação, que é o que nós estamos fazendo nesta sessão de hoje.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE. Sem revisão do orador.) – Não é esse o sentido, Presidente. V. Ex^a sabe disso. Quando se pede inversão de pauta numa outra sessão é para se ter preferência de votação de uma matéria sobre a outra.

A gente está começando uma nova sessão. Houve uma interrupção por falta de quórum – e aí V. Ex^a está certo; agora, na hierarquia dos Regimentos, o primeiro Regimento que rege o funcionamento do Congresso Nacional é o Regimento Comum. V. Ex^a só tem o direito de invocar o Regimento do Senado ou da Câmara na ausência de determinação ou de orientação do Regimento Comum. Isso é básico, isso é elementar.

Então, eu peço a V. Ex^a que, se V. Ex^a pudesse deferir os requerimentos, a apreciação dos três requerimentos, a gente já estaria talvez vencendo o primeiro requerimento. Agora, o que ocorre é o seguinte: a indisposição da base governamental de votar a matéria é clara. E aí fica essa pressão dos Líderes do Governo para votar a toque de caixa.

Eu cansei de acompanhar uma votação onde a gente sequer teve discussão prévia; a gente teve discussão concomitantemente com o processo de votação das cédulas sendo apreciadas; monitoramento *on-line*, ao mesmo tempo, para saber qual era o quórum. Então, tenha paciência.

Ganhar ou perder é do jogo democrático. Eu estou aqui para ganhar ou perder.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Sem dúvida.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Agora, respeitando as regras do jogo. A gente ter uma regra do jogo a cada instante, a cada momento, porque o Governo quer uma posição a toque de caixa, aí fica difícil a gente sustentar essa posição.

Então, respeitosamente, eu peço a V. Ex^a, faço um apelo democrático que V. Ex^a, por gentileza, homenageando o Congresso Nacional, a história do grande Líder Ulysses Guimarães, que se assentou nessa cadeira, de

tantos outros grandes Parlamentares que já tiveram a oportunidade de assentar-se na cadeira de Presidente da Câmara, do Senado ou do Congresso Nacional, que V. Ex^a defira pelo menos...

(Interrupção do som.)

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – ... pelo menos uma questão de ordem. A oposição quer uma homenagem ao espírito democrático. A gente está numa sessão fantasma; só não é totalmente fantasma porque há a TV Câmara e a TV Senado para televisionar, mas ninguém acompanha, e o Brasil quer acompanhar isso.

É um apelo final a V. Ex^a: que a gente possa deliberar sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – E eu queria concluir a resposta à questão de ordem com base no art. 163 do Regimento do Senado Federal.

O art. 163 diz o seguinte: “As matérias serão incluídas em Ordem do Dia, a juízo do Presidente, segundo sua antiguidade e importância, observada a seguinte sequência”. O art. 163 é preciso, já invocado aqui pelo Deputado Paulo Pimenta. O inciso I do §1º diz o seguinte: “As matérias de votação em curso sobre as de votação não iniciada”, que é exatamente o caso quando nós retomamos a continuidade da sessão.

Deputado Inocêncio.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Nisso V. Ex^a está certo. V. Ex^a preparou a pauta. Apenas proponho a inversão da pauta, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS - SP) – Apenas uma observação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Deputado Inocêncio.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PR – PE. Sem revisão do orador.) – Pingue-pongue entre V. Ex^a e o Deputado Mendonça Filho. Então, V. Ex^a, no Regimento, não tem matéria vencida. Todas as questões praticamente já foram respondidas. Então, V. Ex^a só tem a obrigação de dizer “matéria vencida”, e vamos votar porque, Sr. Presidente...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Não é assim. Não é assim.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu agradeço a intervenção do Deputado Inocêncio.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aloysio Nunes Ferreira; em seguida, nós vamos prosseguir a votação.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS - SP) – V. Ex^a me conceda aqui a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Aloysio, com a palavra V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, logo mais, o Congresso estará encenando o último ato desta trama ruim para o povo brasileiro. Nós estaremos, a maioria governista, melhor dizendo, estarão limpando a cena do crime cometido pela Presidente Dilma Rousseff, crime contra a ordem orçamentária do País, uma infração grave ao Orçamento e à Lei de Responsabilidade Fiscal.

A oposição se opôs a isso de todas as formas. Levamos o Governo à exaustão. Acontece, Sr. Presidente, que não o fizemos por um apego fetichista ao texto legal.

Nós o fizemos porque sabemos, todos sabem das consequências que acarretará para o povo brasileiro essa medida que o Congresso vai aprovar.

O Deputado Perondi já disse aqui, ecoando outros pronunciamentos da oposição: a consequência imediata de um governo que não consegue poupar o mínimo para abater sua dívida interna é o aumento da taxa de juros, é o castigo para o brasileiro que precisa recorrer ao empréstimo, seja ele um empresário, seja ele um consumidor, para poder satisfazer suas necessidades.

Não há governo, não conheço governo, não conheço país que não tenha de administrar uma dívida interna. Talvez, a Coreia do Norte, administrada por um tirano que é uma trágica caricatura do grande músico brasileiro Chico César, administrada pelo Chico César da Coreia do Norte, não tenha dívida interna porque manda matar os credores. Fora isso, todos têm dívida interna, e é preciso manejá-la com prudência.

Agora, Sr. Presidente, a Presidente Dilma Rousseff é uma Presidente bifronte. Ela tem duas caras. Ela tem a cara que agora fala para o mercado, dizendo que faz juras de amor à responsabilidade fiscal, e, ao mesmo tempo, depois de nomear um ministro com essa finalidade, submetendo a uma tortura, à imolação pública o Ministro Guido Mantega, dá um sinal absolutamente contraditório, pois manda duas medidas provisórias que vão exatamente na contramão do que ela diz: a medida provisória que aumentou a dívida bruta, que já é de R\$360 bilhões, decorrente de empréstimos do Tesouro ao BNDES em mais R\$30 bilhões, e outra medida provisória, esta que viola escancaradamente a Lei de Responsabilidade Fiscal, esta que autoriza o Governo a dispor do seu superávit contábil, verificado em alguns de seus órgãos, para fazer face a despesas correntes.

Todos nós sabemos que existem verbas orçamentárias vinculadas a uma finalidade específica. Um exemplo muitas vezes lembrado pelo Senador Aécio Neves na nossa campanha são os recursos vinculados aos fun-

dos de segurança pública, o Fundo Penitenciário e o Fundo Nacional de Segurança, que, praticamente, não foram executados, a execução é pígia.

Há um saldo contábil, e a Presidente lança mão desse saldo para pagar despesas correntes.

Ora, Sr. Presidente, a Lei de Responsabilidade Fiscal é clara quando diz, em seu art. 8º, que nenhuma verba, nenhum recurso legalmente vinculado pode ser utilizado fora das finalidades precípuas que ensejaram a sua vinculação. E a Presidente faz exatamente o contrário.

Daí por que, Sr. Presidente, seria bom chamarmos aqui – conluio, Sr. Presidente –, para que venha perante a Comissão Mista de Orçamento, como prévia da deliberação sobre a LDO, o Ministro da Fazenda nomeado, Ministro Joaquim Levy, para que diga o que vale, se é o discurso da Presidente Dilma ou aquilo que ele se propõe a fazer.

Aliás, Sr. Presidente, quero dizer que é um erro de interpretação dos fatos dizer que o Sr. Joaquim Levy irá ao Ministério da Fazenda para fazer a política que o PSDB faria. Não! A nossa política de ajuste fiscal se daria, e se dará quando for o caso, no corte das despesas, no acompanhamento rigoroso dos projetos, no combate à corrupção, na seleção criteriosa dos setores da economia merecedores de incentivos fiscais.

O Governo atual...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB - SP) – Conluio, Sr. Presidente.

O Governo atual se propõe a uma tarefa que, para ele, é politicamente impossível, porque ele já começa a ser formado nas bases políticas que suscitarão a gastança, que suscitarão o rombo nas contas públicas e exatamente a ocupação fisiológica dos cargos de Governo com a finalidade de obter apoio parlamentar.

A nossa Presidente é Presidente bifronte, é uma espécie de Jano, Jano do Planalto. Jano era uma deidade romana que tinha duas caras: uma olhava para trás, a outra olhava para frente. A Presidente Dilma...

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB - SP) – ...não consegue saber se olha para trás, para o seu velho governo, ou se olha para frente, para o seu novo governo, um novo governo que começa com os vícios dos antigos.

Muito obrigado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Sr. Presidente, apenas quero concluir...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Vou conceder...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Sr. Presidente, apenas quero concluir a minha questão de ordem, para que seja registrado....

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O Deputado Domingos Sávio tem a palavra como Líder, para concluir a questão de ordem.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Na sequência, quero usar a palavra como Líder. Apenas quero pedir a V. Ex^a um esclarecimento primeiro. Peço um esclarecimento, para que entendamos isso de forma definitiva.

É bom que o Presidente da Câmara aqui esteja, até porque V. Ex^a respondeu à questão de ordem baseado no Regimento da Câmara. E eu fiz menção a uma questão de ordem proferida em 2007, a de nº 045, em que foi dito de maneira clara que o pedido de inversão recai sobre qualquer item da pauta. Não fala que é qualquer item, exceto matéria que já tenha iniciado votação, mas, sim, de qualquer item da pauta.

Portanto, faço uma pergunta a V. Ex^a.

V. Ex^a indeferiu ou pelo menos não colocou neste momento em votação o pedido de inversão de pauta que fiz, fundamentado no art. 34, alegando que ele versava sobre o PL nº 36, na Emenda nº 69. Terminou a sessão passada por falta de quórum, e, portanto, ela não foi votada, senão ela nem estaria aqui em pauta. V. Ex^a disse que, pelo fato de que ela já estava em votação, ela não poderia ser objeto de inversão de pauta.

A pergunta que faço – e peço que fique registrada nos Anais da Casa – é a seguinte: a decisão de V. Ex^a se dá no sentido de que matéria que estava em votação em sessão anterior não pode ser objeto de inversão de pauta?

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB - SP) – Vamos votar!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Eu não conheço isso no Regimento. E, se assim for o entendimento de V. Ex^a, esse é um precedente para a Câmara, para o Senado e, obviamente, para o Congresso Nacional. A pergunta que faço é se é essa a interpretação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu queria pedir desculpas ao Deputado Domingos Sávio, mas essa questão de ordem já foi respondida.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB - SP) – É repetitivo! Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Vencidas as etapas do encaminhamento, passamos à votação da emenda destacada na Câmara dos Deputados.

Vou garantir a palavra a todos os líderes para que orientem suas bancadas, a começar pelo Deputado Mendonça Filho.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB - SP) – Abra a votação! Vamos abrir! Abra a votação!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu peço um minuto para a orientação mais os cinco minutos da Liderança do DEM.

V. Ex^a vai ter de me ouvir durante seis minutos, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB - SP) – Não tem direito a falar como Líder.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu sei que é uma tortura, mas vai ter de me ouvir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}s Deputadas, Srs. Senadores, Sr^{as}s Senadoras, chegamos ao final do processo de apreciação do PLN nº 36, que visa a modificar a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2014. Hoje é dia 9 de dezembro. A pouco mais de 20 dias do final do exercício fiscal, a Presidente Dilma quer modificar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Eu acho que isso vai entrar para a história econômica do Brasil e para a história econômica mundial, porque, ao final do exercício fiscal, o Governo querer mudar a lei fiscal é algo absolutamente inusitado, para não dizer absurdo, inaceitável!

Esse fato retrata muito bem o desastre econômico do atual Governo. A Presidente Dilma assumiu o Governo com um crescimento da ordem de 7% ao ano. Está chegando ao final dos quatro anos de mandato, entregando o Brasil crescendo a 0,18%, a praticamente zero! O Brasil está parado, literalmente parado!

A inflação estava dentro do teto da meta fiscal. Hoje, ela supera o teto da meta fiscal, mostrando claramente o descontrole do atual Governo.

Esse é o quadro de desastre econômico que, infelizmente, a Presidente Dilma oferece ao nosso País.

Qual o propósito final da Presidente da República ao propor a alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias? É só um: livrar a sua pele, livrar a sua responsabilidade com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal e, principalmente, com relação à Lei nº 1.079, de 1950, que estabelece os chamados crimes de responsabilidade, que ficam muito claramente caracterizados a partir do descumprimento de todas as metas fiscais determinadas para o exercício deste ano.

Infelizmente, devo dizer, Sr. Presidente, Deputados, Senadores e Senadoras, que a Presidente Dilma ganhou essa eleição numa margem extremamente apertada, cultivando a mentira, levando à opinião pública algo que não traduz a realidade. Dizia que seus adversários iriam aumentar os juros. Três dias depois, aumentou os juros. E, agora, ela os aumenta de novo nesta última semana. Dizia que seus adversários alimentariam o descontrole inflacionário, e se convive no Brasil justamente com uma inflação que cada vez mais incomoda a população brasileira. Dizia que seus adversários não tinham compromissos com o crescimento econômico, mas faculta, oferece ao Brasil um País literalmente estagnado, paralisado, justamente por conta dessa política econômica.

E aí, de forma envergonhada, a Presidente da República teve de recorrer a um Ministro ortodoxo, que deixou a Bancada do PT aqui absolutamente assanhada, preocupada e bastante insatisfeita para pôr ordem na casa. O Ministro ortodoxo, que vem para arrumar a Casa, vai ter de promover arrocho, um arrocho ainda maior por conta da falta de credibilidade do atual do Governo.

O povo vai sentir isso, já começa a sentir isso com a elevação do desemprego em breve, com o crescimento que não vai acontecer em 2015 e com o aumento ainda maior da chamada taxa de juros, comandada pelo Banco Central do Brasil.

Então, eu lamento, lamento muito, como brasileiro, o fato de ter de acompanhar uma campanha presidencial cujo nível deveria ser o mais elevado possível, em que alguém vence a disputa tendo como base a mentira. Não teve capacidade de dizer a verdade ao povo, não teve capacidade de transmitir aquele que era o seu verdadeiro desejo perante a população brasileira. E, hoje, o povo brasileiro se sente traído.

Faço um apelo, ao final deste processo de votação, que culmina com o último destaque, ao Líder Fontana, que representa a Presidente da República neste plenário do Congresso Nacional: peça a ela, meu caro Líder Fontana, que vá à televisão e ao rádio para pedir pelo menos desculpas ao povo brasileiro, pelas mentiras que, infelizmente, ela teve a oportunidade de promover e patrocinar durante a campanha política.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Como vota o PT?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – O PT vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Como vota o PMDB?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – O PMDB vota “não”.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) – Eu requeri a palavra como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Nós chamaremos V. Ex^a e daremos a palavra a V. Ex^a.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) – Regimentalmente, há previsão de que o Líder pode requerer...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Mas nós lhe daremos a palavra. Nós estamos só seguindo esta ordem aqui.

Como vota o Bloco PP/PROS?

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS - AL) – Sr. Presidente, acompanhamos o compromisso que temos com o Governo e com a governabilidade. O Bloco PP/PROS votará “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Como vota o PSDB?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB - SP) – Sr. Presidente, nós, do PSDB, temos uma posição muito clara na direção de obstruir esta sessão.

Nós fizemos isso na semana passada com os outros partidos de oposição de maneira muito clara. Nós não concordamos com essa postura autoritária do ponto de vista econômico, prometida e presidida pela Presidente da República, quando tenta impingir ao Congresso Nacional a liberação da possibilidade da realização de um crime econômico, de um crime que vai, com certeza, criar muita dificuldade para a Presidente da República. Está chamando a Presidente o Congresso Nacional a ser participante desse processo.

Nós não aceitamos isso. Portanto, a nossa posição é votar “sim” à emenda e, em seguida, vamos declarar obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Como vota o PSD?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O PSD encaminha o voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O PSD encaminha o voto “não”.

Como vota o Bloco PR/PTdoB/PRP?

O SR. LUCIANO CASTRO (Bloco/PR - RR) – Sr. Presidente, vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Vota “não”.

Como vota o DEM? Perdão, o DEM já orientou a Bancada.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Deputado Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Sr. Presidente, é interessante. Ao andarmos fora do Congresso Nacional e ouvirmos as pessoas, é importante vermos a sabedoria popular.

Encontrando com vários amigos no interior do Estado – isso muito bem relatado também pelo Deputado Efraim, no interior da Paraíba –, o povo deu conta de entender o significado desta votação. Eles disseram: “Deputado, a Dilma está acabando com a lei que combate a inflação.” Veja bem a sabedoria do povo brasileiro. É isso o que a Presidente está fazendo, e o Congresso avalizando. Ou seja, a partir de agora, nós vamos ter uma inflação...

(Interrupção do som.)

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – ...desenfreada, cada dia mais, pois Prefeitos e Governadores não mais cumprirão a meta fiscal, e nós vamos assistir a um momento trágico, avalizado pelo Congresso Nacional.

É triste e deprimente, mas o povo já sentiu. Sem dúvida alguma, num curto espaço de tempo, o Congresso Nacional vai pagar caro por ter votado favoravelmente a este PLN nº 36.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O voto do Democratas é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Como vota o PSB?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, o PSB vota, por uma gestão mais eficiente do setor público, “sim”.

O SR. LAÉCIO DE OLIVEIRA (PSDB - BA) – Sr. Presidente, quanto à emenda de iniciativa do PSDB, nós gostaríamos de transformar em obstrução a posição do Partido, para manter a coerência do que fizemos até agora.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O PSDB transforma em obstrução a recomendação do Partido.

Como vota o Solidariedade?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Sr. Presidente, o Solidariedade, do mesmo modo da semana passada, marchou aqui para não ver o Brasil refém dessa PLN nº 36. Infelizmente, nós não conseguimos. Mas eu quero dizer à sociedade que nos assiste neste momento que o voto do Solidariedade é “sim” ao destaque apresentado pelo PSDB.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Obstrução.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Esse destaque propõe dar um freio de arrumação nesse assunto. E o voto do Solidariedade é “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Como vota o PDT?

O SR. FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR (PDT - BA) – O PDT vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O PDT vota “não”.

Como vota o PTB?

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a substituísse o voto do Democratas por obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Democratas recomenda obstrução. Deputado Pauderney.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB - SP) – Sr. Presidente, o PTB teve o cuidado de examinar as notas taquigráficas do Congresso Nacional e da nossa Casa. Verificamos que o governo FHC e Lula modificaram a LDO sete vezes neta Casa. Sete vezes! E por medida provisória. A Medida Provisória nº 2.121 foi a primeira que Fernando Henrique modificou nesta Casa, para 2,25, abaixo de R\$28 bilhões. Ele trouxe R\$4 bilhões para baixo. A medida provisória foi aprovada nesta Casa sem voto nominal. Nada. Simplesmente, passou batido. Sete vezes foi modificada.

Pela primeira vez, uma Presidente manda um projeto de lei para ser discutido. Nós passamos horas e horas discutindo um projeto de lei em que eles fizeram modificações com medidas provisórias nesta Casa. Não estou entendendo essa luta agora, se eles fizeram sete vezes modificações. Estão aqui as atas levantadas pela assessoria para quem quiser ver. Nós não estamos inventando. Estamos apenas repetindo o que o governo Fernando Henrique fez nesta Casa, fez neste Congresso.

Por isso o PTB vota “não”!

O SR. STEFANO AGUIAR (PSB - MG) – Sr. Presidente, o PSB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Como vota PCdoB?

A SR^a JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Sr. Presidente, reafirmando o que dissemos na sessão passada, esse projeto viabiliza investimentos, programas sociais, emprego e renda. Manter um superávit elevado só serve ao sistema financeiro. Não serve ao povo brasileiro.

Portanto, com esses destaques que tentam nublar a decisão ou impor alguma derrota a esse objetivo, o PCdoB não concorda. O PCdoB votará “não” ao destaque, para que concluamos esta votação e possamos dar ao Governo brasileiro a liberdade de cuidar do povo, e não do sistema financeiro.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Como vota o PSC?

O SR. PASTOR MARCO FELICIANO (PSC - SP) – Sr. Presidente, o PSC, seguindo a coerência da última votação, libera a Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O PSC libera a Bancada.

Como vota o PRB?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, seguindo o que nós falamos na semana passada, o PRB, novamente, vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O PRB vota “não”.

Como vota o PV?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, o Partido Verde continua votando ou indicando obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Como vota o PPS?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Bancada do PPS vai obstruir, lembrando que nós saímos, no dia 26 de outubro, do resultado de um estelionato eleitoral, em que tudo aquilo que se dizia em termos de economia, de inflação, de seriedade na condução da gestão pública, nada era verdadeiro. Passadas as eleições, vimos, não só o Brasil internamente, mas externamente desacreditado, por esta gestão que coloca o País de joelhos hoje por sua incompetência e sua incapacidade de pelo menos administrar as condições econômicas do País, sem entrar na questão das políticas públicas, sem entrar, inclusive, na questão ética, porque saiu do mensalão, entrou no petrolão e ainda não saiu.

Por isso, a Bancada do PPS vai obstruir, porque não quer a flexibilização da meta fiscal já decidida.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Como vota o PSOL, Deputado Ivan Valente?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu queria esclarecer a seguinte questão, citando Bismarck: se o povo soubesse como são feitas as leis e as salsichas, não sobraria pedra sobre pedra. Parodiando Bismarck, quero fazer a seguinte questão: se o povo soubesse como foi criado o superávit primário, determinado pelo Fundo Monetário Internacional e seguido à risca por Fernando Henrique Cardoso, por Lula e por Dilma também, agora por Levy, que já prometeu que vai fazer 1,2% do PIB no próximo ano e 2% depois, em detrimento dos gastos públicos com saúde, com educação, com transporte, moradia, para canalizar...

(Interrupção do som.)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Vou concluir. Para canalizar esses recursos, Presidente, para o capital financeiro. Na verdade, toda essa obstrução também se deve ao fato de que há uma enorme audiência na mídia brasileira, também financiada pelo capital financeiro, anunciantes do Bradesco, do Itaú, a lógica do Estado mínimo e do ajuste fiscal.

O PSOL defende, sim, superávit zero. E mais: o PSOL vota “não” contra qualquer superávit, e não é por causa de emenda, não. Eu quero que todos os Líderes, agora, assinem o projeto de decreto legislativo que nós apresentamos, revogando o decreto da Presidente Dilma. Que estabeleçamos urgência nessa votação e paremos de mistificar a sociedade brasileira e mentir para a sociedade brasileira.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Como vota o PMN? Deputado Francisco Tenório.

O SR. FRANCISCO TENÓRIO (PMN - AL) – Sr. Presidente, o PMN, em atenção à Deputada Jaqueline Roriz, libera a Bancada, mas este Líder vota “não”.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Presidente, pelo PMDB, que não falou.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Como vota o PMDB, Deputado Eduardo Cunha?

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos aqui, discutindo uma emenda que busca limitar as despesas correntes discricionárias ao montante executado no exercício anterior de 2013. É uma coisa tão inusitada que não tem a menor condição de ser viável, e nós não podemos ter outra postura, que não seja...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Como vota a Liderança da Minoria?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, o Solidariedade, seguindo a votação como sempre votou, “não” ao PL nº 36, muda a orientação para obstrução.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O Solidariedade muda a orientação.

Com a palavra V. Exª.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Sr. Presidente, eu peço que acrescente o tempo de liderança, porque é a última oportunidade, neste debate, para que nós possamos alertar os Parlamentares. Mas, mais do que isso, registrar para o Brasil todas as razões pelas quais mantivemos, com coerência, a nossa luta para que esse projeto não fosse aprovado. Até a última hora, apresentamos essa emenda, com o propósito de aprofundar a discussão e aprimorá-la.

Mas, infelizmente, a gente percebeu, inclusive pelo impedimento de se discutir uma possível inversão de ordem da pauta, a decisão da grande e ampla maioria que o Governo constituiu em aprovar, simplesmente aprovar. Porém, temos o dever de trazer aqui a reflexão e o papel da oposição, que é fundamental numa democracia.

Eu sei que tenho o respeito dos meus pares, ainda que vá contrariar alguns nas manifestações que aqui trago. Mas uma coisa é absolutamente certa: o Brasil está atento a isso e o Brasil nos estimula a lutar em defesa desses princípios e desses valores.

Nós sabemos que quando um governo gasta mal, quando um governo mergulha na corrupção, quando um governo chega ao final do ano e quer autorização para gastar mais, quem paga a conta é o cidadão. E nós, da oposição, estamos aqui, portanto, defendendo o cidadão, porque sabemos que, no final das contas, além do déficit público, que é ruim para o País, que traz a inflação de volta, daqui a pouco já vai vir o Governo falando em aumentar impostos. E nós estaremos aqui para dizer “não”. Aí, sim, esses que estão dizendo “sim” a este projeto se preparem, porque isso significa estar preparando o caminho para querer aumentar mais impostos dos brasileiros.

É triste nós constatarmos isso justamente no dia 9. Foi, de alguma forma, a Providência Divina que, na semana passada, me possibilitou e aos meus pares destacar esta emenda, de minha autoria, para que hoje, dia 9, o dia em que o mundo inteiro se dedica ao combate à corrupção, a gente possa ter uma cena desta.

O Brasil inicia o dia com declarações do Procurador-Geral da República, Dr. Janot. Ele diz literalmente que nós vivemos no Brasil uma situação de absoluta calamidade, que a corrupção está totalmente fora de controle. Isso significa que a maior autoridade do Ministério Público vem a público admitir que a corrupção tomou

conta deste Governo. No mesmo momento, o Controlador-Geral da República, Dr. Jorge Hage, pede demissão e diz: "Estão fora de controle as empresas públicas. A corrupção campeia ali."

O Brasil inteiro e nós já não nos surpreendemos. É triste que alguns tentem banalizar como normal, quando o Brasil inteiro assiste ao fato de que o Sr. José Dirceu, preso na Papuda, chefe de todo o esquema do mensalão, aquele que coordenou aquilo que pensávamos ser o maior esquema de corrupção, é o assalariado de uma das empresas que fazem parte do esquema de propina e de roubo da Petrobras. Assalariado da Camargo Corrêa, com um saláriozinho de quase R\$1 milhão.

Contrato celebrado cinco dias depois de a Camargo Corrêa assinar um contrato de R\$4,6 bilhões. O dinheiro está sendo roubado da Petrobras. Vai parar na conta...

E, aí, vem o que é mais grave. Quando o Senador Aécio disse, e alguns se assustaram: "Me senti como se estivesse perdendo a eleição para uma quadrilha", alguns disseram que podia parecer um exagero. Na semana seguinte, veio aqui o senhor representante da empresa Toyo Setal, Augusto Ribeiro, e disse, textualmente: "O dinheiro roubado da Petrobras foi depositado na conta do Partido dos Trabalhadores".

Rouba-se o dinheiro público, coloca-se na conta de um partido, faz-se a campanha para se ganhar a eleição. Está aí o Tribunal Eleitoral se deparando com contas assombrosas de um partido que chegou a contratar uma microempresa que nunca teve nenhum faturamento por R\$25 milhões durante a eleição.

Contratos absurdos, dinheiro aparecendo em todos os cantos, bilhões de reais sendo roubados do povo brasileiro e se transformando em uma onda de votos e de alianças eleitorais.

E, para consagrar tudo isso, para consagrar talvez o Dia de Combate à Corrupção, aprova-se a destruição da Lei de Responsabilidade Fiscal. O Congresso se curva, diz: "Amém!". Nós, não. Nós da oposição, não. Somos minoria, mas agora sentimos a nossa voz fortalecida. Mais de 51 milhões de brasileiros, Senador Aécio Neves, milhões e milhões de pessoas fazem coro conosco, dizem não a essa linha que soma corrupção e incompetência. Essa forma pecaminosa, imoral, que quer destruir o Brasil.

Falarão que nós quebramos o Brasil? O PSDB e Fernando Henrique salvaram este País da inflação e nos deram o Plano Real. O PT agora, com um governo que é um descalabro, quer nos levar à falência. Nós dizemos não. Obstrução é o mínimo que se...

(Interrupção do som.)

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB - SP) – Vamos votar, Presidente. Vamos votar.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Presidente, para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Para concluir.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Para concluir de maneira serena, de maneira serena e respeitosa. Nós trazemos aqui a manifestação e a indignação de milhões de brasileiros que não concordam com isso, que não entendem que o Congresso Nacional pode ser subserviente ao Poder Executivo, que não admitem que uma Petrobras possa ser destruída para poder lavar dinheiro e levar do "lava-jato" para a conta do PT, para financiar a campanha de quem quer que seja.

Queremos a punição rigorosa daqueles que saquearam a Petrobras. Queremos que a delação premiada venha aqui para dentro do Congresso, com os nomes dos Parlamentares, sejam de que partido for.

Nós, do PSDB, sempre deixamos claro: queremos punição rigorosa para todos porque acreditamos neste País, nós o amamos e não desistimos dele.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) – Presidente, pelo Governo, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Pelo Governo. Em seguida, nós começaremos a votação.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) – Presidente, primeiro, peço a V. Ex^a que, quando abrir a votação nominal, eu gostaria de usar o tempo como Líder do Governo.

Agora, eu só uso um minuto para dizer que nós estamos aqui neste plenário, a Base que apoia o Governo, para defender uma política econômica que foi vitoriosa nas urnas no dia 26 de outubro, uma política econômica que decidiu, sim, agir de forma anticíclica, diminuindo o superávit primário para garantir o ritmo de investimentos públicos e também um conjunto de desonerações que protegem a indústria brasileira e o emprego em nosso País, Senador Suplicy, no momento da mais forte crise do capitalismo internacional desde 1929. Nós estamos mudando, sim, o superávit primário, estamos mudando de maneira...

(Interrupção do som)

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) – Eu concluo, Presidente. De maneira absolutamente legítima e democrática, da mesma forma que fez a oposição quando era governo.

É interessante que, diante da nossa escolha, da nossa necessidade, que encontra o apoio da maioria deste Parlamento, a oposição tenta criminalizar uma decisão que é absolutamente democrática.

E fica aqui o meu desabafo de que não podemos ouvir, Presidente, que a liberação de emendas parlamentares, que hoje faz parte do orçamento impositivo e, portanto, é liberada para todos os Parlamentares, do PSDB, do Democratas, do PPS, do PT, do PMDB, tenha relação com esta votação.

O Governo vota “não” para garantir a política do emprego que temos hoje, Presidente.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB - SP) – Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Votação na Câmara dos Deputados. As Sras e os Srs. Deputados que o aprovam...

O SR. ANDRE MOURA (PSC - SE) – Sr. Presidente, somente para poder registrar aqui a nossa posição, a minha posição, Deputado Andre Moura, como Líder. Nós vamos votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O PSC recomenda o voto “não”.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB - SP) – Votação nominal, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Votação, na Câmara. As Sras e os Srs. Deputados que aprovam a emenda permaneçam como se encontram.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Verificação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Aprovado.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Verificação, Presidente.

O SR. TONINHO PINHEIRO (PP - MG) – Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Na forma do Regimento, a Presidência defere o pedido de verificação nominal.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente, é muito importante...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Deputado Imbassahy.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Democratas em obstrução.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA. Sem revisão do orador.) – É muito importante que os brasileiros e as brasileiras que estão nos vendo, neste momento, saibam, exatamente, como cada Parlamentar está votando.

Esta é uma matéria que está sendo acompanhada, de uma maneira muito intensa, pela opinião pública nacional. Trata-se de descumprir a Lei Orçamentária, de rasgar a Lei de Responsabilidade Fiscal, Sr. Presidente.

Por isso, nós queremos a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A Presidência solicita a todas as Sras Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Obstrução.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – A verificação é conjunta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Essa questão de ordem já foi respondida.

Primeiro, na Câmara. Em seguida, nós faremos a votação no Senado Federal, caso seja necessária a apreciação no Senado.

O SR. ROBERTO SANTIAGO (PSD - SP) – A conjunta que ele indica, Presidente, não é no sentido de votar Câmara e Senado. É conjunta no sentido de não deixar cair esta votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Perfeito. Perfeito, perfeito.

V. Ex^a tem razão.

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria a palavra, por favor.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, apesar de querer muito entrar no debate proposto, aqui, pela oposição, mas eu assumo este microfone para, em nome das mulheres deste Parlamento, dos homens de bem deste Parlamento, colocar a nossa indignação em relação à postura do Deputado Bolsonaro, que, nesta sala, diante da Nação brasileira, como réu confesso, se colocou não só como torturador, mas também como estuprador, quando agrediu verbalmente, de maneira inaceitável, quebrando o decoro, quebrando todas as regras da civilidade, fazendo, com isso, inclusive, um ataque à população brasileira. Disse que não a estuprava porque ela não merecia.

Se ele disse isso, para concluir, Sr. Presidente, é porque se assume como estuprador. Não é porque está colocado hoje o estupro como crime, mas é a violência praticada contra as mulheres que este País precisa assumir e esta Casa precisa assumir, repudiar. Não podemos conviver com um Parlamentar que usa a tribuna para fazer esse tipo de ataque a uma mulher eleita pelo povo, representante do povo de seu Estado dentro desta Casa.

Sr. Presidente, peço ao Presidente da nossa Casa, porque encaminharemos conforme o Regimento, mas esperamos da Mesa uma atitude exemplar, porque esse senhor é reincidente e constrói a sua carreira política em torno de fatos e de agressões inaceitáveis. No século XXI, um Parlamentar subir à tribuna e fazer isso enlameia e mancha o Congresso brasileiro. Nós queremos uma ação concreta por parte da Mesa em relação a esse

senhor, mas não é para ser como nas outras vezes, em que ele vai ao Conselho de Ética e se retrata, e isso, para nós, é uma senha de que ele vai continuar a fazer e a ter as mesmas posturas de sempre.

Esperamos uma atitude à altura. Esse senhor não pode conviver com um País democrático, com homens e mulheres dentro desta Casa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Deputado Vicentinho.

O SR. VICENTINHO (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, diante da fala de nossa querida colega Iriny, em nome da nossa Bancada, passo a ler a seguinte nota:

O Deputado Jair Bolsonaro é representante, aqui neste Parlamento, de um outro estágio civilizatório: um que a sociedade brasileira felizmente superou, mas que não está enterrado porque tem nesse senhor sua cria, a destilar a grosseria, o ódio, o desrespeito e a violência próprios dos tempos de barbárie.

Hoje este senhor cometeu mais um ato torpe ao declarar que “não estuprava a deputada Maria do Rosário porque ela não merece”, deixando assim transparecer como lhe é admissível a ideia de assumir o papel de estuprador condicionando, porém, sua agressão ao “merecimento” da vítima, assim demonstrando a covardia que é tão típica dos estupradores.

(*Interrupção do som.*)

O SR. VICENTINHO (PT – SP) – Presidente, estou falando como Líder. Por favor, solicito o meu tempo.

A dignidade da pessoa humana, que é relembrada, comemorada e reivindicada nesta semana do Dia Internacional dos Direitos Humanos, é um valor estranho a esse senhor: tudo que está em sua mente e em sua boca é maldade e depravação, marcas indeléveis do regime de usurpadores e torturadores que ele tanto defende.

Num exercício de paranoia conspiracionista, os malfeitos desse tempo de horror que ele quer projetar no nosso governo, que ao contrário de tudo o que ele representa, é democrático e vitorioso. Nossa Constituição prevê punição para práticas discriminatórias que atentem contra os direitos e liberdade fundamentais. O art. 1º da Carta Magna fundamenta-se, entre outros valores, na cidadania e na dignidade da pessoa humana e no pluralismo político.

Diante disso, a Bancada do Partido dos Trabalhadores decidiu tomar todas as medidas regimentais e judiciais contra o Deputado Jair Bolsonaro. A barbárie cometida hoje no plenário da Câmara ofende a cidadania brasileira e as consciências das pessoas que lutam por uma sociedade civilizada, tolerante e democrática. No âmbito do Parlamento e do Judiciário, todas as iniciativas serão tomadas por nós, parlamentares da bancada do PT, já que as declarações – ameaças – de Bolsonaro demonstram total desrespeito à condição de representante do povo deste país.

Cara companheira Deputada Maria do Rosário, temos orgulho do seu caráter e do seu compromisso com a dignidade humana. Não se deixe abater por este ataque vil. Conte sempre conosco.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

A SR^a JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Deputada Jandira Feghali.

Antes, eu queria só lembrar aos Srs. Deputados e aos Srs. Senadores que nós estamos procedendo a uma verificação nominal. Portanto, é importante a presença de todos.

A SR^a JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em nome da Bancada do PCdoB, nós nos manifestamos logo que o fato ocorreu, da tribuna da Câmara.

Ali, deixamos claro que o Deputado Bolsonaro, além de representar os crimes contra os direitos humanos, de ser representante dos torturadores e da ditadura militar, que sempre foi aqui dentro, também sempre agrediu a história daqueles que lutaram pela liberdade. Dissemos que hoje, na tribuna, ele se colocou como réu confesso, como um criminoso capaz de estuprar. Ao dizer à Deputada Maria do Rosário que não a estupraria porque ela não merece, ele quis dizer que alguma mulher merece ser estuprada. E isso é inaceitável!

A agressão não é apenas contra a Deputada Maria do Rosário, é contra as mulheres parlamentares e contra todas mulheres brasileiras! Isso não é uma questão menor!

Uma pessoa como essa não pode conviver neste ambiente democrático. Não respeita a democracia, não respeita a opinião, não respeita o Parlamento brasileiro, não respeita as mulheres, não respeita ninguém.

Tomaremos todas as medidas cabíveis aqui dentro, no Supremo Tribunal Federal e no Ministério Público também, de preferência em conjunto com todos os Líderes e Bancadas desta Casa, porque, independente de Governo, de oposição, seja lá o que for, nenhum homem de bem, nenhuma mulher de bem pode aceitar um desrespeito de tamanha gravidade, aceitar ter um estuprador no seu meio, no meio em que vivemos. (*Palmas.*)

Portanto, Sr. Presidente, o que queremos deixar claro aqui é que, apesar de o Deputado Jair Bolsonaro se deliciar com a mídia, porque ele não tem escrúpulos em relação a isso, nós não aceitaremos mais. Não aceitamos agora, como nunca aceitamos, tampouco daqui para frente, que nenhum Parlamentar se comporte dessa maneira,...

(Interrupção do som.)

A SR^a JANDIRA FEGHALI (PCdoB/RJ) –...nesta Casa, eleita pelo povo, Presidente, em nome do PCdoB, em nome das mulheres que votam em nós.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

A SR^a GORETE PEREIRA (PMDB - RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Deputado Alceu Moreira.

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB - RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje haveria, na Sala 11 das Comissões, a leitura da PEC nº 215. Haveria!

A sala se encontrava completamente invadida; a mesa da Presidência, completamente ocupada por pessoas fantasiadas; Parlamentares eram ofendidos com palavras de baixo calão – termos como “vagabundo”, “assassino”. E não pôde acontecer a reunião.

Na sessão anterior, o senhor fez esta Casa ficar vazia por causa de 20 pessoas. Hoje, a Comissão não pôde se reunir. O livre exercício do mandato de um Parlamentar foi obstruído por uma claque organizada por muitos que querem falar de liberdade aqui, mas lá, como não concordavam com a leitura, não permitiram. A baderna tomou conta. Nós fomos agredidos, inclusive a segurança segurou pessoas para não cometerem agressão física.

Estou pedindo ao Presidente Henrique Eduardo Alves, que é da nossa Casa... Nós não podemos deixar de trabalhar, com as nossas convicções, em pleno exercício do Parlamento, por cerceamento físico, por desrespeito...

Nesta Casa, já houve índio subindo em mesa – ou alguns fantasiados de índio, porque basta botar umas penas na cabeça, entrar aqui quebrando porta, gritando, dizendo horrores.

Nós queremos nos reunir na nossa Comissão e ler o nosso relatório. Não podemos permitir que esta Casa seja escorraçada no seu sagrado local de trabalho.

É uma solicitação que faço. E, tão grave quanto a ofensa que houve aqui, lá também fomos ofendidos e proibidos de exercer...

(Interrupção do som.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Presidente.

A SR^a LUCI CHOINACK (PT - SC) – Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/PMDB - AL) Senador Lindbergh e Deputada Luci.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Presidente, primeiro, começo trazendo minha solidariedade à Deputada Maria do Rosário e a todas as mulheres Parlamentares aqui, desta Casa.

Agora, eu fico escutando alguns discursos da oposição, discursos indignados, mas de uma indignação seletiva.

Ouvi alguns falando sobre corrupção, mas não escutei uma palavra sobre o indiciamento de 33 pessoas no escândalo da Companhia Paulista de Transportes Metropolitanos. Ouvi muita gente fazendo discurso indignado sobre a meta de superávit, mas, como bem falou aqui o Deputado Marquezelli, em 2001, no governo Fernando Henrique Cardoso, houve alteração da LDO para baixar a meta, e, mesmo assim, não cumpriram a meta do superávit.

Agora, Sr. Presidente, os Estados brasileiros também têm LDO, e os Estados brasileiros também têm meta de superávit. E eu fico vendo aqui: o Estado do Paraná, em 2012, não cumpriu o superávit; o Estado de São Paulo, governado pelos tucanos, alterou, em 2012 e em 2013, a LDO para baixar a meta de superávit também; o Estado de Minas Gerais...

(Interrupção do som.)

A SR^a NILDA GONDIM (PMDB - PB) – Sr. Presidente, Nilda Gondim.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Governo /PT - RJ) – O Estado de Minas Gerais, Sr. Presidente, não cumpriu a meta em 2011, não cumpriu a meta em 2012 e, em 2013, o superávit do Estado de Minas Gerais era para ser de R\$2,5 milhões. Sabe como fecharam as contas? Com um déficit primário de R\$86 milhões. Aí fica fácil vir fazer discurso aqui em cima do Governo da Presidenta Dilma.

Nós vamos aprovar a flexibilização dessa meta porque nós queremos equilíbrio fiscal, mas sempre dizemos: não vamos querer fazer equilíbrio fiscal à custa do desemprego e da recessão econômica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SR^a NILDA GONDIM (PMDB - PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Deputada Luci e Deputada Nilda Gondim.

A SR^a NILDA GONDIM (PMDB - PB) – Sr. Presidente, eu não consegui...

A SR^a LUCI CHOINACKI (PT - SC. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, além da nota que o nosso Líder da Bancada leu aqui em solidariedade à Maria do Rosário, eu queria me solidarizar com a família, aos filhos da Maria do Rosário, porque todas nós aqui temos mães, temos filhos e eles se entristecem em ver uma barbaridade feita aqui em plenário.

Então, eu queria prestar solidariedade à família, que eu conheço. De coração, Maria do Rosário, todas nós nos sentimos ofendidas porque nós lutamos pelo direito à democracia, ao respeito entre homens e mulheres. Não dá para permitir que alguém – de quem não dá nem para repetir o nome para não sujarmos a boca – venha falar esse tipo de coisa para quem tem coragem de defender os direitos humanos como a coisa mais linda da vida. E nós sabemos da sua luta, que é a minha também, de defender todos os pobres, todas as mulheres, todas as pessoas injustiçadas, para que tenham direito à justiça, à liberdade, à pensar, à viver com alegria, e é para isso que a gente está aqui neste Parlamento.

Então, conte com a solidariedade, eu acredito, de milhares de mulheres e de homens.

(Interrupção do som.)

A SR^a LUCI CHOINACKI (PT - SC) – Uma coisa que eu aprendi: as pessoas só falam o que têm dentro do coração. A gente se revela nas horas boas e nas horas de ódio. Então, o que ele tem no coração ele mostrou neste plenário.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Deputada Nilda Gondim.

A SR^a NILDA GONDIM (PMDB - PB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não consegui votar no sistema eletrônico. Por favor, registre o meu voto.

Aproveito a oportunidade para prestar a nossa solidariedade à Deputada e companheira Maria do Rosário. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A Presidência registra a manifestação de V. Ex^a.

A SR^a GORETE PEREIRA (Bloco/PR - CE) – Sr. Presidente...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente Renan...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Deputado Florence, Deputado Chico Alencar e Deputado Amauri.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Presidente Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional, e Presidente Henrique Alves, Presidente da Câmara, Deputado Marquezelli e demais Deputados e Deputadas, quero registrar, como Presidente da PEC nº 215, que temos feito todo o esforço para, na forma do Regimento, procedermos aos trabalhos, debatendo, com apresentação prevista do relatório elaborado pelo Deputado Osmar Serraglio.

Segui a orientação do Presidente Henrique Alves de aceitar uma indicação – o Deputado Marquezelli acompanhou –; não postulei compor a comissão e menos ainda ser Presidente. Aceitei, num esforço orientado pelo Presidente Henrique Alves, buscarmos um texto que permitisse uma votação que resolvesse um problema nacional. Vínhamos fazendo isso até agora. O Deputado Osmar Serraglio concluiu o trabalho...

(Interrupção do som.)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – ... de elaboração do seu relatório, sem entrar no mérito, porque ele tem que ser lido e debatido na Comissão.

Estou aqui como Presidente da Comissão. Eu tinha convocado para a semana passada... Durante todo o período eleitoral, estive aqui, até porque eu tinha outras atribuições, quase invariavelmente todos os dias da semana. Então, não foi por postergação da Presidência, nem da Presidência da Comissão, nem da Presidência da Casa.

O Presidente Henrique Alves instalou a Comissão, e convoquei a reunião para hoje, às 14 horas, na semana passada. Mas hoje havia uma coincidência com os trabalhos da MP nº 656. Aí convoquei para a semana que vem. Por um requerimento de Parlamentares, antecipei o da semana que vem para hoje, às 16 horas.

Eu estava numa reunião da Bancada do meu Partido monitorando o início da Ordem do Dia, porque, se houvesse esse início, nós não poderíamos proceder aos trabalhos da Comissão. E fui informado pela assessoria que tinha sido iniciada a Ordem do Dia e que o Presidente tinha pedido para parar todo o trabalho das comissões.

Então, eu avisei à assessoria que nós teríamos que suspender e, como antes previsto, fazer às 14h da terça-feira. O que daí em diante ocorreu não foi oficial, porque eu estava na Casa e não presenciei. Estou prestando conta.

E está convocada a Comissão Especial para a próxima terça-feira, às 14h.

Muito obrigado.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – Sr. Presidente...

A SR^a GORETE PEREIRA (Bloco/PR - CE) – Presidente....

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço aqui o que entendo ser um dever de todo Partido com representação no Congresso Nacional: somar-me a manifestações já feitas pelo Deputado Jean Wyllys e pelo Deputado Ivan Valente para repudiar os termos com que o Deputado Bolsonaro se referiu à ex-Ministra dos Direitos Humanos e Deputada Federal Maria do Rosário. Nenhuma votação que qualquer um de nós possa ter tido significa franquear o microfone e a tribuna para falar barbaridades, para propagar a estupidez, a violência e até o crime.

Isso que aconteceu é muito grave, e não é inédito, infelizmente!

O PSOL já fez representações que não prosperaram, e a Casa deve refletir sobre isso.

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PP - RJ) – Sr. Presidente, Presidente Renan.

A SR^a GORETE PEREIRA (Bloco/PR - CE) – Presidente, depois olhe para o lado de cá, por favor.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – Por fim, como a homenagem possível, o desagravo necessário, que – repito – deve ser de todos os Partidos com representação na Casa, para estabelecer o nível elevado que o Congresso Nacional precisa ter.

Eu repito aqui versos de uma grande mulher brasileira, como as marias da vida, anônimas, Cecília Meirelles. Ela dizia algo que tem a ver com esse episódio: "Pelos caminhos do mundo, nenhum destino se perde: há os grandes sonhos das mulheres e dos homens e [há, infelizmente,] a força surda dos vermes."

Isso não pode continuar.

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PP - RJ) – Sr. Presidente, art. 14.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Sr. Presidente, mudar a orientação do Partido, de obstrução para "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e vamos garantir a palavra a todos.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Mude a orientação do painel, Presidente.

Obrigado.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB - SP) – Vamos à votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Deputada Gorete.

A SR^a GORETE PEREIRA (Bloco/PR - CE. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria também de me solidarizar com o que já foi dito em relação à Maria do Rosário, mas eu gostaria também de estender à nossa Presidente Dilma Rousseff, pela maneira também descortês com que o Deputado Bolsonaro falou da Presidente da República, que foi tão grave quanto foi o que ele falou sobre a Maria do Rosário.

Então, gostaria de nos solidarizarmos com isso, o Partido da República, e dizer que lamento, pelas mulheres do Rio de Janeiro, por terem o Deputado como o mais votado, que inclusive deve ter sido votado pelas mulheres do Rio. Lamento pelas mulheres.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação, proclamar o resultado...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, apenas um registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – ... e, a partir daí, porque estão pedindo simultaneamente...

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PP - RJ) – Sr. Presidente, art. 14. Eu fui citado mais de 20 vezes.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, então eu peço como Líder. Eu estou pedindo apenas um registro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu vou dar o registro a V. Ex^a. O problema é que é importante encerrar a votação.

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PP - RJ) – Sr. Presidente, eu estou sendo caluniado aqui, Presidente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Vamos encerrar a votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

54 ª LEGISLATURA
QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Presidente da Casa:
 Renan Calheiros - PMDB/AL

Sessão:

SESSÃO CONJUNTA Nº 032 - 09/12/2014

Abertura Painel: 09/12/2014 17:25

Encerramento Painel: 09/12/2014 20:04

Presidiram a Sessão:

Arlindo Chinaglia - 17:32

Renan Calheiros - 18:23

Proposição:

PLN Nº 36/2014 - DVS - PSDB - EMENDA Nº 69

Início Votação: 09/12/2014 19:36

Fim Votação: 09/12/2014 20:01

Presidiram a Votação:

Renan Calheiros

Resultado da Votação

Sim	55
Não	247
Abstenção	2
Total da Votação 304	

Total Quorum	304
---------------------	------------

Obstrução	57
------------------	-----------

Orientação

PT - Não
 PMDB - Não
 PpPros - Não
 PSD - Não
 PSDB - Obstrução
 PrPtdobPrp - Não
 DEM - Sim
 PSB - Obstrução
 Solidaried - Obstrução
 PDT - Não
 PTB - Não
 PCdoB - Não
 PSC - Não
 PRB - Não
 PV - Obstrução
 PPS - Obstrução
 PSOL - Não
 PMN - Liberado
 Minoria - Obstrução
 GOV. - Não

	Partido	Bloco	Voto
RORAIMA			
Chico das Verduras	PRP	PrPtdobPrp	Não
Edio Lopes	PMDB		Não
Luciano Castro	PR	PrPtdobPrp	Não
Paulo Cesar Quartiero	DEM		Obstrução
Total Roraima : 4			
AMAPÁ			
Dalva Figueiredo	PT		Não
Evandro Milhomem	PCdoB		Não
Fátima Pelaes	PMDB		Não

	Partido	Bloco	Voto
AMAPÁ			
Vinicius Gurgel	PR	PrPtdobPrp	Não
Total Amapá : 4			
PARÁ			
Arnaldo Jordy	PPS		Sim
Beto Faro	PT		Não
Cláudio Puty	PT		Não
Dudimar Paxiuba	PROS	PpPros	Não
Giovanni Queiroz	PDT		Não
José Priante	PMDB		Não
Josué Bengtson	PTB		Sim
Lira Maia	DEM		Sim
Lúcio Vale	PR	PrPtdobPrp	Não
Nilson Pinto	PSDB		Obstrução
Zé Geraldo	PT		Não
Total Pará : 11			
AMAZONAS			
Dr. Luiz Fernando	PSD		Não
Francisco Praciano	PT		Não
Pauderney Avelino	DEM		Sim
Rebecca Garcia	PP	PpPros	Não
Silas Câmara	PSD		Não
Total Amazonas : 5			
RONDÔNIA			
Anselmo de Jesus	PT		Não
Carlos Magno	PP	PpPros	Não
Marinha Raupp	PMDB		Não
Moreira Mendes	PSD		Não
Padre Ton	PT		Não
Total Rondônia : 5			
ACRE			
Antônia Lúcia	PSC		Não
Flaviano Melo	PMDB		Não
Henrique Afonso	PV		Sim
Perpétua Almeida	PCdoB		Não
Sibá Machado	PT		Não
Total Acre : 5			
TOCANTINS			
Lázaro Botelho	PP	PpPros	Não
Osvaldo Reis	PMDB		Não
Total Tocantins : 2			
MARANHÃO			

	Partido	Bloco	Voto
MARANHÃO			
Alberto Filho	PMDB		Não
Cleber Verde	PRB		Não
Davi Alves Silva Júnior	PR	PrPtlobPrp	Não
Domingos Dutra	Solidaried		Abstenção
Gastão Vieira	PMDB		Não
Hélio Santos	PSDB		Obstrução
Lourival Mendes	PTdoB	PrPtlobPrp	Não
Pedro Fernandes	PTB		Não
Professor Setimo	PMDB		Não
Simplicio Araújo	Solidaried		Sim
Waldir Maranhão	PP	PpPros	Não
Weverton Rocha	PDT		Não
Total Maranhão : 12			
CEARÁ			
André Figueiredo	PDT		Não
Aníbal Gomes	PMDB		Não
Antonio Balhmann	PROS	PpPros	Não
Ariosto Holanda	PROS	PpPros	Não
Arnon Bezerra	PTB		Não
Artur Bruno	PT		Não
Chico Lopes	PCdoB		Não
Danilo Forte	PMDB		Abstenção
Domingos Neto	PROS	PpPros	Não
Edson Silva	PROS	PpPros	Não
Eudes Xavier	PT		Não
Gorete Pereira	PR	PrPtlobPrp	Não
José Airton	PT		Não
José Guimarães	PT		Não
Manoel Salviano	PSD		Não
Mário Feitoza	PMDB		Não
Mauro Benevides	PMDB		Não
Vicente Arruda	PROS	PpPros	Não
Total Ceará : 18			
PIAUÍ			
Assis Carvalho	PT		Não
Átila Lira	PSB		Obstrução
Hugo Napoleão	PSD		Não
Jesus Rodrigues	PT		Não
Marcelo Castro	PMDB		Não
Marllos Sampaio	PMDB		Não
Osmar Júnior	PCdoB		Não
Paes Landim	PTB		Não

	Partido	Bloco	Voto
Total Piauí : 8			
RIO GRANDE DO NORTE			
Betinho Rosado	PP	PpPros	Não
Fátima Bezerra	PT		Não
Felipe Maia	DEM		Sim
Henrique Eduardo Alves	PMDB		Não
Total Rio Grande do Norte : 4			
PARAÍBA			
Aguinaldo Ribeiro	PP	PpPros	Não
Damião Feliciano	PDT		Não
Efraim Filho	DEM		Sim
Hugo Motta	PMDB		Não
Luiz Couto	PT		Não
Major Fábio	PROS	PpPros	Não
Ruy Carneiro	PSDB		Obstrução
Wellington Roberto	PR	PrPtdobPrp	Não
Total Paraíba : 8			
PERNAMBUCO			
Anderson Ferreira	PR	PrPtdobPrp	Não
André de Paula	PSD		Sim
Augusto Coutinho	Solidaried		Obstrução
Carlos Eduardo Cadoca	PCdoB		Não
Danilo Cabral	PSB		Obstrução
Eduardo da Fonte	PP	PpPros	Não
Fernando Ferro	PT		Não
Inocêncio Oliveira	PR	PrPtdobPrp	Não
João Paulo Lima	PT		Não
Jorge Côrte Real	PTB		Não
José Augusto Maia	PROS	PpPros	Não
José Chaves	PTB		Não
Luciana Santos	PCdoB		Não
Mendonça Filho	DEM		Sim
Paulo Rubem Santiago	PDT		Não
Pedro Eugênio	PT		Não
Raul Henry	PMDB		Obstrução
Roberto Teixeira	PP	PpPros	Não
Silvio Costa	PSC		Não
Vilalba	PP	PpPros	Não
Wolney Queiroz	PDT		Não
Total Pernambuco : 21			
ALAGOAS			
Alexandre Toledo	PSB		Obstrução

	Partido	Bloco	Voto
ALAGOAS			
Francisco Tenório	PMN		Não
Givaldo Carimbão	PROS	PpPros	Não
Maurício Quintella Lessa	PR	PrPtdobPrp	Não
Paulão	PT		Não
Renan Filho	PMDB		Não
Rosinha da Adefal	PTdoB	PrPtdobPrp	Não
Total Alagoas : 7			
SERGIPE			
Andre Moura	PSC		Não
Fabio Reis	PMDB		Não
Laercio Oliveira	Solidaried		Obstrução
Márcio Macêdo	PT		Não
Rogério Carvalho	PT		Não
Valadares Filho	PSB		Obstrução
Total Sergipe : 6			
BAHIA			
Afonso Florence	PT		Não
Alice Portugal	PCdoB		Não
Amauri Teixeira	PT		Não
Antonio Brito	PTB		Não
Antonio Imbassahy	PSDB		Obstrução
Claudio Cajado	DEM		Sim
Daniel Almeida	PCdoB		Não
Edson Pimenta	PSD		Não
Emiliano José	PT		Não
Erliverton Santana	PSC		Não
Fernando Torres	PSD		Não
Geraldo Simões	PT		Não
Jônio Natal	PRP	PrPtdobPrp	Não
João Carlos Bacelar	PR	PrPtdobPrp	Não
João Leão	PP	PpPros	Não
José Carlos Araújo	PSD		Não
José Nunes	PSD		Não
José Rocha	PR	PrPtdobPrp	Não
Josias Gomes	PT		Não
Jutahy Junior	PSDB		Sim
Luiz Alberto	PT		Não
Luiz Argôlo	Solidaried		Não
Luiz de Deus	DEM		Sim
Márcio Marinho	PRB		Não
Nelson Pellegrino	PT		Não
Oziel Oliveira	PDT		Não

	Partido	Bloco	Voto
BAHIA			
Paulo Magalhães	PSD		Não
Roberto Britto	PP	PpPros	Não
Sérgio Brito	PSD		Não
Valmir Assunção	PT		Não
Waldenor Pereira	PT		Não
Total Bahia : 31			
MINAS GERAIS			
Ademir Camilo	PROS	PpPros	Não
Aelton Freitas	PR	PrPtdobPrp	Não
Alexandre Silveira	PSD		Sim
Bernardo Santana de Vasconcellos	PR	PrPtdobPrp	Não
Bilac Pinto	PR	PrPtdobPrp	Não
Bonifácio de Andrada	PSDB		Obstrução
Carlos Melles	DEM		Obstrução
Diego Andrade	PSD		Não
Dimas Fabiano	PP	PpPros	Não
Domingos Sávio	PSDB		Obstrução
Dr. Grilo	Solidaried		Obstrução
Eros Biondini	PTB		Não
Fábio Ramalho	PV		Não
George Hilton	PRB		Não
Geraldo Thadeu	PSD		Não
Jairo Ataíde	DEM		Obstrução
Jô Moraes	PCdoB		Não
João Bittar	DEM		Obstrução
João Magalhães	PMDB		Não
José Humberto	PSD		Sim
Júlio Delgado	PSB		Sim
Leonardo Monteiro	PT		Não
Leonardo Quintão	PMDB		Não
Luiz Fernando Faria	PP	PpPros	Não
Marcos Montes	PSD		Obstrução
Marcus Pestana	PSDB		Obstrução
Mauro Lopes	PMDB		Não
Padre João	PT		Não
Paulo Abi-Ackel	PSDB		Obstrução
Reginaldo Lopes	PT		Não
Rodrigo de Castro	PSDB		Obstrução
Saraiva Felipe	PMDB		Não
Stefano Aguiar	PSB		Obstrução
Subtenente Gonzaga	PDT		Não
Toninho Pinheiro	PP	PpPros	Obstrução
Walter Tosta	PSD		Não

	Partido	Bloco	Voto
MINAS GERAIS			
Weliton Prado	PT		Não
Zé Silva	Solidaried		Obstrução
Total Minas Gerais : 38			
ESPIRITO SANTO			
Carlos Manato	Solidaried		Obstrução
Dr. Jorge Silva	PROS	PpPros	Não
Iriney Lopes	PT		Não
Lauriete	PSC		Sim
Lelo Coimbra	PMDB		Sim
Paulo Faletto	PSB		Obstrução
Total Espírito Santo : 6			
RIO DE JANEIRO			
Adriano	PMDB		Não
Alessandro Molon	PT		Não
Aureo	Solidaried		Não
Benedita da Silva	PT		Não
Chico Alencar	PSOL		Não
Dr. Adilson Soares	PR	PrPtdobPrp	Não
Dr. Carlos Alberto	PMN		Obstrução
Dr. Paulo César	PR	PrPtdobPrp	Não
Edson Ezequiel	PMDB		Não
Edson Santos	PT		Não
Eduardo Cunha	PMDB		Não
Felipe Bornier	PSD		Obstrução
Filipe Pereira	PSC		Sim
Francisco Floriano	PR	PrPtdobPrp	Não
Glauber Braga	PSB		Não
Hugo Leal	PROS	PpPros	Não
Jair Bolsonaro	PP	PpPros	Sim
Jandira Feghali	PCdoB		Não
Jean Wyllys	PSOL		Não
Jorge Bittar	PT		Não
Julio Lopes	PP	PpPros	Obstrução
Leonardo Picciani	PMDB		Não
Luiz Sérgio	PT		Não
Marcelo Matos	PDT		Não
Miro Teixeira	PROS	PpPros	Sim
Otavio Leite	PSDB		Obstrução
Paulo Feijó	PR	PrPtdobPrp	Não
Pedro Paulo	PMDB		Não
Rodrigo Maia	DEM		Sim
Romário	PSB		Sim

	Partido	Bloco	Voto
RIO DE JANEIRO			
Simão Sessim	PP	PpPros	Não
Vitor Paulo	PRB		Não
Walney Rocha	PTB		Não
Washington Reis	PMDB		Não
Zoinho	PR	PrPtdobPrp	Não
Total Rio de Janeiro : 35			
SÃO PAULO			
Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB		Sim
Arlindo Chinaglia	PT		Não
Arnaldo Faria de Sá	PTB		Sim
Arnaldo Jardim	PPS		Sim
Beto Mansur	PRB		Não
Carlos Sampaio	PSDB		Obstrução
Carlos Zarattini	PT		Não
Devanir Ribeiro	PT		Não
Duarte Nogueira	PSDB		Obstrução
Edinho Araújo	PMDB		Não
Eleuses Paiva	PSD		Sim
Emanuel Fernandes	PSDB		Sim
Francisco Chagas	PT		Não
Guilherme Campos	PSD		Não
Guilherme Mussi	PP	PpPros	Obstrução
Gustavo Petta	PCdoB		Não
Helcio Silva	PT		Não
Iara Bernardi	PT		Não
Ivan Valente	PSOL		Não
Janete Rocha Pletá	PT		Não
João Dado	Solidaried		Obstrução
Jorge Tadeu Mudalen	DEM		Sim
José Anibal	PSDB		Obstrução
José Mentor	PT		Não
Junji Abe	PSD		Não
Keiko Ota	PSB		Obstrução
Luiz Fernando Machado	PSDB		Obstrução
Mara Gabrilli	PSDB		Obstrução
Marcelo Aguilar	DEM		Obstrução
Márcio França	PSB		Obstrução
Milton Monti	PR	PrPtdobPrp	Não
Missionário José Olímpio	PP	PpPros	Não
Nelson Marquezelli	PTB		Não
Newton Lima	PT		Não
Otoniel Lima	PRB		Sim
Pastor Marco Feliciano	PSC		Sim

	Partido	Bloco	Voto
SÃO PAULO			
Paulo Teixeira	PT		Não
Renato Simões	PT		Não
Ricardo Izar	PSD		Obstrução
Ricardo Tripoli	PSDB		Obstrução
Roberto Freire	PPS		Sim
Roberto Santiago	PSD		Não
Rodrigo Garcia	DEM		Sim
Salvador Zimbaldi	PROS	PpPros	Não
Tiririca	PR	PrPtdobPrp	Não
Vanderlei Macris	PSDB		Obstrução
Vanderlei Siraque	PT		Não
Vaz de Lima	PSDB		Sim
Vicentinho	PT		Não
William Dib	PSDB		Obstrução
Total São Paulo : 50			
MATO GROSSO			
Carlos Bezerra	PMDB		Não
Eliene Lima	PSD		Não
Júlio Campos	DEM		Obstrução
Nilson Leitão	PSDB		Sim
Roberto Dorner	PSD		Não
Ságua Moraes	PT		Não
Valtenir Pereira	PROS	PpPros	Não
Total Mato Grosso : 7			
DISTRITO FEDERAL			
Erika Kokay	PT		Não
Izalci	PSDB		Obstrução
Luiz Pitiman	PSDB		Obstrução
Magela	PT		Não
Policarpo	PT		Não
Reguffe	PDT		Sim
Total Distrito Federal : 6			
GOIÁS			
Armando Vergílio	Solidaried		Obstrução
Flávia Morais	PDT		Não
Heuler Cruvinel	PSD		Sim
Iris de Araújo	PMDB		Sim
Jovair Arantes	PTB		Não
Leandro Vilela	PMDB		Não
Magda Mofatto	PR	PrPtdobPrp	Não
Pedro Chaves	PMDB		Não
Roberto Balestra	PP	PpPros	Sim

	Partido	Bloco	Voto
GOIÁS			
Ronaldo Caiado	DEM		Sim
Rubens Otoni	PT		Não
Sandro Mabel	PMDB		Não
Thiago Peixoto	PSD		Obstrução
Vilmar Rocha	PSD		Sim
Total Goiás : 14			
MATO GROSSO DO SUL			
Akira Otsubo	PMDB		Não
Biffi	PT		Não
Fábio Trad	PMDB		Sim
Geraldo Resende	PMDB		Sim
Vander Loubet	PT		Não
Total Mato Grosso do Sul : 5			
PARANÁ			
Abelardo Lupion	DEM		Obstrução
André Zacharow	PMDB		Não
Angelo Vanhoni	PT		Não
Assis do Couto	PT		Não
Dilceu Sperafico	PP	PpPros	Obstrução
Dr. Rosinha	PT		Não
Edmar Arruda	PSC		Sim
Giacobo	PR	PrPtdobPrp	Não
Hermes Pardianello	PMDB		Não
Leopoldo Meyer	PSB		Obstrução
Nelson Meurer	PP	PpPros	Não
Ratinho Junior	PSC		Não
Reinhold Stephanes	PSD		Não
Rosane Ferreira	PV		Não
Rubens Bueno	PPS		Sim
Sandro Alex	PPS		Sim
Takayama	PSC		Sim
Zeca Dirceu	PT		Não
Total Paraná : 18			
SANTA CATARINA			
Celso Maldaner	PMDB		Não
Décio Lima	PT		Não
Esperidião Amin	PP	PpPros	Obstrução
Francisco de Assis	PT		Não
João Rodrigues	PSD		Sim
Jorginho Mello	PR	PrPtdobPrp	Não
Luci Choinacki	PT		Não
Onofre Santo Agostini	PSD		Sim

	Partido	Bloco	Voto
SANTA CATARINA			
Ronaldo Benedel	PMDB		Não
Total Santa Catarina : 9			
RIO GRANDE DO SUL			
Afonso Hamm	PP	PpPros	Sim
Alceu Moreira	PMDB		Sim
Alexandre Roso	PSB		Sim
Assis Melo	PCdoB		Não
Beto Albuquerque	PSB		Obstrução
Bohn Gass	PT		Não
Darcísio Perondi	PMDB		Sim
Enio Bacci	PDT		Não
Giovani Cherini	PDT		Não
Henrique Fontana	PT		Não
José Otávio Germano	PP	PpPros	Não
Jose Stédile	PSB		Sim
Luis Carlos Heinze	PP	PpPros	Obstrução
Manuela D'Ávila	PCdoB		Não
Marconi	PT		Não
Maria do Rosário	PT		Não
Nelson Marchezan Junior	PSDB		Obstrução
Paulo Pimenta	PT		Não
Pepe Vargas	PT		Não
Renato Molling	PP	PpPros	Sim
Ronaldo Zulke	PT		Não
Vilson Covatti	PP	PpPros	Não
Total Rio Grande do Sul : 22			

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – SIM, 55; NÃO, 247; duas abstenções.

A emenda foi rejeitada na Câmara dos Deputados, deixando de ser votada no Senado Federal, nos termos do §1º do art. 43 do Regimento Comum.

A matéria está, portanto, aprovada, na forma do Substitutivo apresentado, e vai à sanção da Presidente da República.

É a seguinte a matéria aprovada:

SUBSTITUTIVO AO PLN 36, DE 2014-CN

Altera a lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"**Art. 3º** A meta de resultado a que se refere o art. 2º poderá ser reduzida até o montante das desonerações de tributos e dos gastos relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, cujas programações serão identificadas no projeto e na Lei Orçamentária de 2014 com o identificador de resultado primário previsto na alínea "c" do inciso II do § 4º do art. 7º desta lei.

....."(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Sobre a mesa, vários requerimentos para modificação da pauta.

Nós não temos como não fazer o que fizemos na sessão anterior do Congresso Nacional, ou seja, consultar o Plenário, se admite ou não a modificação da pauta, e aí votar...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) –.... e aí votar os requerimentos que foram entregues à Mesa.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Permita-me, Presidente, a respeito dos requerimentos que estão sobre a mesa. Por favor, Sr. Presidente.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB - RS) – Deputado Osmar Terra vota contra a orientação do Partido, vota “sim”.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Presidente, a respeito dos requerimentos que estão sobre a mesa, Presidente.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS - SP) – Presidente, os requerimentos estão prejudicados! Não cometam uma... V. Ex^a cometeu um abuso e agora quer resolver cometendo algo ridículo, inversão de pauta!

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Presidente, existiam dois requerimentos sobre a mesa.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS - SP) – A inversão era para não votar esta emenda!

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Uma questão de ordem, Presidente.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS - SP) – Sr. Presidente, respeite pelo menos a lógica.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senador Pimentel, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Congressistas, nós apresentamos o requerimento de urgência para trazer a Lei de Diretrizes Orçamentárias diretamente para o Congresso, fundamentado no art. 155. Tivemos o cuidado de colher a assinatura dos Líderes da Base em número suficiente para que possamos viabilizar essa importante matéria e, com isso, submeter a voto a LDO, Sr. Presidente.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Não é possível, Sr. Presidente! A gente acaba de ser violentado, aprovando a LDO de 2014, vem o Governo agora querer aprovar urgência para aprovar a LDO 2015. Tenha santa paciência!

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT - BA) – A LDO 2015 deveria ter sido aprovada desde julho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – A CMO, por conta da irresponsabilidade do Governo, da falta de presença da Base do Governo na CMO... Isto aqui não pode virar um anexo do Palácio do Planalto. Tem que ter respeito à minoria!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – É evidente que, não havendo acordo...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Não tem acordo não!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – ... para que nós possamos encaminhar consensualmente a Ordem do Dia, inclusive apreciando todos os requerimentos... As pessoas precisam entender que os requerimentos não tratavam de inversão da pauta apenas com relação à continuidade do primeiro item; os requerimentos tratavam de vários itens da pauta.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE. *Fora do microfone.*) – Mas os dois requerimentos eram em relação às emendas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Portanto, eu vou encerrar a Ordem do Dia e vou encerrar a sessão!

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão conjunta:

2

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 5, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, de 2014, que Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências.

Parecer nº 30/2014-CN, pela apresentação de substitutivo.

3**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 2, DE 2014**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2014, que *Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 113.800.000,00 (cento e treze milhões e oitocentos mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária Vigente.*

Parecer nº 26/2014-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

4**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 9, DE 2014**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2014, que *"Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$41.455.831,00 (quarenta e um milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e trinta e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."*

Parecer nº 41 de 2014-CN, pela aprovação de substitutivo.

5**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 4, DE 2014**

Discussão, em turno único, do Projeto De Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2014, que *Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Eleitoral e dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 50.959.686,00 (cinquenta milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e oitenta e seis reais), para os fins que especifica.*

6**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 6, DE 2014**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 6, de 2014, que *Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Secretaria de Portos da Presidência da República, crédito suplementar no valor de R\$ 333.250.000,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

7**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 7, DE 2014**

Discussão, em turno único, do Projeto De Lei do Congresso Nacional nº 7, de 2014, que *Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 58.537.082,00, para os fins que especifica.*

8**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 8, DE 2014**

Discussão, em turno único, do Projeto De Lei do Congresso Nacional nº 8, de 2014, que *Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R\$ 18.557.902,00 para os fins que especifica.*

9**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 10, DE 2014**

Discussão, em turno único, do Projeto De Lei do Congresso Nacional nº 10, de 2014, que *Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 15.898.000,00 (quinze milhões, oitocentos e noventa e oito mil reais), para os fins que especifica.*

10**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 11, DE 2014**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 11, de 2014, que *Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 20.564.500,00 (vinte milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil e quinhentos reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

11

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 12, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 12, de 2014, que *Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 10.000.000,00, para o fim que especifica.*

12

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 14, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto De Lei do Congresso Nacional nº 14, de 2014, que *Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária Vigente.*

13

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 15, de 2014, que *Abre ao Orçamento de Investimento para 2014, em favor das empresas estatais, crédito especial no valor de R\$ 418.066.124,00 (quatrocentos e dezotto milhões, sessenta e seis mil e cento e vinte e quatro reais), para os fins que especifica.*

14

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 16, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto De Lei do Congresso Nacional nº 16, de 2014, que *Abre ao Orçamento de Investimento para 2014, em favor das empresas estatais Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA e Companhia Docas do Pará - CDP, crédito suplementar no valor de R\$23.776.862,00 (vinte e três milhões, setecentos e setenta e seis mil e oitocentos e sessenta e dois reais), e reduz o Orçamento de Investimento de Companhias Docas no valor de R\$358.442.878,00 (trezentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil e oitocentos e setenta e oito reais), para os fins que especifica.*

15

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 17, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 17, de 2014, que *Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 14.641.923,00 (catorze milhões, seiscentos e quarenta e um mil, novecentos e vinte e três reais), para os fins que especifica.*

16

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 18, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18, de 2014, que *Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 10.706.000,00 (dez milhões e setecentos e seis mil reais), para os fins que especifica.*

17

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 19, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19, de 2014, de autoria do(a) Presidente da República, que *Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, crédito especial no valor de R\$ 145.620.436,00 (cento e quarenta e cinco milhões, seiscentos e vinte mil, quatrocentos e trinta e seis reais), para os fins que especifica.*

18

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 20, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Congresso Nacional nº 20, de 2014, que *Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplemen-*

tar no valor de R\$ 13.847.043,00 (treze milhões, oitocentos e quarenta e sete mil e quarenta e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

19**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 21, DE 2014**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 21, de 2014, que *Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 53.608.595,00 (cinquenta e três milhões, seiscentos e oito mil, quinhentos e noventa e cinco reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.*

20**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 22, DE 2014**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22, de 2014, que *Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distritos Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 92.852.787,00 (noventa e dois milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, setecentos e oitenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

21**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 23, DE 2014**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 23, de 2014, que *Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito especial no valor de R\$ 78.795.954,00 (setenta e oito milhões, setecentos e noventa e cinco mil, novecentos e cinquenta e quatro reais), para os fins que especifica.*

22**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 24, DE 2014**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 24, de 2014, que *Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, de diversos órgãos dos Poderes Judiciários e Executivos e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 102.463.137,00 (cento e dois milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, cento e trinta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

23**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 25, DE 2014**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 25, de 2014, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 10.350.000,00 (dez milhões e trezentos e cinquenta mil reais), para os fins que especifica.*

24**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 26, DE 2014**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 26, de 2014, que *Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Cultura, crédito suplementar no valor de R\$ 9.996.000,00 (nove milhões, novecentos e noventa e seis mil reais), para os fins que especifica .*

25**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 27, DE 2014**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 27, de 2014, que *Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à fome, crédito suplementar no valor de R\$ 194.500.439,00 (cento e noventa e quatro milhões, quinhentos mil, quatrocentos e trinta e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

26

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 28, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2014, que *Abre ao Orçamento de Investimento para 2014 crédito suplementar no valor de R\$ 17.324.265.368,00 (dezessete bilhões, trezentos e vinte e quatro milhões, duzentos e sessenta e cinco mil e trezentos e sessenta e oito reais), em favor de diversas empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor de R\$ 13.316.680.057,00 (treze bilhões, trezentos e dezesseis milhões, seiscentos e oitenta mil e cinquenta e sete reais), para os fins que especifica.*

27

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 29, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2014, que *Abre ao Orçamento de Investimento para 2014, em favor de empresas estatais, crédito especial no valor de R\$ 583.676.402,00 (quinhentos e oitenta e três milhões, seiscentos e setenta e seis mil, quatrocentos e dois reais), para os fins que especifica.*

28

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 30, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 30, de 2014, que *Abre os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 15.834.850,00 (quinze milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, oitocentos e cinquenta reais), para os fins que especifica.*

29

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 32, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32, de 2014, que *Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 310.186.453,00 (trezentos e dez milhões, cento e oitenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

30

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 33, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 33, de 2014, que *Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 489.256.916,00 (quatrocentos e oitenta e nove milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, novecentos e dezesseis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

31

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 34, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 34, de 2014, que *Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito especial no valor de R\$ 11.100.000,00 (onze milhões e cem mil reais), para os fins que especifica.*

32

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 35, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 35, de 2014, que *Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, crédito suplementar no valor R\$ 31.134.107,00 (trinta e um milhões, cento e trinta e quatro mil, cento e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT - BA) – Encerre a sessão, Presidente! Encerre a sessão! Encerre a sessão!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 4 minutos.)

ATO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 05 DE 2014.

Regulamenta o Programa Visite o Congresso, desenvolvido conjuntamente pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados.

Os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, no uso das competências que lhes são conferidas pelos artigos 51, IV, e 52, XIII, da Constituição Federal, resolvem:

Art. 1º Este Regulamento dispõe sobre o programa de visitação institucional do Congresso Nacional denominado Programa Visite o Congresso.

Art. 2º As áreas de relações públicas das duas Casas são responsáveis pelo planejamento, execução, controle e avaliação do Programa Visite o Congresso, bem como pela administração dos recursos humanos, materiais e tecnológicos necessários.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Ato correrão à conta das dotações próprias dos orçamentos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 4º Este Regulamento normatiza ações, processos, aplicação de recursos humanos e financeiros, programas especiais e demais iniciativas relacionadas ao programa de visitação institucional do Congresso Nacional denominado Programa Visite o Congresso.

Art. 5º O Programa Visite o Congresso consiste em uma iniciativa voltada para o relacionamento com a sociedade e objetiva proporcionar ao público experiências e informações acerca do papel institucional do Congresso Nacional e de sua importância para o cotidiano dos cidadãos brasileiros.

Art. 6º O Programa Visite o Congresso, como política governamental de relações públicas e de educação política, realiza-se por meio de visitas às dependências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, conduzidas por mediadores de visita, com informações sobre o funcionamento do Congresso Nacional e sobre o patrimônio artístico e cultural das instituições.

Parágrafo único. Denomina-se mediador de visita o profissional designado pelas áreas de relações públicas das duas Casas, com treinamento específico para atuar no Programa Visite o Congresso.

CAPÍTULO II DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º O Programa Visite o Congresso é realizado em horários previamente divulgados ao público, todos os dias do ano, exceto:

I – no dia da abertura dos trabalhos legislativos (primeiro dia útil de fevereiro);

II – no dia da cerimônia de posse do Presidente da República.

§ 1º As visitas podem ser interrompidas, parcial ou integralmente, por motivo de força maior, a saber:

I – por determinação das Presidências do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados ou de servidor designado;

II – por caso de necessidade dos trabalhos legislativos; e

III – por razões de segurança.

§ 2º Decidida a interrupção parcial ou integral do Programa, todos os órgãos envolvidos, nas duas Casas, serão imediatamente comunicados.

Art. 8º As visitas institucionais no escopo do Programa Visite o Congresso serão conduzidas exclusivamente por um ou mais mediadores de visita do Programa, em horários previamente definidos, iniciando-se preferencialmente no Salão Negro do Palácio do Congresso Nacional ou em outro local indicado pelas áreas de relações públicas das duas Casas.

§ 1º No caso de visitas extraordinárias e programas especiais previstos neste Regulamento ou em outros editados pelas áreas de relações públicas, em parceria ou não com departamentos das duas Casas, os horários podem ser diversos, inclusive noturnos, durante a semana, em feriados e em finais de semana, de acordo com normas específicas ou com prévia autorização das autoridades competentes.

§ 2º Visitas que não tenham a participação da equipe do Programa Visite o Congresso não são normatizadas por este Regulamento, isentando-se, portanto, as áreas de relações públicas das duas Casas de qualquer responsabilidade sobre sua realização.

Art. 9º As visitas guiadas ao Congresso Nacional podem ser:

I – espontâneas; aquelas realizadas por grupos formados aleatoriamente, nos interstícios das saídas programadas; e

II – agendadas; aquelas previamente marcadas, com antecedência mínima de dois dias, mediante preenchimento de formulário eletrônico.

§ 1º Solicitações para atendimento a pessoas com necessidades especiais, como a de auxílio a indivíduos com mobilidade reduzida ou a de presença de intérprete de língua brasileira de sinais (LIBRAS) devem ser formuladas preferencialmente no ato de marcação prévia da visita.

§ 2º Solicitações de atendimento em idioma estrangeiro devem ser fornecidas no ato do agendamento da visita.

§ 3º As crianças de até doze anos deverão estar acompanhadas por seus responsáveis.

§ 4º No inicio do percurso, o mediador de visita informará aos visitantes os procedimentos de segurança e as normas pertinentes ao Programa.

Art. 10. Compete às polícias legislativas de cada Casa a responsabilidade pelo planejamento e execução dos procedimentos de segurança relativos às visitas.

Art. 11. É permitido o uso de câmeras fotográficas e filmadoras amadoras durante todo o percurso da visita institucional, exceto nos Plenários das duas Casas durante a realização de sessões ordinárias, extraordinárias ou especiais.

§ 1º Por motivos de segurança ou por determinação das autoridades competentes, a polícia legislativa e as áreas de relações públicas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão comunicar aos visitantes eventuais impedimentos relativos ao uso de equipamentos fotográficos ou de filmagem.

§ 2º Antes da entrada nas galerias dos Plenários, durante as sessões ordinárias e extraordinárias, os pertences dos visitantes serão recolhidos, identificados e armazenados em guarda-volumes próprios para esse fim.

§ 3º No decurso da visita institucional, antes do ingresso do grupo na galeria de cada Casa, os mediadores de visita deverão comunicá-lo à respectiva Secretaria-Geral da Mesa.

Art. 12. O traje utilizado durante a visita deve ser aquele definido nas normas internas de cada uma das Casas.

§ 1º Ressalvados os trajes das crianças de até doze anos, é vedado ao visitante deste Programa o uso de bermuda, short, camiseta regata e chinelos.

§ 2º A vedação a que se refere o § 1º não se aplica às visitas realizadas em finais de semana, feriados e períodos de recesso do Congresso Nacional.

§ 3º Aos indígenas e estrangeiros é permitida a utilização de vestimentas tradicionais durante a visita, vedado o porte de utensílios potencialmente perigosos.

Art. 13. É proibido aos visitantes do Programa o ingresso com arma de qualquer espécie nas dependências do Congresso Nacional.

Art. 14. Os profissionais envolvidos no Programa adotarão as medidas necessárias para atender, com prioridade, a pessoas com deficiência, idosos, gestantes e com crianças de colo.

CAPÍTULO III **DO ROTEIRO DA VISITA INSTITUCIONAL**

Art. 15. O roteiro da visita institucional é elaborado de forma a mostrar ao visitante os espaços onde se desenvolvem a atuação parlamentar e o processo legislativo, além de destacar a importância do patrimônio histórico e artístico da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Parágrafo único. Salvo orientação em contrário, o mediador de visita promoverá eventual exposição artística ou de outra natureza que esteja ocorrendo nos salões que compõem o roteiro da visita institucional, convidando os visitantes a conhecê-la.

Art. 16. O roteiro poderá sofrer alterações a qualquer tempo, em virtude de atividades legislativas, por motivos de segurança ou por outros motivos considerados pertinentes pelos órgãos competentes das duas Casas.

CAPÍTULO IV

DA GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 17. O Programa Visite o Congresso é realizado com recursos humanos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ou com os recursos designados por uma ou ambas as Casas Legislativas.

Art. 18. A escolha dos integrantes da escala de trabalho para os finais de semana e feriados respeitará os critérios de economicidade, descontinuidade, eventualidade e necessidade, e ocorrerá sob a responsabilidade das áreas de relações públicas das duas Casas.

§ 1º O número de servidores escalados para o trabalho de finais de semana e feriados depende da previsão de público para as datas em questão, mantendo-se o número mínimo diário de seis servidores de cada Casa.

§ 2º O controle de frequência e a remuneração dos mediadores de visita ocorrerão conforme as normas específicas de cada Casa.

CAPÍTULO V

DOS MEDIADORES DE VISITA

Art. 19. Os órgãos de formação e treinamento das duas Casas, em ação coordenada com as áreas de relações públicas, incumbir-se-ão de selecionar os profissionais que atuarão como mediadores de visita do Programa e de promover sua capacitação e aperfeiçoamento por meio de treinamentos específicos.

Parágrafo único. O acompanhamento e a supervisão das visitas guiadas serão feitos por mediadores de visita em número mínimo a ser estabelecido pelas áreas de relações públicas das duas Casas, com base nas necessidades de trabalho.

CAPÍTULO VI

DAS PUBLICAÇÕES

Art. 20. O Programa Visite o Congresso manterá publicações oficiais que apresentem ao público, de forma objetiva, informações sobre a história e o papel institucional do Congresso Nacional e sobre o acervo artístico existente, o processo legislativo, o trabalho parlamentar e a história de Brasília.

Parágrafo único. Outras publicações institucionais poderão ser distribuídas no balcão de atendimento ao visitante, desde que haja autorização expressa das áreas de relações públicas das duas Casas.

CAPÍTULO VII DO SISTEMA DE CONTROLE E AVALIAÇÃO

Art. 21. O sistema de controle das visitas será feito por meio da utilização de programa de computador próprio, destinado ao monitoramento das visitas realizadas e que permita a geração de dados relativos ao público visitante, a comparação de estatísticas e o estabelecimento de padrões e metas.

Parágrafo único. São obrigatórias a contagem e a coleta de dados acerca dos visitantes, por meio de formulário próprio, para a alimentação do banco de dados relativo ao Programa.

Art. 22. Cabe às áreas de relações públicas das duas Casas o acompanhamento do Programa, a avaliação da atuação dos profissionais envolvidos e a reformulação periódica de conteúdos apresentados, de forma a manter o padrão de qualidade e de homogeneidade das visitas.

Parágrafo único. Os dados obtidos pelo monitoramento da cobertura da mídia e pela elaboração periódica de sondagens junto aos visitantes são essenciais ao processo de avaliação de resultados a ser elaborado pelas áreas de relações públicas das duas Casas.

CAPÍTULO VIII DOS PROGRAMAS ESPECIAIS

Art. 23. Por ocasião de feriados nacionais e outras datas comemorativas, as áreas de relações públicas, de forma independente ou em parceria com outros órgãos das duas Casas, poderão desenvolver programas especiais de visitas institucionais com objetivos específicos, mediante autorização dos órgãos competentes.

Art. 24. Qualquer programa, projeto ou iniciativa que envolva visitas institucionais devem ser comunicados às áreas de relações públicas das duas Casas, que contribuirão para sua realização, de acordo com as respectivas possibilidades, respeitadas as normas previstas neste Regulamento.

Art. 25. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 28 de agosto de 2014.

Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal

Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados

COMPOSIÇÃO COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN) Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Devanir Ribeiro (PT-SP)⁽¹⁾

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)⁽¹⁾

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Luiz Fernando Machado (PSDB-SP)⁽¹⁾

Relator do PLDO: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

Relator do PLOA: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Relator da Receita: Deputado Paulo Pimenta (PT-RS)^(2,21)

Designação: 19/03/2014

Instalação: 25/03/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
Eunício Oliveira - PMDB/CE	1. João Alberto Souza - PMDB/MA
Romero Jucá - PMDB/RR	2. Vital do Rêgo - PMDB/PB
Waldemir Moka - PMDB/MS	3. Valdir Raupp - PMDB/RO ⁽²⁾
Ana Amélia - PP/RS	4. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Gleisi Hoffmann - PT/PR	1. Humberto Costa - PT/PE ⁽²⁾
Jorge Viana - PT/AC	2. Angela Portela - PT/RR
Zeze Perrella - PDT/MG	3. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda - PSDB/GO	1. Ruben Figueiró - PSDB/MS
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	2. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
Alfredo Nascimento - PR/AM ⁽²⁶⁾	1. Gim - PTB/DF
Mozarildo Cavalcanti - PTB/RR ⁽¹⁵⁾	2. VAGO ⁽¹⁵⁾
SD	
Vicentinho Alves - TO	1. Ataídes Oliveira - PROS/TO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
Beto Faro - PA	1. Assis Carvalho - PI
Devanir Ribeiro - SP	2. Geraldo Simões - BA (17)
Luiz Alberto - BA	3. Cláudio Puty - PA (8)
Paulo Pimenta - RS (22,23)	4. Reginaldo Lopes - MG
Waldenor Pereira - BA	5. Ronaldo Zulke - RS
PMDB	
Alexandre Santos - RJ (33,5,31)	1. Alceu Moreira - RS (5)
Geraldo Resende - MS (9)	2. João Magalhães - MG (10)
Lucio Vieira Lima - BA (10)	3. Hermes Pardianello - PR
Gastão Vieira - MA	4. Júnior Coimbra - TO (29)
Sandro Mabel - GO	5. Professor Setimo - MA (30)
PSDB	
Luiz Fernando Machado - SP	1. Izalci - DF (11)
Nilson Leitão - MT	2. Cesar Colnago - ES (16)
Rodrigo de Castro - MG	3. Alfredo Kaefer - PR (18)
PSD	
Eduardo Sciarra - PR	1. Eliene Lima - MT
Jaime Martins - MG	2. Geraldo Thadeu - MG (28)
Urzeni Rocha - RR (4)	3. Moreira Mendes - RO (4)
PP	
Betinho Rosado - RN	1. Aline Corrêa - SP
João Leão - BA (9)	2. Lázaro Botelho - TO
Vilson Covatti - RS	3. Sandes Júnior - GO
PR	
Luciano Castro - RR	1. João Carlos Bacelar - BA
Milton Monti - SP	2. João Maia - RN
PSB	
VAGO (20)	1. Alexandre Roso - RS
Sandra Rosado - RN	2. Paulo Foleto - ES
DEM	
Felipe Maia - RN	1. Carlos Melles - MG (12)
Professora Dorinha Seabra Rezende - TO	2. VAGO
SD	
Benjamin Maranhão - PB (7,23)	1. Laercio Oliveira - SE (2,25,24,23)
PTB	
Wilson Filho - PB	1. Arnon Bezerra - CE
Bloco PV, PPS	
Penna - PV/SP (13,27)	1. Arnaldo Jardim - PPS/SP
PROS	
Givaldo Carimbão - AL (6)	1. Dr. Jorge Silva - ES (6)

TITULARES	SUPLENTES
PDT	
Marcos Rogério - RO (19)	1. Félix Mendonça Júnior - BA (19)
PCdoB	
Daniel Almeida - BA	1. João Ananias - CE
PSC	
Silvio Costa - PE	1. Filipe Pereira - RJ (14)
PSOL	
Ivan Valente - SP (3)	1. Jean Wyllys - RJ (3)
PRB	
Cleber Verde - MA	

Notas:

- *. Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2013.
- **. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 1. Mesa eleita em 25-3-2014.
- 2. Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.
- 3. Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.
- 4. Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.
- 5. Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.
- 6. Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miltinho Teixeira, em 2-4-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.
- 7. Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SD.
- 8. Designado o Deputado Cláudio Pütty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.
- 9. Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.
- 10. Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.
- 11. Designado o Deputado Itaí, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.
- 12. Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 [Senado Federal], conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.
- 13. Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 [Senado Federal], conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.
- 14. Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 [Senado Federal], conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.
- 15. Designado o Senador Moacir de Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
- 16. Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 [Senado Federal], conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.
- 17. Designado o Deputado Geraldo Simões, em substituição ao Deputado Márcio Macêdo, em 13-5-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.
- 18. Designado o Deputado Alfredo Kaefer, como suplente, em vaga existente, em 4-6-2014 [Senado Federal], conforme o Ofício nº 650, de 2014, da Liderança do PSDB.
- 19. Designado, como membro titular, o Deputado Marcos Rogério, em substituição ao Deputado Félix Mendonça Júnior, e, como membro suplente, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Marcos Rogério, em 9-7-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 207, de 2014, da Liderança do PDT.
- 20. Vago em razão da afastamento do Deputado Alexandre Toledo em 10-7-2014, nos termos do art. 56, II e §1º, da Constituição Federal e arts. 235, II e III, e 236, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 21. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.
- 22. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.
- 23. Designado, como membro titular, o Deputado Benjamin Maranhão, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, e, como membro suplente, o Deputado Henrique Oliveira, em substituição ao Deputado Benjamin Maranhão, em 6-11-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 343, de 2014, da Liderança do SD.
- 24. Designado, como membro suplente, o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, em 12-11-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 353, de 2014, da Liderança do SD.

25. Designado, como membro suplente, o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353, de 2014, da Liderança do SD.
26. Designado, como membro titular, o Senador Alfredo Nascimento, em substituição ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 73, de 2014, da Liderança do BLUFOR.
27. Designado, como membro titular, o Deputado Penna, em substituição ao Deputado Paulo Wagner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2014, das Lideranças do PV e do PPS.
28. Designado, como membro titular, o Deputado Geraldo Thadeu, em substituição ao Deputado Roberto Donner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PSD.
29. Designado, como membro suplente, o Deputado Júnior Coimbra, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
30. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Setimo, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Alexandre Santos, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1054, de 2014, da Liderança do PMDB.
32. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador João Capiberibe, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83, de 2014, da Liderança do PT.
33. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Santos, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, em 26-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1062, de 2014, da Liderança do PMDB.

Secretário: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefone(s): 3216-6892 **Fax:** 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C", Sala 08, Térreo

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I - Infraestrutura	Deputado Waldenor Pereira (PT-BA)
II - Saúde	Senador Jorge Viana (PT-AC)
III - Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)
V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Geraldo Resende (PMDB-MS)
VII - Justiça e Defesa	Senador Vicentinho Alves (SD-TO)
VIII - Poderes do Estado e Representação	Deputado João Leão (PP-BA)
IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Deputado Eduardo Sciarra (PSD-PR)
X - Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Carlos Bacelar (PR-BA)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM****COORDENADOR:** Deputado Gastão Vieira (PMDB-MA)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PSB	Senador João Capiberibe (PSB / AP)
PSDB	Senador Flexa Ribeiro (PSDB / PA)
PR	Senador Alfredo Nascimento (PR / AM)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Gastão Vieira (PMDB)
PR	Deputado João Mala (PR)
PSD	Deputado Eliene Lima (PSD)
PTB	Deputado Arnon Bezerra (PTB)
PSB	Deputado Paulo Foleto (PSB)
PP	Deputado Sandes Júnior (PP)
PT	Deputado Ronaldo Zulke (PT)
PSDB	Deputado Cesar Colnago (PSDB)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PCdoB	Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB / AM)
PMDB	Senador João Alberto Souza (PMDB / MA)
SD	Senador Vicentinho Alves (SD / TO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSDB	Deputado Nilson Leitão (PSDB)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
PSD	Deputado Urzeni Rocha (PSD)
PSC	Deputado Silvio Costa (PSC)
PSOL	Deputado Ivan Valente (PSOL)
PROS	Deputado Givaldo Carimbão (PROS)
PMDB	Deputado João Magalhães (PMDB)
DEM	Deputado Felipe Maia (DEM)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Deputado Paulo Pimenta (PT-RS)^(2,1)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador Vital do Rêgo (PMDB / PB)
PTB	Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB / RR)
PSDB	Senador Cyro Miranda (PSDB / GO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Paulo Pimenta (PT)
PMDB	Deputado Sandro Mabel (PMDB)
PSB	Deputado Alexandre Rosso (PSB)
PSD	Deputado Roberto Dorner (PSD)
PDT	Deputado Marcos Rogério (PDT)
PP	Deputado Betinho Rosado (PP)
PPS	Deputado Arnaldo Jardim (PPS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI****COORDENADOR:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PT	Senadora Gleisi Hoffmann (PT / PR)
PP	Senadora Ana Amélia (PP / RS)
PMDB	Senador Valdir Raupp (PMDB / RO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Assis Carvalho (PT)
PT	Deputado Luiz Alberto (PT)
PMDB	Deputado Alexandre Santos (PMDB)
PR	Deputado Luciano Castro (PR)
PSD	Deputado Moreira Mendes (PSD)
PP	Deputado Lázaro Botelho (PP)
PCdoB	Deputado Daniel Almeida (PCdoB)
SD	Deputado Benjamin Maranhão (SD)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo continuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Alfredo Sirkis (PSB-RJ) (38,57,61,15,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) (38,57,61,15,26)

RELATOR: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (38,57,61,17,26)

Instalação: 27/02/2013

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Jorge Viana - PT/AC (5)	1. Wellington Dias - PT/PI (5)
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM (10,12,5)	2. Lindbergh Farias - PT/RJ (5)
Aníbal Diniz - PT/AC (30,31,42,66)	3. Antonio Carlos Valadares - PSB/SE (5)
Cristovam Buarque - PDT/DF (5)	4. VAGO (13,5)
Inácio Arruda - PCdoB/CE (56,29)	5. VAGO (29)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
Valdir Raupp - PMDB/RO (2,14,52,44,54)	1. Vital do Rêgo - PMDB/PB (2,44)
Eduardo Braga - PMDB/AM (2,44)	2. Romero Jucá - PMDB/RR (2,44)
Ciro Nogueira - PP/PI (2,11,44)	3. VAGO (2,44)
Sérgio Petecão - PSD/AC (2,20,44)	4. VAGO (21,2,44)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP (3)	1. Jayme Campos - DEM/MT (3,32,53)
Wilder Morais - DEM/GO (33,63,62,65,68,67,63)	2. VAGO (6,9,50,51,40,49)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
João Vicente Claudino - PTB/PI (44,35)	1. VAGO (37,35)
Blairo Maggi - PR/MT (38,64)	2. VAGO
PSOL (1)	
Randolfe Rodrigues - AP (4,44)	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
Fernando Ferro - PE (7)	1. VAGO (7,45)
Márcio Macêdo - SE (7)	2. Leonardo Monteiro - MG (7)
PMDB	
Valdir Colatto - SC (16,13,7)	1. Colbert Martins - BA (7,48)
André Zacharow - PR (7,23,24)	2. Adrian - RJ
PSD	
Hugo Napoleão - PI (31,29)	1. Felipe Bornier - RJ (60,29)
Thiago Peixoto - GO (60,29)	2. VAGO (29)
PSDB	
Ricardo Tripoli - SP (7,25,44)	1. Antonio Carlos Mendes Thame - SP (7,46)
PP	
Gladson Cameli - AC (7,47)	1. Luis Carlos Heinze - RS (7,47)
DEM	
Rodrigo Maia - RJ (7)	1. VAGO (7,22)
PR	
Gorete Pereira - CE (7,43,59)	1. VAGO (7,27)
PSB	
Alfredo Sirkis - RJ (7,55,41)	1. Janete Capiberibe - AP (7,28,18,41)
PDT	
Giovani Cherini - RS (7)	1. Miro Teixeira - PROS/RJ (7)
Bloco PV, PPS	
Sarney Filho - PV/MA (7)	1. VAGO (39)
PTB (1)	
Jandira Feghali - PCdoB/RJ (7,8)	1. Arnaldo Jardim - PPS/SP (10)

Notas:

- *. Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2. Designados os Senadores Ricardo Ferreira, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
- 3. Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
- 4. Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
- 5. Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antônio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 6. Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.
- 7. Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mércdes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antônio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Lúz Nél, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciiano, Leonardo Monteliro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.
- 8. Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.
- 9. Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
- 10. Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.
- 11. Em 27-4-2011 [Sessão do Senado Federal], foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
- 12. Vaga em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

13. Vaga em razão do afastamento do Deputado Merval Ribeiro Filho em 21-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
14. Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 236/2011, da Udeança do PMDB.
15. Comissão instalada em 10-8-2011 [Sessão do Senado Federal]; eleita Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
16. Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Merval Ribeiro Filho, em 21-9-2011 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 104/2011, da Udeança do PMDB.
17. Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
18. Vaga em razão da desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício OF.8/130/11, da Udeança do Bloco PSL, PTB e PCdoB.
19. Designado o Senador Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 130/2011-GD/Ba6, da Udeança do Bloco de Apoio ao Governo.
20. Em 8-11-2011 [Sessão do Senado Federal], foi feita comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático-PSD.
21. Em 8-11-2011, vaga em virtude da aposentadoria do Senador Wilson Santiago [PMDB/PR] por direito à manutenção.
22. Em 3-1-2012, vaga em razão do afastamento do Deputado Walter Jochi [PSD/PSL], nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
23. Em 30-1-2012, vaga em razão do falecimento do Deputado Moacir Michelotto [PMDB/PR], nos termos do art. 216, Inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
24. Em 18-3-2012 [Sessão do Senado Federal], foram designados os Deputados Adrián Zacharow, como membro titular; e Adrián, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Udeança do PMDB.
25. Em 9-4-2012 [Sessão do Senado Federal], foi designado o Deputado Antônio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Udeança do PSD.
26. Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
27. Em 12-4-2012 [Sessão do Senado Federal], foi designado o Deputado Bernardo Santana Da Vasconcelos, em substituição ao Deputado De Paula Olárt, conforme Ofício nº 224/2012, da Udeança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.
28. Em 12-7-2012 [Sessão do Senado Federal], foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Udeança do PSD.
29. Vaga ocorrida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CM.
30. O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, Incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
31. Em 7-8-2012 [Sessão do Senado Federal], foi designado o Deputado Hugo MENEZES, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Uder do PSD.
32. Udo na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Udeança do PSD, comunicando a retirada do nome do Senador Ciro Nogueira como membro suplente.
33. Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 76/2012, da Udeança do DEM no Senado Federal.
34. Senador Blairo Maggi assumiu o cargo de senador, em 17-12-2012, após Udeança nº 01-GBBMAG nº 088/2012.
35. Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 55/2011, da Udeança do PTB.
36. Em 28-3-2011 [Sessão do Senado Federal], foi feito o Ofício nº 20/2011, da Udeança do PTB, cabendo provisoriamente, ao PT, a vaga de suplente.
37. Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 130/2011, da Udeança do PMDB.
38. Comissão instalada em 27-3-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Pinto e Relator Deputado Samy Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, feito na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
39. Designado como membro titular o Deputado Samy Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Simões e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Simões, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 4-3-2013 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Udeança do PV na Câmara dos Deputados.
40. Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 [Sessão do Senado Federal], conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Udeança do Democratas-DEM.
41. Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular e em substituição ao Deputado Luiz Moraes e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 [Sessão do Senado Federal], conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Udeança do Partido Socialista Brasileiro - PSD.
42. O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos da art. 43, Incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 127 dias, a partir de 13-3-2013, conforme os Requerimentos nºs 134 e 135, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-3-2012.
43. Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcelos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 29-3-2013 [Sessão do Senado Federal], conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Udeança do PR.
44. Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2012, das Udeâncias da Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade - PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 [Sessão do Senado Federal].
45. Vaga em virtude do desligamento do Deputado Francisco Maciáno [PT/RN], em 4-4-2013 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 294, de 2013, da Udeança do PT.
46. Em 23-5-2013 [Sessão do Senado Federal], foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antônio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Udeança do PSD.
47. Designado o o Deputado Gleison Carneiro, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Gommers; e o Deputado Luis Carlos Heitor, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebeca Garcia, em 4-6-2013 [Sessão do Senado Federal], conforme o Ofício nº 378, de 2013, da Udeança do PR.
48. Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 [Sessão do Senado Federal], conforme o Ofício nº 614, de 2013, da Udeança do PR/PSB.
49. O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos da art. 43, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-5-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2012, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-8-2012.
50. Designado o Senador Osvaldo Sobreiro, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 [Sessão do Senado Federal], conforme o Ofício das Udeâncias do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democritas, Câmara dos Deputados.

51. - Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
52. Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
53. Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas ? DEM.
54. Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco da Maioria.
55. Designado o Deputado Alfredo Sirkis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.
56. Designado o Senador Inácio Arruda, como membro titular, em vaga existente, em 19-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 19, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
57. Vago (arts. 5º e 6º da Resolução nº 4, de 2008).
58. Designado o Senador Cidinho Santos, como membro titular, em vaga existente, em 13-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
59. Em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, a Deputada Gorete Pereira, em substituição ao Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, conforme o Ofício nº 84, de 2014, da Liderança do PR.
60. Designados os Deputados Thiago Peixoto, como membro titular, e Felipe Bornier, como membro suplente, conforme o Ofício nº 274 de 2014, da Liderança do PSD.
61. Comissão instalada em 9-4-2014, eleitos Presidente Deputado Alfredo Sirkis, Vice-Presidente Senador Inácio Arruda e Relator Senador Valdir Raupp, conforme Ofício nº 003/2014-CMMC (Isto em 16/4/2014 - SF)
62. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
63. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
64. Designado, como membro titular, o Senador Blairo Maggi, em substituição Cidinho Santos, em 4-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 538, de 2014, da Liderança do BLUFOR.
65. Designado, como membro titular, o Senador Flávio, em substituição ao Senador Wilder Moraes, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 16, de 2014, da Liderança do DEM.
66. Designado, como membro titular, o Senador Aníbal Diniz, em vaga existente, em 4-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 81, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
67. O Senador Wilder Moraes reassume o cargo de Senador, em 17.11.2014, após licença (Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014).
68. Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes, em vaga existente, em 1º-12-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 23, de 2014, da Liderança do DEM no Senado Federal.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

**Comissão Mista Representativa do Congresso
Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas**

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
Roberto Requião - PMDB/PR (3)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Wilder Morais - DEM/GO (1,8,10,11,12,9)	1. Jayme Campos - DEM/MT (4,5,6,7,1)
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PSOL	
Randolfe Rodrigues - AP (2)	1. VAGO

Notas:

- *. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
1. Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.
2. Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.
3. Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, Incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2012.
5. Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
6. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
7. Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.
8. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Morais licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
9. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Morais licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
10. Designado, como membro titular, o Senador Fleury, em substituição ao Senador Wilder Morais, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 16, de 2014, da Liderança do DEM.
11. Senador Wilder Morais reassume o cargo de Senador, em 17.11.2014, após licença (Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014).
12. Designada, como membro titular, o Senador Wilder Morais, em vaga existente, em 1º-12-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 23, de 2014, da Liderança do DEM no Senado Federal.

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999) (Resolução nº 02, de 2013-CN)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contra-inteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)^{1,3,4,6,10}

VICE-PRESIDENTE: Deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG)^{1,4,10}

Atualização: 22/11/2013

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
Líder da Maioria Deputado Vicentinho (PT/SP)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) (1)
Líder da Minoria Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) (9)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Wilder Moraes (DEM/GO) (2,7,16,13,14)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA) (12)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Waldemir Moka (PMDB/MS) (5)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Haulí (PSDB/PR) (18,17)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) (15)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Hugo Napoleão (PSD/PI) (11)	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) (8)

Notas:

1. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
2. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
3. Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (Of. nº 001/2013 ? CRE).
4. O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.
5. Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.
6. Eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em 26.02.2014.
7. Em 12.03.2014, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Wilder Moraes como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
8. Em 17.3.2014, o Senador Mozarildo Cavalcanti é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Senado Federal, conforme Ofício nº 038/2014 - CRE.
9. Em 19.3.2014, o Deputado Luiz Carlos Haulí é indicado pela Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme o Ofício nº 7, de 2014.
10. Em 20.3.2014 o Senador Ricardo Ferraço assume a presidência, e o Deputado Eduardo Barbosa a vice-presidência, nos termos do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, conforme Ofício nº 1, de 2014, do Presidente da CCAI.
11. Em 7.4.2014, o Deputado Hugo Napoleão é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 018/2014 - CREDN.
12. Designado o Deputado Nelson Pellegrino, em vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 15.4.2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 255, de 2014, da Liderança do PT.
13. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
14. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
15. Em 11.11.2014, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é indicado para ocupar a vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria no Senado Federal, conforme o Ofício S/N, de 2014, assinado pelos Líderes do PSD e DEM.
16. Senador Wilder Moraes reassume o cargo de Senador, em 17.11.2014, após licença (Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014).
17. Designado o Deputado Ronaldo Caiado, em substituição ao Deputado Luiz Carlos Haulí, em 26.11.2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 48, de 2014, da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados.
18. Designado o Deputado Luiz Carlos Haulí, em substituição ao Deputado Ronaldo Caiado, em 26.11.2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 49, de 2014, da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados.

**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

Resolução nº 2, de 2014

Número de membros: 4 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
VAGO	1. VAGO

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Resolução nº 1, de 2014-CN

Número de membros: 12 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
Kátia Abreu - PMDB/TO (4)	1. Jarbas Vasconcelos - PMDB/PE (4)
Ana Amélia - PP/RS (4)	2. Sérgio Petecão - PSD/AC (4)
Ricardo Ferraço - PMDB/ES (4)	3. VAGO
Paulo Davim - PV/RN (4)	4. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Ana Rita - PT/ES (3)	1. Cristovam Buarque - PDT/DF (3)
Angela Portela - PT/RR (3)	2. João Capiberibe - PSB/AP (3)
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM (3)	3. Eduardo Suplicy - PT/SP (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
Eduardo Amorim - PSC/SE (5,7,8)	1. Gim - PTB/DF (5)
Mozarildo Cavalcanti - PTB/RR (5)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. Lúcia Vânia - PSDB/GO (2)
VAGO	2. VAGO
PROS (1)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

- *. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em 25-2-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme o Ofício nº 14 de 2014, da Liderança do PSDB no Senado Federal.
3. Designadas as Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Vanessa Grazziotin, como membros titulares; e os Senadores Cristovam Buarque, João Capiberibe e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, em 26-2-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme o Ofício nº 21 de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.
4. Designadas as Senadoras Kátia Abreu e Ana Amélia e os Senadores Ricardo Ferraço e Paulo Davim, como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Sérgio Petecão, como membros suplentes, em 12-3-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.
5. Designados como membros titulares, os Senadores Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti e, como membro suplente, o Senador Gim, em 18-3-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.
6. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
7. O Senador Eduardo Amorim reassume o exercício do mandato parlamentar, em 24.11.2014, após licença (Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014).

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 15, de 2012

Finalidade: Elaborar em sessenta dias os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o DF, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria ⁽²⁾ (PV, PSD, PMDB, PP)	
Vital do Rêgo - PMDB/PB ⁽⁵⁾	1. Francisco Dornelles - PP/RJ ⁽⁶⁾
Eunício Oliveira - PMDB/CE ⁽⁵⁾	2. Garibaldi Alves - PSB/DF ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,14)	3. VAGO ^(12,3)
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Rodrigo Rollemberg - PSB/DF ⁽³⁾	1. Pedro Taques - PDT/MT ⁽⁷⁾
Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽³⁾	2. Antonio Carlos Valadares - PSB/SE ⁽⁷⁾
Paulo Paim - PT/RS ^(3,7)	3. Eduardo Suplicy - PT/SP ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda - PSDB/GO ⁽³⁾	1. VAGO ^(6,10)
Wilder Morais - DEM/GO ^(6,3,15,16,18)	2. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
Alfredo Nascimento - PR/AM ⁽⁴⁾	1. Eduardo Amorim - PSC/SE ^(4,17,19)
Gim - PTB/DF ⁽⁴⁾	2. João Vicente Claudino - PTB/PI ⁽⁴⁾
PSD ⁽³⁾	
Sérgio Petecão - AC ⁽³⁾	1. VAGO ^(9,3,8,13)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PMDB	
Leandro Vilela - GO (11)	1. Geraldo Resende - MS (11)
Luiz Pitiman - PSDB/DF (11)	2. Sandro Mabel - GO (11)
PSDB	
VAGO	1. VAGO
PP	
Roberto Britto - BA (11)	1. Toninho Pinheiro - MG (11)
DEM	
Augusto Coutinho - SD/PE (11)	1. João Bittar - MG (11)
PR	
VAGO	1. VAGO
PSB	
VAGO	1. VAGO
PDT	
VAGO	1. VAGO
Bloco PV, PPS	
Augusto Carvalho - SD/DF (11)	1. VAGO
PTB (4)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
2. Conforme Ofícios nos 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.
3. Em 17-9-2012 [Sessão do Senado Federal], designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, a Comissão Especial Mista destinada a elaborar em sessenta dias os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional à matéria tratada na Emenda Constitucional nº 69, de 2012; nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Uderangas dos respectivos partidos.
4. Em 19-9-2012 [Sessão do Senado Federal], designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim Argello, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.
5. Em 20-9-2012 [Sessão do Senado Federal], designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.
6. Em 25-9-2012 [Sessão do Senado Federal], designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos do Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.
7. Em 25-9-2012 [Sessão do Senado Federal], designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antônio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.
8. Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
9. Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos do Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.
10. Vago em razão da renúncia do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.
11. Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sanciro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.
12. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.
13. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.
14. Vago em razão da renúncia do Senador Clésio Andrade ao cargo de Senador da República, em 15-7-2014 (Sessão do Senado Federal).
15. Em 17-07-2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, Inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17-07-2014.
16. Em 17-07-2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, Inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17-07-2014.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
18. Senador Wilder Moraes reassume o cargo de Senador, em 17.11.2014, após licença (Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014).
19. O Senador Eduardo Amorim reassume o exercício do mandato parlamentar, em 24.11.2014, após licença (Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014).

ATN Nº 1, DE 2013 - REFORMA DO REGIMENTO COMUM

Ato Conjunto nº 1, DE 2013, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

Finalidade: elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Instalação: 12/03/2013

Prazo final prorrogado: 11/07/2013

Prazo final prorrogado: 09/09/2013

Prazo final prorrogado: 23/12/2013

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Deputado Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR)	Senador Lobão Filho (PMDB/MA)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Deputado Mendonça Filho (DEM/PE)	Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Deputado Júlio Delgado (PSB/MG)	Senador Jorge Viana (PT/AC)
Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Senadora Ana Amélia (PP/RS)

Notas:

*. Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

**. Prazo final prorrogado para 11/07/2013, nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

***. Prazo final prorrogado para 09/09/2013, nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.

****. Prazo final prorrogado para 23/12/2013, nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.

*****. Prazo final prorrogado para 22/12/2014, nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

Secretário: ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÖSSIO

Fax: 33031176

E-mail: antilossio@senado.gov.br

ATN Nº 2, de 2013 - CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA CF.

Ato Conjunto nº 2, de 2013, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

Finalidade: Consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP)⁽¹⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Instalação: 02/04/2013

Prazo final prorrogado: 22/12/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Romero Jucá - PMDB/RR	1. Kátia Abreu - PMDB/TO (3/4)
Vital do Rêgo - PMDB/PB	2. Waldemir Moka - PMDB/MS (3)
Walter Pinheiro - PT/BA (3)	3. Ruben Figueiró - PSDB/MS (7)
Pedro Taques - PDT/MT	4. Wellington Dias - PT/PI (11)
Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP	5. Cristovam Buarque - PDT/DF (11)
VAGO (13)	6. VAGO
Ana Amélia - PP/RS (3)	7. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
Cândido Vaccarezza - PT/SP	1. Reinaldo Azambuja - PSD/MS (5)
Edinho Araújo - PMDB/SP	2. Moreira Mendes - PSD/RO (6)
Eduardo Barbosa - PSDB/MG (2)	3. Esperidião Amin - PP/SC (8)
Sergio Zveiter - PSD/RJ	4. Júlio Delgado - PSB/MG (9)
Arnaldo Jardim - PPS/SP	5. Abelardo Lupion - DEM/PR (9,12)
Miro Teixeira - PROS/RJ	6. Antonio Brito - PTB/BA (9)
João Maia - PR/RN (3)	7. Benedita da Silva - PT/RJ (9,10)

Notas:

- *. Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.
- **. Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.
- ***. Prazo final recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.
- 1. Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto, de 2103.
- 2. Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.
- 3. Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.
- 4. Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilhou-se do Partido da Social Democrática? PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 ? GSKAAB.
- 5. Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.
- 6. Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 03-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.
- 7. Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.
- 8. Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.
- 9. Nos termos do Ato Conjunto nº 2, de 11 de março de 2014 (DSF 12-03-2014)
- 10. Nos termos do Ato Conjunto nº 3, de 30 de abril de 2014 (DSF 1º-5-2014), fica designada a Deputada Benedita da Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Geraldo Simões.
- 11. Nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 30 de abril de 2014 (DSF 17-6-2014), ficam designados os Senadores Wellington Dias e Cristovam Buarque, como membros suplentes, em vagas existentes.
- 12. Designado, como membro suplente, o Deputado Abelardo Lupion, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 291, de 2014, da Liderança do DEM.
- 13. Vago em razão da reassunção da titular, Senadora Marta Suplicy, em 13-11-2014.

Secretário: Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 61 33033511 **Fax:** 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

CPMI do Metrô

Requerimento nº 4, de 2014-CN

Finalidade: Finalidade: destinada a investigar os fatos referentes à formação de cartel, corrupção de autoridades e outros ilícitos nos contratos, licitações, execução de obras e manutenção de linhas de trens e metrôs no estado de São Paulo e no Distrito Federal, com o uso de recursos federais e em prejuízo na prestação do serviço público de transporte.

Número de membros: 14 Senadores e 14 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Designação: 16/07/2014

Instalação: 06/08/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
VAGO ⁽³⁾	1. Sérgio Petecão - PSD/AC
Ivonete Dantas - PMDB/RN	2. Paulo Davim - PV/RN
VAGO ⁽²⁾	3. VAGO
João Alberto Souza - PMDB/MA ⁽⁴⁾	4. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Wellington Dias - PT/PI ⁽⁵⁾	1. Humberto Costa - PT/PE
Eduardo Suplicy - PT/SP	2. Inácio Arruda - PCdoB/CE
Adir Gurgacz - PDT/RO	3. Jorge Viana - PT/AC
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda - PSDB/GO	1. Cícero Lucena - PSDB/PB
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	2. Lúcia Vânia - PSDB/GO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
Gim - PTB/DF	1. Eduardo Amorim - PSC/SE ^(1,9)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Blairo Maggi - PR/MT ⁽⁷⁾
PSB	
Antonio Carlos Valadares - SE	1. João Capiberibe - AP
PROS	

TITULARES	SUPLENTES
Ataídes Oliveira - TO	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
Dr. Rosinha - PR	1. Carlos Zarattini - SP
Renato Simões - SP	2. Paulo Teixeira - SP
PMDB	
Alexandre Santos - RJ	1. Fábio Trad - MS
José Priante - PA	2. Manoel Junior - PB
PSD	
Eduardo Sciarra - PR	1. Marcos Montes - MG
Guilherme Campos - SP	2. Moreira Mendes - RO
PSDB	
Antônio Carlos Mendes Thame - SP	1. Bruno Araújo - PE
PP	
Luiz Fernando Faria - MG	1. Marcio Junqueira - PROS/RR
PR	
Bilac Pinto - MG	1. Jânio Natal - PRP/BA
PSB	
Dr. Ubiali - SP	1. Keiko Ota - SP
DEM	
Alexandre Leite - SP	1. VAGO
SD	
Fernando Francischini - PR ^(*)	1. Carlos Manato - ES
PTB	
Eros Biondini - MG	1. Sabino Castelo Branco - AM
PCdoB	
Delegado Protógenes - SP	1. Gustavo Petta - SP

Notas:

- Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
- Designado, como membro suplente, o Senador Blairo Maggi, em substituição ao Senador Cidinho Santos, em 4-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 545, de 2014, da Liderança do BLUFOR.
- Vago em virtude do Senador Casildo Maldaner ter declinado de sua indicação, conforme Of. 174, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- Designado, como membro titular, o Senador João Alberto Souza, em vaga existente, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 176, de 2014, da Liderança do Bloco da Maioria.
- Designado, como membro titular, o Senador Wellington Dias, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 60, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- Designado, como membro titular, o Deputado Fernando Francischini, em substituição ao Deputado Wladimir Costa, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 271, de 2014, da Liderança do SD.
- Vago em virtude do Senador Benedito da Lira ter declinado de sua indicação, conforme Of. 58, de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria.
- Vago em razão da reassunção da titular, Senadora Marta Suplicy, em 13-11-2014.
- O Senador Eduardo Amorim reassume o exercício do mandato parlamentar, em 24.11.2014, após licença [Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014].

Secretário: ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO - REINILSON PRADO

Telefone(s): 61 3033511/3492 **Fax:** 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

CPMI RQN nº 3, de 2014**Requerimento nº 3, de 2014-CN**

Finalidade: Finalidade: Investigar as denúncias de prática de corrupção, desvio de recursos públicos, fraude em licitação, lavagem de dinheiro, remessa ilegal de valores ao exterior e formação de cartel em atos e contratos realizados por entidades da administração pública direta e indireta, relacionados à aquisição da Refinaria de Pasadena no Texas (EUA); aos contratos entre a Petrobras e a empresa holandesa ?SMB Offshore?; ao lançamento de plataformas inacabadas; ao superfaturamento na construção de refinarias; às atividades da Petrobras e do Porto de Suape para viabilizar a construção e a operação da Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco; aos contratos para aquisição, manutenção e operação de trens, metrôs e sistemas auxiliares, em SP e no DF, que envolvam as empresas referidas no acordo de leniência firmado pela Siemens; e aos convênios e contratos, firmados por órgãos e entidades estaduais e municipais, para aquisição de equipamentos e desenvolvimento de projetos na área de tecnologia da informação e utilizando recursos da União.

Número de membros: titulares

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

CPMI Petrobras

Requerimento nº 2, de 2014-CN

Finalidade: Investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Número de membros: 16 Senadores e 16 Deputados

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim (PTB-DF)

RELATOR: Deputado Marco Maia (PT-RS)

Designação: 27/05/2014

Instalação: 28/05/2014

Prazo final: 23/11/2014

Prazo final prorrogado: 22/12/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
João Alberto Souza - PMDB/MA	1. Ivonete Dantas - PMDB/RN (27)
Valdir Raupp - PMDB/RO	2. VAGO
Vital do Rêgo - PMDB/PB	3. VAGO
Sérgio Petecão - PSD/AC	4. VAGO
Ciro Nogueira - PP/PI	5. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
José Pimentel - PT/CE	1. Jorge Viana - PT/AC
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	2. Inácio Arruda - PCdoB/CE
Humberto Costa - PT/PE	3. Ana Rita - PT/ES
Acir Gurgacz - PDT/RO	4. Paulo Paim - PT/RS
Aníbal Diniz - PT/AC	5. Wellington Dias - PT/PI
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antônio Aurelano - PSDB/MG (16,12)	1. Ruben Figueiró - PSDB/MS
Mário Couto - PSDB/PA	2. Flexa Ribeiro - PSDB/PA
Jayme Campos - DEM/MT	3. José Agripino - DEM/RN
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
VAGO (25)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (9,29)
Gim - PTB/DF	2. Blairo Maggi - PR/MT (11)
PROS	
Ataídes Oliveira - TO	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
Marco Maia - RS	1. Afonso Florence - BA
Sibá Machado - AC	2. Iriny Lopes - ES
PMDB	
Sandro Mabel - GO ⁽⁴⁾	1. João Magalhães - MG
Lucio Vieira Lima - BA	2. Eduardo Cunha - RJ ⁽⁴⁾
PSD	
André de Paula - S/PARTIDO/PE ⁽²⁸⁾	1. Jaime Martins - MG
José Carlos Araújo - BA	2. Moreira Mendes - RO
PSDB	
Carlos Sampaio - SP ^(31,22,26,5,7,14,15,24)	1. Izalci - DF
PP	
Aguinaldo Ribeiro - PB	1. José Otávio Germano - RS
DEM	
Ronaldo Calado - GO ^(21,3,2,13,20,30)	1. Onyx Lorenzoni - RS ^(17,10,3,23,8,13,6)
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos - MG	1. João Carlos Bacelar - BA ⁽¹⁾
PSB	
Júlio Delgado - MG	1. Alexandre Roso - RS
SD	
Fernando Francischini - PR	1. Augusto Coutinho - PE ⁽¹⁹⁾
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jordy - PPS/PA ⁽³²⁾	1. Eurico Júnior - PV/RJ
PTB	
Arnaldo Faria de Sá - SP	1. Antonio Brito - BA
PROS	
Ronaldo Fonseca - DF ⁽¹⁸⁾	1. Hugo Leal - RJ
PDT	
Enio Bacci - RS	1. Marcos Rogério - RO

Notas:

- Em 3-6-2014 [Sessão do Senado Federal], designado o Deputado João Carlos Bacelar, como membro suplente, em substituição ao Deputado Aelton Freitas, nos termos dos Ofício nº 214/2014 do PR.
- Designado, como membro titular, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, e, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 11-6-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 222, de 2014, da Liderança do DEM.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição Onyx Lorenzoni, e, como membro suplente, Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, em 18-6-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 225, de 2014, da Liderança do DEM.
- Designado, como membro titular, o Deputado Sandro Mabel, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, e, como membro suplente, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Sandro Mabel, em 18-6-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 667, de 2014, da Liderança do PMDB.
- Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, em 24-6-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 685, de 2014, da Liderança do PSDB.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Mendonça Filho, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 25-6-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 227, de 2014, da Liderança do DEM.
- Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy, em 1-7-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 716, de 2014, da Liderança do PSDB.

8. Designado, como membro suplente, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Mendonça Filho, em 1-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 228, de 2014, da Liderança do DEM.
9. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
10. Designado, como membro titular, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, e, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 30-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 245, de 2014, da Liderança do DEM.
11. Designado, como membro suplente, o Senador Blairo Maggi, em substituição ao Senador Cidinho Santos, em 4-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 544, de 2014, da Liderança do BLUFOR.
12. O Senador Alvaro Dias licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 5-8-2014, conforme os Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, aprovados na Sessão do Senado Federal de 5-8-2014.
13. Designado, como membro titular, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, e, como membro suplente, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 255, de 2014, da Liderança do DEM.
14. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, em 12-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 804, de 2014, da Liderança do PSDB.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Antônio Imbassahy, em 19-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 808, de 2014, da Liderança do PSDB.
16. Designado, como membro titular, o Senador Antonio Aureliano, em substituição Alvaro Dias, em 9-9-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 66, de 2014, da Liderança do PSDB.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado Mendonça Filho, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 9-9-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 263, de 2014, da Liderança do DEM.
18. Designado, como membro titular, o Deputado Ronaldo Fonseca, em substituição ao Deputado Márcio Júnqueira, em 16-9-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 120, de 2014, da Liderança do PROS.
19. Designado, como membro suplente, o Deputado Augusto Coutinho, em substituição ao Deputado Simplicio Araújo, em 14-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 321, de 2014, da Liderança do SD.
20. Designado, como membro titular, o Deputado Mendonça Filho, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, em 22-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 281, de 2014, da Liderança do DEM.
21. Designado, como membro titular, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Mendonça Filho, em 28-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 282, de 2014, da Liderança do DEM.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, em 28-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 874, de 2014, da Liderança do PSDB.
23. Designado, como membro suplente, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Mendonça Filho, em 16-9-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 264, de 2014, da Liderança do DEM.
24. Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy, em 5-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 905, de 2014, da Liderança do PSDB.
25. Vago em virtude de o Senador Antonio Carlos Rodrigues não exercer mais o mandato, devido ao retorno da titular, Senadora Marta Suplicy, em 13-11-2014.
26. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, em 17-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 924, de 2014, da Liderança do PSDB.
27. Designada, como membro suplente, a Senadora Ivonete Dantas, em vaga existente, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 107, de 2014, da Liderança do Bloco da Maioria.
28. Designado, como membro titular, o Deputado André de Paula, em substituição ao Deputado Hugo Napoleão, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 527, de 2014, da Liderança do PSD.
29. O Senador Eduardo Amorim assume o exercício do mandato parlamentar, em 24.11.2014, após licença (Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014).
30. Designado, como membro titular, o Deputado Ronaldo Calacio, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, em 25-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 296, de 2014, da Liderança do DEM.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy, em 25-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 952, de 2014, da Liderança do PSDB.
32. Designado, como membro titular, o Deputado Arnaldo Jordy, em substituição ao Deputado Rubens Bueno, em 27-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 195, de 2014, da Liderança do PPS.

Secretário: ROGÉRIO FALEIRO MACHADO
Telefone(s): 61 33033490 **Fax:** 6133031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Presidente Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)	
1º Vice-Presidente Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP)	
2º Vice-Presidente Deputado Fábio Faria (PSD/RN)	
1º Secretário Deputado Marcio Bittar (PSDB/AC)	
2º Secretário Deputado Simão Sessim (PP/RJ)	
3º Secretário Deputado Mauricio Quintella Lessa (PR/AL)	
4º Secretário Deputado Biffi (PT/MS)	
Líder da Maioria Deputado Vicentinho (PT/SP)	
Líder da Minoria Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG)	
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Vicente Cândido (PT/SP)	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)	
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)	
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)	
1º Secretário Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	
2º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)	
3º Secretário Senador Ciro Nogueira (PP/PI)	
4º Secretário Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)	
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)	
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Wilder Morais (DEM/GO) ⁽¹⁾	
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)	

Atualização: 18/08/2014

Notas:

1. O Senador Wilder Morais licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 17/07/2014, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Telefone(s): 3303-5255 / 3303-5256

Fax: 3303-5260

saop@senado.leg.br

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Newton Lima (PT-SP)⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Deputado Renato Molling (PP-RS)⁽¹⁾

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
André Zacharow - PR	1. Lelo Coimbra - ES
Íris de Araújo - GO	2. Osmar Serraglio - PR
Marçal Filho - MS	3. Ronaldo Benedet - SC
Raul Henry - PE	4. Valdir Colatto - SC
PSDB	
Antônio Carlos Mendes Thame - SP	1. VAGO ⁽²⁾
VAGO ⁽¹¹⁾	2. Carlos Sampaio - SP ⁽¹⁷⁾
VAGO ^(9,4,8)	3. VAGO
PSD	
Geraldo Thadeu - MG	1. Átila Lins - AM
Hugo Napoleão - PI	2. Dr. Luiz Fernando - AM
Raul Lima - PP/RR	3. Eleuses Paiva - SP
PP	
Dilceu Sperafico - PR	1. Luís Carlos Heinze - RS
Renato Molling - RS	2. Renato Andrade - MG
PSB	
Jose Stédile - RS	1. Beto Albuquerque - RS
Paulo Fajardo - ES ⁽¹²⁾	2. Leopoldo Meyer - PR
PR	
Wellington Fagundes - MT	1. Henrique Oliveira - SD/AM
DEM	
Júlio Campos - MT	1. VAGO
PDT	
Vieira da Cunha - RS	1. Sebastião Balá Rocha - SD/AP
PTB	
Paes Landim - PI	1. Jorge Corte Real - PE
Bloco PV, PPS	
Roberto Freire - PPS/SP	1. Antônio Roberto - PV/MG
PSC	

TITULARES	SUPLENTES
Nelson Padovani - PR	1. Takayama - PR
PCdoB	
João Ananias - CE	1. Chico Lopes - CE
PRB	
George Hilton - MG	1. Vitor Paulo - RJ
PTdoB	
Luis Tibé - MG	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria	
Pedro Simon - PMDB/RS	1. Casildo Maldaner - PMDB/SC
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Valdir Raupp - PMDB/RO
Ana Amélia - PP/RS	3. Gim - PTB/DF (§)
Bloco de Apoio ao Governo	
Eduardo Suplicy - PT/SP	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (§)
Paulo Paim - PT/RS	2. Inácio Arruda - PCdoB/CE
Antônio Carlos Valadares - PSB/SE (§)	3. Humberto Costa - PT/PE
Bloco Parlamentar da Minoria	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Cássio Cunha Lima - PSDB/PB
Fleury (§, 16)	2. Jayme Campos - DEM/MT
Bloco Parlamentar União e Força	
Mozarildo Cavalcanti - PTB/RR (§)	1. Fernando Collor - PTB/AL
Luiz Henrique - PMDB/SC (§)	2. Eduardo Amorim - PSC/SE

Atualização: 21/08/2014

Notas:

1. Eleitos na reunião realizada em 21.03.2013.
2. Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
3. Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
4. Vago em virtude de o Deputado Walter Feldman ter comunicado o seu desligamento, conforme Of. nº 759/2013-PSDB.
5. O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. nº 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
6. O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios. nºs 167/2013-BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
7. O Dep. Carlos Sampaio foi designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira ? PSDB, em substituição ao Deputado Urzeni Rocha, nos termos do Of. nº 948/2013/PSDB, datado de 24.09.2013.
8. O Dep. Luiz Carlos Hauly foi designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 59, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro titular do Partido da Social Democracia Brasileira ? PSDB.
9. Vago em virtude de o Deputado Luiz Carlos Hauly ter comunicado seu afastamento, conforme Of.Gab. nº 018, de 11.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
10. Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 19.02.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, de acordo com anuência expressa de 5. Exº apostila no Ofício nº 002/2014-BLUFOR.
11. Vago em virtude do recebimento do Ofício nº 227, de 2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado Federal de 26.02.2014, comunicando a declaração de renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Eduardo Azeredo.
12. Em 03.04.2014, o Deputado Paulo Poffo foi designado para ocupar a vaga de membro titular do PSB, nos termos do Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 15, de 2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Vago em virtude de a Deputada Iara Bernardi ter sido indicada para a vaga do Partido dos Trabalhadores como membro titular, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 16, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 15.04.2014.
14. A Deputada Iara Bernardi foi designada para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores, em substituição ao Deputado Fernando Maroni, que deixou o exercício da mandato, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 16, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 15.04.2014.
15. O Senador Wilder Morais licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 17/07/2014, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
16. Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 32, de 21.08.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Wilder Morais, nos termos do Of. nº 016/14-GIDEM, de 05.08.2014, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

Conselho de Comunicação Social

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991

Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

COMISSÕES DE TRABALHO

1 - V. Comissão de Publicidade e Propaganda

VAGO (Representante das empresas de rádio (inciso I))
VAGO (Representante das empresas de televisão (inciso II))
VAGO (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
VAGO (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
VAGO (Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VII))
VAGO (Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII))
VAGO (Representante da sociedade civil (inciso IX))
VAGO (Representante das empresas de rádio (inciso I))
VAGO (Representante das empresas de televisão (inciso II))
VAGO (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
VAGO (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
VAGO (Representante da sociedade civil (inciso IX))
VAGO (Representante da sociedade civil (inciso IX))
VAGO (Representante da sociedade civil (inciso IX))
VAGO (Representante da sociedade civil (inciso IX))
VAGO (Representante da sociedade civil (inciso IX))

2 - IV. Comissão de Liberdade de Expressão e Participação Social

Walter de Almeida Guilherme (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V))
José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI))
Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII))
Luiz Antônio Gerace da Rocha e Silva (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII))
Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Liliana Nakonechnyj (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Fernando César Mesquita (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Wiana Panizzi (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil (inciso IX))

3 - I. Comissão de Marco Legal e Regulatório do Setor das Comunicações

Walter de Almeida Guilherme (Representante das empresas de rádio (inciso I))
--

Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
Celso Augusto Schöder (Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V))
José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI))
Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII))
Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Liliana Nakonechnyj (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil (inciso IX))
João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Fernando César Mesquita (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil (inciso IX))

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

CCSCN@senado.leg.br

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

**Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto
dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 3 Senadores e 3 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PMDB VAGO	PDT VAGO
PSDB VAGO	PMDB VAGO
PT VAGO	PTB VAGO
	Presidente do Congresso Nacional Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Telefone(s): 3303-5255

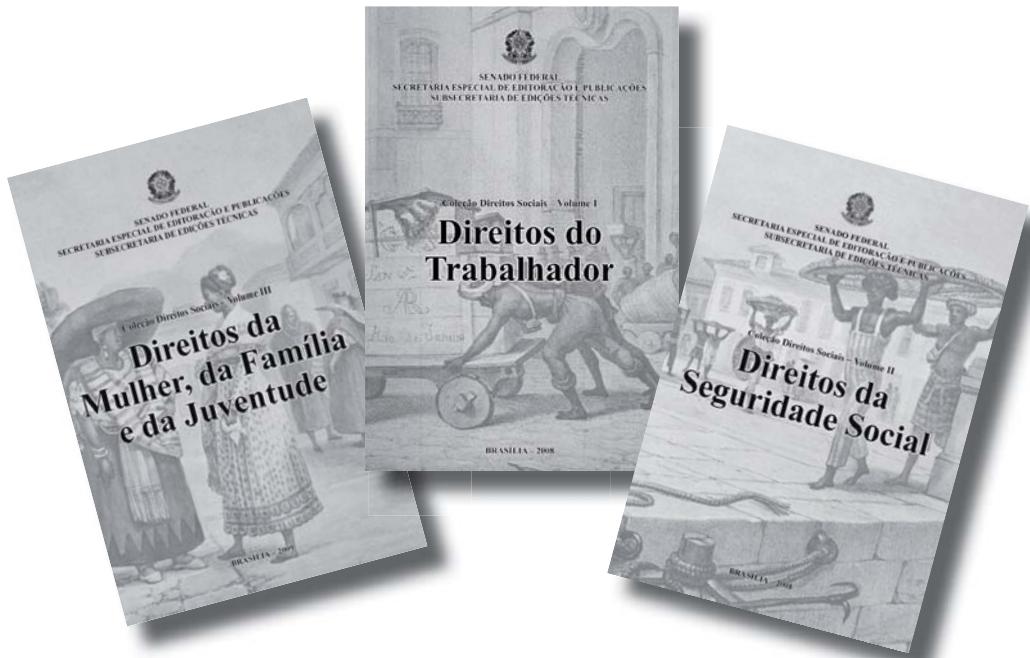
Fax: 3303-5260

scop@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

**Edição de hoje: 104 páginas
(O.S. 10014/2015)**

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

**SENADO
FEDERAL**

